



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS
MESTRADO EM RECURSOS NATURAIS



CLEBER VASCONCELOS OLIVEIRA



Campina Grande-PB
2019

CLEBER VASCONCELOS OLIVEIRA

**ENTRE RIOS: ESTUDO DE CASO DA COMPOSIÇÃO HISTÓRICA E
CONHECIMENTO LOCAL DA COMUNIDADE FORTE VELHO, PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - PPGRN, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais.

Área de concentração: Sociedade e Recursos Naturais

Linha de pesquisa: Meio ambiente, Sociedade e Desenvolvimento

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janaína Barbosa da Silva

Campina Grande-PB
2019

O48c

Oliveira, Cleber Vasconcelos.

Entre rios: estudo de caso composição histórica e conhecimento local da comunidade Forte Velho, PB / Cleber Vasconcelos Oliveira. – Campina Grande, 2019.

144 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2019.

"Orientação: Profa. Dra Janaina Barbosa da Silva".

Referências.

1. Etnografia Pesqueira – História – Paraíba. 2. Pesca Artesanal – Comunidade de Forte Velho – História. 3. Ictiofauna. 4. Pesca Artesanal e Tradicional. 5. Sustentabilidade Ambiental. I. Silva, Janaina Barbosa da. II. Título.

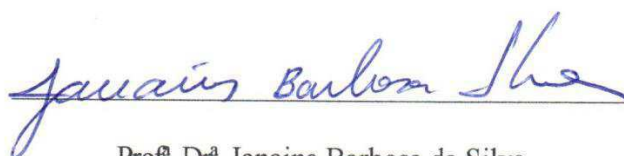
CDU 39:639.2(813.3)(091)(043)

CLEBER VASCONCELOS OLIVEIRA

**MEMÓRIA VIDA E AMBIÊNCIA: ESTUDO DE CASO COMPOSIÇÃO HISTÓRICA
E DO CONHECIMENTO LOCAL DA COMUNIDADE FORTE VELHO, PB**

Defendida e aprovada em: 27/02/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Janaina Barbosa da Silva
(Orientadora)

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Prof.^a. Dr.^a. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa
(Examinador Interno)

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof.^a. Dr.^a. Simone Mirtes Araújo Duarte
(Examinador externo - suplente)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)



Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza
(Examinador externo)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

DEDICATÓRIA

Meu incomensurável obrigado à minha querida e saudosa mãe Rosineyde Vasconcelos Oliveira (*in memoriam*), meu exemplo maior de superação, pois guardo nos idos da memória sua dedicação ferrenha nos estudos universitários a noite depois de uma longa exaustiva jornada de trabalho. Mulher aguerrida que buscou realizar seus sonhos profissionais e poder com ele oferecer uma vida mais digna à família que tanto amava. Sempre acreditou (talvez mais do que eu), investiu e por diversas vezes incentivou-me nos estudos e em meus projetos de vida, comemorando minhas vitórias e por muitas vezes cedendo gentilmente seu ombro amigo sempre que desanimava. Sabe o bom de tudo, mãe? No final, deu tudo certo! GRATIDÃO SEMPRE!

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e (PPGRN), pela oportunidade de mais uma conquista em minha vida, em especial, ao corpo docente deste Programa.

À minha esposa Carmem Lucia Figueredo da Silva, que diante de tantas intempéries me incentivou a acreditar que era possível superar as adversidades apresentadas.

Ao filho Vinícius Oliveira, mesmo sem compreender a importância desse momento por sua tenra idade, saiba que fiz por você, quero ser referencial na sua vida e alguém que um dia você tenha orgulho.

À minha irmã Erika Oliveira, que mesmo a distância, nunca se fez tão presente, solidária e generosa em estender a mão nos momentos em que nossa família mais precisou.

À Meu pai, Guilherme Oliveira, que me ajudou fortemente com seu apoio e palavras de motivação para que prosseguisse.

À Antônio Elias Pessoa - (*Pessoinha – in memoriam*) e sua esposa Lucinha Leite que abriram as portas de sua casa em Forte Velho sempre que precisei e de sua vida privada para que pudesse prosseguir com este trabalho, sem vocês nada disse seria possível.

À Professora Janaína Barbosa, que ao longo dessa jornada mostrou ser humano fantástico, ético, comprometido, desprendido e generoso.

À Ana Maria Cosme, colega de curso. Sem você esse trabalho não existiria.

Não posso esquecer meus agradecimentos à Jusciney Lima (Ciney) a quem por diversas vezes recorri para me amparar com as informações sobre a história da pesca de nossa querida Forte Velho.

Aos pescadores e pescadoras de Forte Velho que permitiram que eu os conhecesse e pudesse assim contar um pouco de suas incríveis histórias, não gostaria de citar nomes, pois foram tantos, e não quero incorrer na indelicadeza de esquecer alguém.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro durante todo o curso.

Aos colegas e professores e funcionários do curso pelo companheirismo, amizade e trocas de tantas experiências e conhecimentos e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização e conclusão deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

“Pescador e pescadora vivem pescando feliz, vive da pesca, se hoje não dá, hoje não tá bom, hoje não foi o suficiente, amanhã vai estar, geralmente nunca se volta com as mãos vazia”.

Maria das Neves – Pescadora.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

AMPs - Áreas Marinhas Protegidas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEL - Conhecimento Ecológico Local

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CPP - Conselho Pastoral da Pesca

CT - Comunidades Tradicionais

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ICMbio - Instituto Chico Mendes da biodiversidade

IHGPA - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

ERP - Estuário do rio Paraíba

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MTs - Manejo Tradicionais de Recursos Pesqueiros

ONG's - Organizações Não Governamentais

RMJP - Região Metropolitana de João Pessoa

RGP - Registro Geral da Pesca

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reservas Extrativistas

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

UCs - Unidades de Conservação

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização da área de estudo.....	22
Figura 2. Dia do serviço - Trabalhadores a espera das ordens do dia	32
Figura 3. Barracão de beneficiamento da mandioca: Casa da Farinha.....	37
Figura 4. Casarão dos proprietários da Fazenda Forte Velho.....	40
Figura 5. Antigo posto de Saúde da Fazenda, hoje administrado por Santa Rita.....	41
Figura 6. Evento de inauguração da primeira escola de <i>Forte Velho</i>	42
Figura 7. Dirigentes políticos em visita a <i>Fazenda Forte Velho</i>	43
Figura 8 Cartazes políticos dos proprietários da Fazenda	44
Figura 9. Modelo de casas de taipa e organização do espaço dentro da fazenda	46
Figura 10. Momento de envolvimento comunitário no palhamento da casa.....	47
Figura 11. Evolução da construção das casas de Forte Velho, Santa Rita – PB	50
Figura 12. Procissão na festividade a São Pedro no Rio Paraíba.	55
Figura 13. Fachada e Estaleiro Colônia Z-11	56
Figura 14. Caícos atracados na baixa-mar.....	64
Figura 15. Zé Carlos (Galego) último <i>Mestre</i> carpinteiro de Canoas e Caícos.....	65
Figura 16. Localização dos pontos de pesca no estuário do Rio Paraíba	99
Figura 17. Mulheres no trabalho de retirada da carne dos crustáceos.....	107

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 Organização espaço-temporal e temático dos principais autores dedicados à etnografia pesqueira no Brasil entre 1940-2010.....	72
Quadro 2 Espécies comerciais citadas nas marés altas e baixas por pesqueiro.....	101
Quadro 3 Petrechos de pesca, consoante os pescadores (as) de Forte Velho	109
Quadro 4 Preços médios dos produtos revendidos pelos pescadores.....	110
Tabela 1 Caracterização socioeconômica dos pescadores.....	95
Tabela 2 Perfil da pesca dos entrevistados	97

SUMÁRIO

RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
1. Introdução	14
2. Caracterização do problema.....	17
3. Justificativa	18
4. Hipóteses	18
5. Objetivos	19
5.1 Geral.....	19
5.2 Específicos	19
6. Aspectos metodológicos.....	20
7. Procedimental da pesquisa	20
8. Localização e caracterização da área de estudo	21
CAPÍTULO 1: MEMÓRIAS, VIDA E AMBIÊNCIA NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA: UM ESTUDO DE CASO DA COMPOSIÇÃO HISTÓRICA E DO CONHECIMENTO LOCAL DA COMUNIDADE FORTE VELHO, PB	24
1. Introdução	24
2. Breves relatos da composição histórica de Forte Velho	27
3. Organização, vida e trabalho na Fazenda Forte Velho	30
4. Produção de coco no Nordeste e trabalho como tirador/despelador de coco.....	33
5. Casa de farinha: do cultivo à venda e à decadência	36
6. Dimensão da conduta política e ético/moral na fazenda.....	39
7. A casa: dimensão do espaço de morada, sociabilidade e trocas	45
8. O declínio da Fazenda e a venda dos terrenos e aquisição das casas.....	47
9. Dimensão cultural: as visagens e assombrações	50
10. A Colônia Z-11 de Forte Velho	52
11. Dinâmica de transformação na pesca: inflexões, conflitos e perspectivas	56
12. Primeiro momento da pesca: curral, viveiro e da Rede Grande	57
13. Segundo momento: a pesca dos donos dos barcos (pombeiros).....	58
14. Terceiro momento: o fim do monopólio pesqueiro	60
15. Quarto momento: a pesca na década de 1980-2000	61
16. Caicos: um legado preste a desaparecer?.....	63
17. Quinto momento: perspectivas e cenários da pesca artesanal em Forte Velho	66

CAPÍTULO 2: ASPECTOS DA PESCA NO BRASIL: CONTEXTO, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS	71
1. Estudos etnográficos pesqueiros no Brasil.....	71
2. Contexto etnográfico pesqueiro na Paraíba.....	80
4. Populações tradicionais: marco legal	84
5. A crise da pesca tradicional: perspectivas atuais, cenários futuros.....	86
6. Gestão integrada da pesca	88
CAPÍTULO 3: PESCA ARTESANAL NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE E DA COMUNIDADE DE FORTE VELHO – PB	92
1. Introdução	92
2. Resultados e discussões.....	93
2.1 Renda	93
2.2 Escolarização	94
2.3 Faixa etária / Tempo de pesca.....	96
2.4 Uso de embarcação e deslocamento ao pesqueiro	97
2.5 Importância da pesca/ implicações culturais da pesca na comunidade.....	98
3. Identificação dos pontos de pesca no Estuário do Rio Paraíba.....	98
4. Etnoespécies com valor comercial capturadas no ERP.....	101
5. Percepção socioambiental da pesca no ERP	103
6. A pesca do camarão: quando, como, onde pescar.....	103
7. A captura do caranguejo.....	104
8. A (des)assistência ao catador de caranguejo	106
9. O beneficiamento da carne do caranguejo: o papel feminino no descarneamento....	106
10. Pescaria e peixes de “inverno” ou de “verão”	108
11. Petrechos de pesca	109
12. Comercialização do pescado: venda direta aos atravessadores	110
13. Considerações finais	111
Referências.....	113
APÊNDICES	126
ANEXOS	132

RESUMO

O estudo realizado na comunidade Forte Velho, município de Santa Rita, PB, decorreu entre janeiro de 2017 a janeiro 2019, tendo por mote caracterizar a atividade pesqueira praticada e seus aspectos socioeconômicos; identificação das estratégias pesqueiras, áreas de pesca e das espécies faunísticas economicamente importantes; identificar traços culturais relativas à pesca artesanal, suas dificuldades e perspectivas, relacionando tradição e atualidade na atividade pesqueira realizada. Para este estudo, foram levantados dados qualitativos e quantitativos através da realização de entrevistas estruturadas e observações diretas no local com 35 participantes, identificados como pescadores. Estes subsidiaram a identificação de 20 pesqueiros, 11 tipos de petrechos de capturas e 32 espécies exploradas, sendo a Carapeba, Camurupim, Pescada Amarela, Robalo/Camurim e Tainha, entre as de valor comercial diferenciado, seguido dos crustáceos (camarão e o Caranguejo Uçá) e os moluscos (“Sernambi - marisco” e ostras), respectivamente. A frota local é composta por 41 embarcações; os pescadores locais estão na atividade em média há quase 30 anos, possuem 46 anos de idade em média e o ganho mensal não supera 02 salários mínimos. Os recursos empregados foram aparelho receptor *GPS Garmin etreX 10* com baixa acurácia posicional; software *GPS Track Maker* versão livre 13.8; formulários de campo semiestruturados para tabulação e análises dos resultados. Os resultados apontaram que as reconfigurações no estado da arte da pesca têm suscitado interessados em resgatar as narrativas memoriais da vida comunitária e do ambiente de trabalho das populações estudadas, bem como sua percepção frente aos novos cenários de mudanças no quadro social porque tem passado. As características da pesca e da comunidade sugerem mudanças significativas quanto à valorização de seus aspectos culturais e tradicionais. A pesca artesanal comunitária apesar de economicamente importante, encontra-se em franco processo de transição à medida que atividades extrapesca, tornaram-se mais evidentes na vida laboral dos pescadores. Dados da pesquisa sugerem a diminuição significativa da atividade pesqueira local durante a última década em decorrência da diminuição dos estoques, desvalorização do conhecimento local e da própria desorganização do setor em decorrência do surgimento de novas perspectivas profissionais. Foi identificada uma tendência à insustentabilidade dos principais recursos capturados, sugerindo que as políticas públicas a serem adotadas localmente respeitem as características atuais da pesca realizada na comunidade e o conhecimento dos pescadores para com o meio ambiente; possibilitando que a sustentabilidade almejada não preserve apenas o meio ambiente, mas também os aspectos sociais e culturais da comunidade envolvida.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade tradicional, pesca artesanal, Forte Velho, etnografia pesqueira, sustentabilidade.

ABSTRACT

The study carried out in the community of Forte Velho, municipality of Santa Rita, PB, took place between January 2017 and January 2019, with the aim of characterizing the fishing activity practiced, its socioeconomic aspects, fishing strategies and areas, identifying fish species coming from the sustainability of the main resources in the region and to identify cultural features related to artisanal fishing, their difficulties and perspectives; relating tradition and relevance to the fishing activity carried out in the community. For this study, qualitative and quantitative data were collected through structured interviews and direct observations on the spot with 35 participants, identified as fishermen. These subsidized the identification of 20 fishing grounds, 11 types of catches and 32 exploited species, such as Carapeba, Camurupim, Pescada Amarela, Robalo / Camurim and Mullet, among those of different commercial value, followed by crustaceans (shrimp and Crab Uçá) and mollusks ("Sernambi - shellfish" and oysters), respectively. The local fleet consists of 41 vessels. Local fishermen are in activity on average almost 30 years, are 46 years old on average and the monthly gain does not exceed 02 minimum wages. The features employed were Garmin etreX 10 GPS receiver device with low positional accuracy, and GPS Track Maker software version 13.8 and semi-structured field forms for tabulation and analysis of results. The results showed that the reconfigurations in the state of the art of fishing have raised interest in rescuing the memory narratives of the community life and work environment of the populations studied, as well as their perception of the new scenarios of changes in the membership because it has passed. The characteristics of fishing and the community suggest significant changes in the appreciation of its cultural and traditional aspects. Community-scale artisanal fishing, although economically important, is in the process of transition as extra-fishing activities become more evident in the working life of fishermen. Research data suggest a significant decrease in local fishing activity during the last decade due to the decrease of stocks, devaluation of local knowledge and the disorganization of the sector as a result of the emergence of new professional perspectives. The results showed that the reconfigurations in the state of the art of fishing have raised interest in rescuing the memory of the community life and work environment of the studied populations, as well as their perception of the new scenarios of changes in the membership because it has passed. The characteristics of fishing and the community suggest significant changes in the appreciation of its cultural and traditional aspects. However, in the case of fishermen, it is important to note that in the case of fishermen, Research data suggest a significant decrease in local fishing activity during the last decade due to the decrease of stocks, devaluation of local knowledge and the disorganization of the sector as a result of the emergence of new professional perspectives.

KEY WORDS: community, artisanal fishing, traditional, Forte Velho, fishery ethnography, sustainability

1. Introdução

A difusão dos espaços urbanos como decorrência do expressivo aumento do contingente populacional tem acarretado significativamente em aumento gradativo das inúmeras pressões principalmente nas áreas litorâneas, local de maior concentração desse contingente ocasionando demandas de consumo maiores em relação aos recursos naturais desses ambientes (BEZERRA e MUNHOZ, 2000).

Para além da relevância dos diferentes organismos da vida marinha e terrestre, os ecossistemas litorâneos e costeiros representam igualmente áreas de interesse socioeconômico para muitas comunidades tradicionais que se valem da exploração dos seus recursos na obtenção de diferentes serviços: alimento, renda, recreação. Desse modo, os ambientes costeiros guadam importância frente a prestação de inúmeros serviços ecossistêmicos mantenedores da vida, portanto, devendo ser de interesse constante de preservação (JÚNIOR et al, 2012).

Tendo em conta esse cenário, as comunidades de pescadores artesanais brasileiros funcionam como agentes importantes na preservação dos ambientais naturais, pois nestes espaços sua atividade profissional é desenvolvida. Contudo, incontestemente a importância social e ambiental embutida na pesca artesanal, historicamente essas populações têm sido remetidas ao ostracismo das políticas públicas nacionais que versam a respeito ao seu direito de fala nas tomadas de decisão que tratam da gestão dos recursos pesqueiros (ROSE, 1997).

Não por acaso a problemática em torno da desarticulação da pesca artesanal vem repercutindo negativamente na reprodução social desta categoria, não raro, forçando-os a experimentar mudanças antes inimagináveis. Neste âmbito, os pescadores da comunidade *Forte Velho*, no estuário do Rio Paraíba percebem os efeitos dessa mudança a partir dos eventos “*do outro lado do rio*”, expressão essa em alegoria as condicionantes ambientais nocivas provenientes da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) que repercute no comprometimento dos estoques estuarinos e consequentemente na manutenção laboral e de subsistência dessas populações (GUEDES, 2002).

Ao analisar a importância do trabalho do pescador e do ambiente de comunitário em que vivem, Diegues (1999) avalia que estas carecem por serem compreendidos de forma distinta das demais profissões, posto que a prática da atividade

ocorre em ambiente *sui generis* de estuário ou maré (como se referem os pescadores locais). Entre essas particularidades está o ambiente de incertezas, e infortúnios. Nesse caso, para o pescador de Forte Velho, cada pesca representa surpresas “*o sair no zero*” condiz com o trabalho inglório de produção após uma longa jornada ou o “*acertar na manta*” em alusão a um dia de boa sorte na pesca, rede cheia, grande captura.

É sobre essas particularidades, termologias e realidades da vida haliêutica que esse trabalho se debruça, ou seja, um trabalho de cunho etnográfico, tendo como base a discussão sobre o uso do território, as características do trabalho e da vida pesqueira e do ambiente comunitário dos pescadores artesanais.

A etnografia haliêutica como perspectiva de análise da realidade social, procura compreender o aspecto de vida e trabalho dos pescadores artesanais nos seus mais diferentes aspectos (ecológico de exploração dos estoques, os arranjos produtivos e o equilíbrio sócio ecossistêmico). Esse conjunto de saberes visa contribuir para a temática tão cara a manutenção dos estoques, bem como do próprio ambiente haliêutico¹ o qual participa o pescador (OLIVEIRA e SILVA, 2018).

Como objeto de interesse de cientistas sociais das mais diferentes disciplinas, mas notadamente na Antropologia, Geografia e Sociologia, a vertente da pesca artesanal tem recebido atenção especial quanto à organização do trabalho, da vida e nas relações socioambientais e culturais dessas populações.

Com realidades e modos de vida complexos, esses, *povos das águas*, desenvolvem em conjunto com o mar uma espécie de simbiose de todo não compreendida, principalmente frente às emergentes e dinâmicas transformações na organização de suas relações do espaço e sociais extra comunidade – Projetos turísticos, industriais, urbanos e etc (MUSSOLLINI, 1945; DIEGUES, 1999; 2004).

O tratamento acadêmico conferido à etnografia pesqueira esteve historicamente a cargo de antropólogos que remontaram seus estudos dando ênfase às sociedades primitivas e seus sistemas econômicos simples do que necessariamente a compreensão de sua organização econômica; organização do trabalho; as espécies capturadas, e as mais apreciadas; o calendário produtivo; os petrechos e técnicas utilizados e o tempo dedicado aos diferentes trabalhos (RODRIGUES E GIUDICE, 2011).

¹ Atividades que têm nas relações com o meio aquático, através da pesca, sua base de sustentação. Assim, as atividades haliêuticas são desenvolvidas por segmentos da sociedade rural que vivem em orlas marítimas, margens de rios, baías, enseadas lagos e lagoa (SOUZA, 2009. p .19).

Portanto, modalidade de pesquisa versada à compreensão minuciosa e detalhada da vida social de uma população em condição espacial muito delimitada (OLIVEIRA E MAIO, 2011).

Conforme Espósito e Justo (2017), os estudos etnográficos requerem primeiramente o envolvimento do pesquisador no ambiente natural da pesquisa, exigindo uma observação e uma interpretação holística dos dados coletados, ou seja, no âmbito da totalidade das ações humanas. A coleta de dados pode ocorrer através de narrativas ou história de vida, mas nunca desconsiderando o ponto central da etnografia baseada na descrição densa e contextualizada do fenômeno pesquisado.

Compreende desse modo, o estudo de campo pela observação direta de maneira intensa para se compreender e relacionar o cotidiano com o problema de pesquisa. O período de tempo dessa observação não é necessariamente pré-definido, mas baseia-se num *time e feeling* entre o pesquisador e os agentes da pesquisa para a coleta qualitativa dos dados e para que se perceba as formas costumeiras de viver do grupo.

Logo, salienta André, (1997b, p. 106) que a constituição etnográfica entre pesquisador-pesquisado deve preconizar o “saber lidar com as percepções e opiniões já formadas, reconstruindo-as em novas bases, levando, sim, em conta as experiências vividas, mas filtrando-as com o apoio do referencial teórico e de procedimentos metodológicos”.

Assim, o trabalho tem justificava na ausência de dados sobre os diferentes aspectos que norteiam a pesca, bem como dos próprios agentes sociais que as realizam. No entanto, buscamos através de nossos interlocutores dirimir tais lacunas e ao mesmo tempo apontar alternativas para eventuais planos políticos de gestão e ordenamento pesqueiro com vistas o atendimento dos interesses e necessidades da população investigada.

É patente que o espaço de uso e convivência dos pescadores se transformou nos últimos anos e por esse motivo carecem por serem percebidas a partir de novas perspectivas, principalmente no tocante ao planejamento e gestão; vias contemporâneas encontradas para mitigar os principais entraves e assim, resgatar a viabilidade econômica da atividade.

2. Caracterização do problema

Os pescadores de Forte Velho no estuário do Rio Paraíba do Norte, cujo ofício da pesca aprendido e repassado através das gerações tem forte ligação com o conhecimento vivido diariamente e nas percepções incutidas sobre os diferentes elementos naturais que margeiam esses agentes sociais (MARQUES 1993, DIEGUES, 1998, CORDELL, 2001).

O tratamento acadêmico conferido às populações *haliêuticas*² esteve historicamente a cargo das ciências sociais, mais notadamente da Antropologia ao desenvolver a etnografia pesqueira voltada à compreensão do funcionamento das sociedades primitivas e seus sistemas econômicos do que necessariamente a sua organização do trabalho, dos espécimes capturados mais apreciados, do calendário produtivo, dos petrechos e técnicas utilizados e o tempo dedicado aos diferentes trabalhos (RODRIGUES E GIUDICE, 2011).

Atualmente, instituições de acadêmicas como UFPB, UFCE, UFRN, e UFPE, tem se mostrado muito ativas no intuito de suprir as lacunas referentes ao status da pesca no litoral nordestino, especificamente quanto à organização do trabalho dos pescadores artesanais, suas artes, seu saber empírico, seus petrechos, estratégias de pesca, formas de acesso aos pesqueiros, enfim, a etnografia da arte da pesca propriamente.

No plano contemporâneo, o vilarejo tem suscitado interesses diversos, sobretudo turísticos em razão da diversidade natural e belezas cênicas de fácil acesso graças a proximidade com a capital João Pessoa e cidades circunvizinhas como Bayeux, Cabedelo e Lucena (ALMEIDA, 2016).

No entanto, as consequências negativas advindas “do outro lado do rio”, refletem a problemática do ordenamento urbano deficitário do seu entorno através do agravamento das questões ambientais no estuário, muito decorrentes do lançamento indiscriminado dos efluentes domésticos e resíduos sólidos nos rios. Aprofunda a crise o afluxo de embarcações turísticas, a insegurança social, os empreendimentos imobiliários e da infraestrutura naval e portuária entendida como ameaça ao estuário, à vida marinha e à pesca, bem como a manutenção das garantias do *statu quo* que identifica a comunidade como de pescadores tradicionais (GUEDES, 2002).

² Populações tradicionais eminentemente voltadas ao aproveitamento dos recursos marinhos e a eles associados.

Neste sentido, esta dissertação privilegia o campo de análise etnográfico nas denominadas comunidades “tradicionais”, corroborando dessa maneira na ampliação da vida social e organizativa do trabalho dos pescadores artesanais na comunidade Forte Velho. Nesta perspectiva, o presente escopo segue um itinerário traçado em três capítulos, respondendo a quatro questões decorrentes da verificação preliminar de campo que atuam como questões centrais na descrição das etapas da pesquisa, são elas:

- (i) é possível transcrever a identidade histórico-cultural pesqueira da comunidade?
- (ii) onde são os locais e as formas de acesso aos locais de pesca?
- (iii) quais são os petrechos e estratégias de pesca empregados?
- (iv) existem conflitos e entraves que possam prejudicar a atividade?

3. Justificativa

A comunidade de Forte Velho insere-se no contexto da pesca tradicional no uso sustentável que faz dos ambientes naturais de mangues, croas e Gamboas de onde extraem os recursos que ajudam a sustentar as suas economias. Entender, nesse caso, o ambiente em que essas populações vivem, exige imersão no seu estilo particular de vida, nas vivências, na atenção dos recursos naturais locais, nas tradições, costumes e valores (SILVA, 2006).

Na perspectiva histórica, o espaço da atual comunidade de Forte Velho carrega um legado primoroso, porém, pouco conhecido de batalhas entre nativos tabajaras, potiguaras e colonizadores portugueses, holandeses e franceses que marcaram a ocupação do território no século XVI.

4. Hipóteses

- a) A atividade pesqueira evidenciada em Forte Velho tem declinado por razões de melhorias nas condições socioeconômicas e reestruturação da vida rural.
- b) O atual modelo de pesca baseado na pesca artesanal está fadada ao desaparecimento frente a novas propostas de trabalho extra-pesca.
- c) As condicionantes ambientais tem corroborado para a redução da pesca.

5. Objetivos

5.1 Geral

Este trabalho possui como objetivo um olhar etnográfico na perspectiva do saber nativo, na constituição histórico-identitária, na descrição dos apetrechos e técnicas de pesca empregados e identificação dos possíveis conflitos e ameaças verificados nessa sociedade. Procura também caracterizar socioeconomicamente a atividade, a localização dos espaços pesqueiros, os limites espaciais das áreas produtivas, os diferentes arranjos produtivos empregados e a percepção ambiental da pesca entre os pescadores.

5.2 Específicos

- Caracterizar as relações sociais e de trabalho da comunidade Forte Velho desde os idos de 1930 à contemporaneidade;
- Compreender os eventuais aspectos ambientais e sociais norteadores de mudanças nas características da pesca no ambiente comunitário nas últimas décadas;
- Apresentar a evolução dos estudos pesqueiros comunitários ao longo do século XX e seus posteriores contextos de adaptações ao contexto nacional contemporâneo.
- Organizar um quadro-resumo tendo por base as descrições e análises de trabalhos relevantes na vertente etnográfica pesqueira.
- Conceituar populações tradicionais e apresentar os aspectos gerais da crise pesqueira e contribuições da gestão integrada dos recursos pesqueiros como alternativa na mitigação do problema.
- Apreender os aspectos do perfil socioeconômico e ambiental dos pescadores artesanais de *Forte Velho*;
- Elucidar as componentes espaciais de localização dos pesqueiros, tipo de manejo empregado e os arranjos da cadeia de beneficiamento e comercialização dos pescados.

6. Aspectos metodológicos

Esta Dissertação foi produzida no período compreendido entre 2017 e 2018, com os pescadores de Forte Velho, na Comunidade *Forte Velho*, inserida no complexo estuarino do Rio Paraíba, no Estado da Paraíba. A abordagem utilizada foi qualitativa, com coleta de dados obtida a partir de entrevistas individuais e análise do discurso baseado em Foucault, (2007) quando compreende como fundamental pensar a língua ideologicamente, como histórica, como efeito de sentido entre locutores também históricos.

A execução do trabalho de campo organizou-se em quatro visitas a *Forte Velho*, respectivamente: (i) reconhecimento da área (ii) marcação dos pontos de pesca; (iii) aplicação do questionário de validação (pré-teste); (iv) aplicação do questionário definitivo.

Os questionamentos realizados corroboraram na apreensão da importância socioeconômica da pesca bem como: escolaridade, estado civil, idade, tipo de imóvel, exercício de atividade remunerada além da pesca e em outras atividades produtivas, rendimento médio familiar, características técnicas, tipos de espécies mais pescadas, forma como praticam a atividade (individual, familiar ou em grupo), tempo de atuação e percepção socioambiental. As variáveis socioeconômicas foram analisadas, descritivamente, por meio de quadros e tabelas.

A pouca familiaridade com a comunidade, levou-nos a ter cuidados particulares no trato com as principais lideranças comunitárias e os pescadores logo na primeira visita. Em outra oportunidade, retornamos para delimitar o escopo do trabalho, abrangência, viabilidade, consentimento dos referidos agentes para o prosseguimento do trabalho e a coleta de dados dos aspectos gerais da pesca, e outros levantamentos socioeconômicos dos pescadores como o beneficiamento e comercialização dos pescados.

7. Procedimental da pesquisa

A descrição do procedimental da pesquisa diz respeito ao terceiro capítulo desta dissertação que trata especificamente dos aspectos técnicos da pesca e da vida socioeconômica da comunidade de pescadores.

Neste sentido, partido primeiramente da identificação dos pescadores previamente às entrevistas semiestruturadas. Contou essa etapa com o apoio de um pescador experiente e o ex-presidente da colônia de pescadores. Os pontos foram obtidos por aparelho receptor GPS Garmin etreX 10 com baixa acurácia posicional, que posteriormente foram transferidos para o software *GPS TrackMaker* versão livre 13.8.

A segunda etapa ocorreu em 18 de janeiro de 2018 com a aplicação de questionário piloto com os pescadores em Forte Velho. Consoante Aaker et al. (2001); Hair et al. (2004, p.230), a pré-avaliação visa aferir a metodologia da coleta de dados num grupo amostral delimitado para mitigação de erros, ambiguidades, lacunas ou exageros no *layout* final do questionário. Nesta ocasião, participaram 11 pescadores os quais, 06 homens e 05 mulheres. A seleção dos participantes obedeceu ao método “*Snowball*” preconizado por Bailey (1982), no qual a identificação e recrutamento parte dos próprios entrevistados até serem alcançadas as consistências informativas pretendidas.

A terceira etapa ocorreu dia 27/04/2018 na sede da colônia dos pescadores, nas residências e no principal ponto de encontro desses. Os questionários estavam organizados em 35 perguntas, distribuídos em três categorias: (1) aspectos socioeconômicos; (2) característica da pescaria; (3) percepção socioambiental da pesca. Foram entrevistados 35 pescadores; 25 (n=25) homens e 10 (n=10) mulheres, perfazendo a amostra de 16,66% do universo de 210 pescadores (n=210) inscritos na Colônia.³ A presente pesquisa tem aprovação no Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal de Campinha Grande – UFCG, sob o registro nº 81575317.3.0000.5182.

8. Localização e caracterização da área de estudo

A comunidade *Forte Velho* consta como distrito pertencente à zona rural do município de Santa Rita, localizado estrategicamente no ponto central do Estuário do Rio Paraíba – ERP. Segundo o IBGE (2010), a comunidade conta com população residente de aproximadamente 1350 habitantes, no entanto, levantamentos não oficiais estimam aproximadamente 1500 residentes em 2018. O complexo do ERPN (Figura 1)

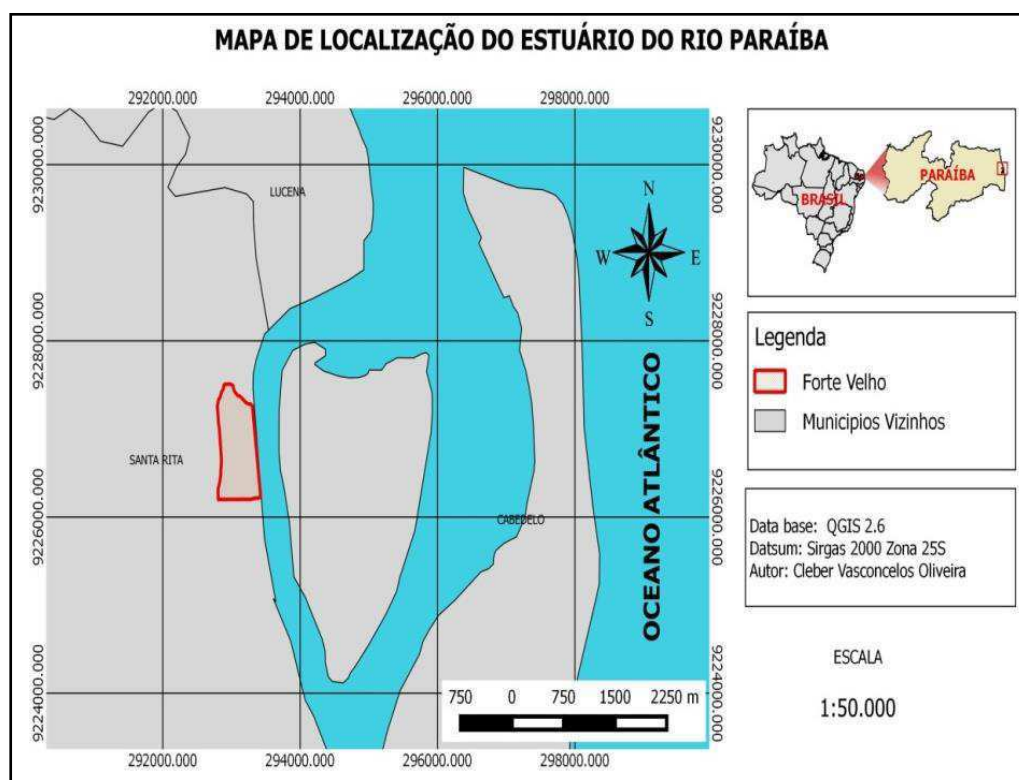
³ Dados obtidos a partir da conferência no sistema de matrículas dos pescadores junto à Colônia de pescadores Z-11 de Forte Velho.

tem área estimada em 260 km² de planície flúvio-marinha que recebe tributários de oito rios: cinco pela margem esquerda – Rios Paraíba, Tiriri, Paroeira, Ribeira e da Guia – e três na margem direita – Rios Sanhauá, Timbiá, Mandacaru (MADRUGA, 1992, GUEDES, 2002; MARCELINO et al.; 2005; AESA 2013).

De acordo com Almeida, (2016), o estuário do Rio Paraíba guarda significativos recursos históricos, econômicos, culturais remanescentes e ecológicos garantidores da manutenção de diferentes espécies marinhas, terrestres e estuarinas. Sua sustentabilidade é assegurada na Portaria Ministério do Meio Ambiente nº 09 de 23/01/2007 (BRASIL, 2007), ao caracterizar o ERPn como área prioritária de conservação.

Compõem os múltiplos ambientes naturais do ERPn, Floresta de Mangue, Cordões Arenosos, Crôas e Gamboas utilizadas frequentemente pelos pescadores da região (GOVERNO DA PARAÍBA, 2006). A composição vegetal do estuário predomina *Rhizophora mangle* L., *Laguncularia racemosa*, *Avicennia germinans*, *Avicennia tomentosa*, e *Conocarpus erectus* L. dispostos por mais de 5.500 ha de manguezais (GUEDES, 2002). Estas plantas desempenham significativa contribuição para diversos serviços ecossistêmicos frente os inúmeros grupos zoológicos de aves, mamíferos, peixes, elasmobrânquios e bentos (NISHIDA, 2000, GUEDES, 2002 p.12).

Figura 1. Localização da área de estudo



A interferência antrópica tem colocado o estuário em estado de alerta ambiental permanente. Elevação dos níveis de poluição, com especial atenção parâmetros de coloração, oxigenação, dissolução de nitritos e coliformes termotolerantes altera os estoques e conseqüentemente a perpetuação da atividade pesqueira (FAO, 2017; SOUZA et al., 2013).

Nesse aspecto, a pesca, sobretudo o extrativismo de moluscos e diferentes crustáceos tem sido comprometido pelos passivos decorrentes da indústria sucroalcooleira, da aquicultura (carcinicultura), da atividade portuária, industrial, turística e imobiliária, inviabilizando famílias de pescadores artesanais que utilizam o estuário como fonte de renda e recurso alimentar (LIMA, 1999; ARAÚJO, 2014).

CAPÍTULO 1: MEMÓRIAS, VIDA E AMBIÊNCIA NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA: UM ESTUDO DE CASO DA COMPOSIÇÃO HISTÓRICA E DO CONHECIMENTO LOCAL DA COMUNIDADE FORTE VELHO, PB

1. Introdução

Estudos etnográficos, interessados em compreender os diferentes aspectos da vida comunitária e do ambiente de trabalho de pescadores tradicionais, por anos vêm sendo objeto de interesse de inúmeros pesquisadores, em diferentes regiões do Brasil (OLIVEIRA e SILVA, 2018). Neste caso, a etnografia pesqueira, enquanto ciência advinda da antropologia contempla não só os aspectos sociais e culturais do mundo haliêutico, mas o aspecto ecológico de exploração dos estoques, os arranjos produtivos e o equilíbrio sócio ecossistêmico das comunidades envolvidas.

Entre os precursores do Brasil que versam sobre a etnografia pesqueira, destacam-se os nomes de Gioconda Mussolini (1945); Pierson e Teixeira (1947); Laysa Bernardes e Nilo Bernardes (1950); Ary França (1954); Câmara Cascudo (1957) e Diegues (1999), além de outros que também contribuíram para a constituição da tessitura teórica relativa às populações tradicionais, territórios pesqueiros, territorialidades e as diferentes interpretações na qual os sujeitos dialogam com o ambiente e a cultura nos diferentes espaços onde se reproduzem.

O contexto dos estudos etnográficos da pesca paraibana assemelha-se ao brasileiro, notadamente na concepção no alicerce histórico que permeia as lutas em defesa dos territórios pesqueiros, pela sustentabilidade dos espaços de exploração, pela resistência popular de milhares de comunidades de pescadores tradicionais em todo o país que, bravamente, lutam contra a expansão dos empreendimentos privados e estatais, já que ameaçam seus territórios, cultura e sustento (BAEZ, 2016).

Neste sentido, para Araujo (2017), a etnografia pesqueira, é vertente moderna da antropologia, cujo mote está na não reprodução histórica mimética fria e, por vezes, distorcida do pesquisador acerca de determinado evento, mas da perspectiva narrada e vivida pelos próprios personagens, auxiliando este profissional na composição de um mosaico dos fatos pretéritos coerente na reflexão do espaço e tempo presente.

Embora existam similaridades regionais construídas genericamente dentro de um mesmo contexto sócio histórico de luta por parte das comunidades pesqueiras, a pesca dentro de cada comunidade e em cada região é distinta (DIEGUES, 1999). Neste aspecto, Ramalho (2016), defende que o empenho etnográfico pesqueiro atenha-se nas análises dos elementos comuns que une essas comunidades, mas considerando as especificidades e dos micros recortes no campo da observação.

Portanto, em face da natureza do trabalho na pesca e da particularidade da vida societária do pescador, o campo de estudo dessas populações carece por ser diferenciadas em relação às demais categorias profissionais, sobretudo aquelas de contexto rural.

Assim, para (Diegues, 1999, p 371): “as sociedades dos pescadores diferem da camponesa, pois, apesar de estarem inseridas na pequena produção mercantil, há o particularismo da gente do mar, seu modo de vida característico e por suas práticas socioculturais diferenciadas”.

No entendimento do autor, o espaço rural configura a antítese do espaço urbano e, por essa natureza particular no campo de luta, exige singularidades na compreensão dos eventos que suscitam os clamores carentes são mais analisadas, devendo, os interessados nesse campo de estudo, compreender a singularidade do trabalho dos pescadores artesanais em relação às populações camponesas (DIEGUES, 1999).

Nessa heterogeneidade dos conceitos e das inúmeras e complexas relações do homem rural com as vertentes do desenvolvimento regional, notadamente nordestina é que sucessivos sistemas econômicos (cana-de-açúcar, pecuária e agricultura) monopolizaram o acesso a terra, consolidando uma aristocracia familiar fundiária, que avançou na contramão dos direitos sociais, cooptando mão de obra e incorporando terras do Agreste ao Sertão paraibano (PRADO JÚNIOR, 2012).

Corroborando com a ideia de Prado Júnior (2012), Bernardes (2007, p. 61) defende que:

[...] no Nordeste, [...] a grande propriedade pôde enfrentar o processo de substituição da mão-de-obra escrava, preservando o controle da terra e, ao mesmo tempo, submetendo uma grande parte da força de trabalho livre às relações de produção que não implicavam, necessariamente, um assalariamento pleno, mas preservavam ou criavam formas de relações não capitalistas.

Desse modo, aquelas populações, os camponeses, não aproveitadas nos canaviais e nem tão pouco nas fazendas, procuravam como alternativa de subsistência a produção da farinha de mandioca, no cultivo das pequenas roças de favas, de milho, a pesca de peixe, mariscos e camarão, alternativas de sobrevivência e oportunidade de rendimento a partir do abastecimento interno das cidades coloniais. Carecia, portanto, fomento à economia pesqueira, mesmo que as condições naturais fossem favoráveis a este tipo de atividade (SILVA, 1986).

No decorrer da história, a condição socioeconômica dos pescadores nos séculos XVIII e XIX não era muito melhor que a dos escravos, pois apesar de livres, eram suprimidos do direito de acesso a terra em territórios controlados por latifundiários canavieiros. Então, postos em condição subalterna, os pescadores viam-se obrigados a fornecer pescados e a prestar serviços nos engenhos como moeda de troca pela moradia em casebres de taipa e palha junto às praias e mananciais, reforçando a insegurança, a pobreza e a falta de direitos.

Na Paraíba, esse tipo de organização social foi muito evidente, sobretudo no Coronelismo, período caracterizado pela concentração fundiária nas mãos da elite política local que inviabilizava melhores condições de vida por parte dessas populações (SILVA, 1986).

Nesses termos, na retrospectiva do legado de marginalização conferido à atividade pesqueira, desde a colonização até a os dias atuais, Baez (2016) entende que discussões voltadas à luta e resistência dos pescadores artesanais frente às questões ambientais e o reconhecimento dos direitos básicos de moradia, trabalho e reconhecimento visam assegurar a sobrevivência material e cultural destes trabalhadores por meio de justiça social global, direitos territoriais e segurança na sua reprodução social.

Assim, tem-se ampliado discussão a respeito do resgate da identidade pesqueira, seu sistema complexo de simbologias e valores advindos do mundo do trabalho e da tradição, principalmente à luz da realidade nordestina e, especialmente, a paraibana, ávida por ser desbravada, a exemplo da comunidade de Forte Velho, Santa Rita – Paraíba.

Esta pesquisa busca elucidar os diferentes aspectos memoriais que norteiam a comunidade de Forte Velho, partindo-se da narrativa apresentada por diferentes agentes,

dentre eles: os antigos proprietários, moradores e lideranças políticas que compuseram o imaginário cotidiano em torno da vida e ambiência na *Fazenda Forte Velho*.

Quanto ao instrumental teórico-metodológico desta pesquisa, debruça-se em análise de documental, fotográfico e análise do discurso dos interlocutores sob a perspectiva foucaultiana, (2007), na qual permite problematizar determinado evento e fatos históricos apresentados pelos interlocutores sobre suas experiências, conhecimentos de vida e história do lugar onde viveram.

Busca-se, então, salvaguardar o importante legado histórico dessa comunidade nas suas múltiplas perspectivas e que, hoje, encontra-se vulnerável no tempo e ao esquecimento dos seus muitos e intrigantes personagens históricos.

Por fim, refletindo acerca dos norteadores da trajetória histórica da comunidade postula-se responder as seguintes proposições: (a) como se originou a comunidade Forte Velho? (b) Considerando o fato de que a propriedade Forte Velho era de natureza privada, quais eram os aspectos da vida comunitária? (c) De que forma ocorreu a transição de espaço comunitário agrícola para uma eminentemente haliêutico? E, por fim, (d) quais as atuais conjunturas e perspectivas da pesca artesanal na comunidade?

2. Breves relatos da composição histórica de Forte Velho

Aos que empreendem visita à pacata Forte Velho, deparam-se com uma típica comunidade de pescadores às margens do Rio Paraíba do Norte, onde, algumas vezes por dia, vê sua tranquilidade irrompida pela buzina do barco⁴ anunciando a chegada de moradores advindos de Cabedelo.

Aos viajantes que desembarcam logo pela manhã no estreito e comprido trapiche da Comunidade, não passam certamente despercebidos pelo grupo de idosos que animadamente recontam muitos dos seus *causos* junto aos pés de uma frondosa mangueira. É deles também o olhar atento à movimentação dos seus amigos pescadores que descem e retornam da maré e dos demais moradores que partem e chegam do bucólico lugar.

O clima aprazível, a presença da natureza dos mangues e rios e a calorosa receptividade de longe permite vislumbrar a importância e o legado histórico daquele

⁴ O transporte hidroviário liga o porto de passageiros de Cabedelo à Forte Velho em uma espécie de barco híbrido de casco de barco com uma estrutura de ônibus, chamado pelos locais de barco-ônibus.

lugar que no século XVI engendrou uma tentativa frustrada de ocupação colonial, e de resistência indígena aguerrida.

Relatos e eventos épicos extraídos do sumário das armadas⁵ dão conta do grande empreendimento colonial luso-espanhol em ocupar aquela inóspita porção do território das *parahybas*, considerado por muitos desbravadores como “terra indômita”, atribuído ao histórico violento de resistência da população indígena Potiguara que ocupava toda a região. Por interesse da coroa portuguesa, ordens foram dadas os dirigentes da Capitânia de Itamaracá a qual pertenciam às terras do atual Estado da Paraíba, para a conquista e resgate do território por parte do julgo de corsários franceses e dos índios potiguaras, seus principais aliados no comércio do pau-brasil e algodão⁶. (MOOEN, 2002).

De toponímia muito antiga, a denominação *Forte Velho* remonta ao período posterior à construção da fortificação *São Filipe e Santiago* na foz do Rio Paraíba, local geograficamente estratégico na ocupação e reconquista do território na costa paraibana (BARRETTO, 1958). Conta o autor do *Sumário das Armadas* que a fortaleza *São Filipe* foi destruída pelo Capitão espanhol *Francisco Castrejón*, responsável por sua guarda em 05 de junho de 1585 depois de fracassada a resistência luso-espanhola pelos nativos das tribos Tabajara e Potiguar que por semanas empreendiam cerco aguerrido ao prédio.

Narra à história que com a derrocada dos pioneiros na ocupação da foz do Rio Paraíba, houve a necessidade de empreender uma segunda tentativa para salvaguardar as entradas da nova Capitania, agora, com a construção de um novo forte, o de *Santa Catharina do Cabedelo* nos idos de 1587. A artilharia empregada valeu-se das recuperadas anteriormente no leito Rio Paraíba por ocasião da destruição do Forte *São Filipe*, cujas ruínas são visíveis somente na maré baixa (BARRETTO, 1958).

Acerca do termo *Forte Velho*, o mesmo era usual entre os seiscentistas, conforme aponta registro documental da 3ª *Sesmaria do Rio Jacuípe* datado de 03/6/1587 onde, um suposto fazendeiro de Pernambuco, senhor *Amador Rezende*,

⁵De autoria desconhecida, o *Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio parahiba escrito e feito por mandado do mui reverendo padre em cristo cristovao de Gouvêa visitador da Companhia de Iesu de toda a província do Brasil* é considerado por especialistas como a certidão de nascimento da Paraíba. A consulta ao manuscrito foi obtida a partir de cópia obtida dos arquivos do Instituto Geográfico da Paraíba – IHGB, em João Pessoa.

⁶Acerca da História Potiguara no Século XVI, ver: Salvador, Frei V. de (Século XVII), *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo, Ed. Melhoramentos 1975; Anônimo (Século XVI), *Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba*; republicado sob o título: *História da conquista da Parahyba*, Campina Grande, FURNE/UFPB 1983.

encaminha requerimento a *João Tavares*; Capitão e Governador da Paraíba pedindo que este lhe conceda mil e oitocentas braças de terras em quadra [um quadrado de cerca de 4 km de lado] às margens do Rio Jacuípe [atual Rio Paraíba] nas terras do *Forte Velho*, para fins de reparação de perdas obtidas na Capitania de Pernambuco, conforme consta o excerto do documento.

[...] Senhor. Diz Amador de Resende que elle veio a esta Capitania da Parahiba, que he de Sua Magestade, para nella servir com sua familia, com muita fabrica, perdas e despezas da sua [própria] fazenda , tudo a sua custa; em Pernambuco largou terras e aqui as não tem; pede a Vossa Mercê, em nome de Sua Magestade, [que] lhe faça mercê de mil e oitocentas braças de terra em quadra [um quadrado de cerca de 4 km de lado], onde se acabão[acabam] os mangues no rio Jacuipe, que está da banda do *Forte Velho*, ao longo delle de huma banda e da outra e de outra e de outra [,] ou da banda do Sul [...]. (Extraído do Documento e Data lançados em notas a requerimento de Antonio Francisco do Rosario, em 03/6/1587; 3.ª Sesmaria da Paraíba)⁷.

O referido registro documental atesta, portanto, a correlação do nome *Forte Velho* à antiga descrição e menção histórica à fortificação *São Filipe*. Conforme apresenta o historiador *Guilherme Silveira d'Ávila*⁸, existem evidências e provas incontestes não descritas na historiografia paraibana do pedido de doação de terras demandadas pelo senhor *Amador de Rezende* à Capitania da Paraíba pelo Capitão e Governador *João Tavares*. Fato este pode possivelmente o concebe como o primeiro donatário das terras de *Forte Velho* (como assim à época já era conhecida), embora sejam desconhecidas documentações que corroborem verdadeiramente, se *Amador Rezende* teve seu pleito atendido.

Precisando avançar na cronologia histórica que remetem os proprietários das terras de *Forte Velho*, é importante frisar que apesar das inúmeras entrevistas com especialistas e investigação em documentação primária nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB), nos deparamos com um hiato de aproximadamente 200 anos que não nos permite prosseguir em tal cronologia. Todavia, informes dos moradores mais antigos de *Forte Velho*, bem como registros da *Família Ferreira Soares*, apontam a lembrança de que as atuais terras da comunidade fora há

⁷O documento alude à 3ª ed. da obra não publicada “Um erro elementar de interpretação histórica, referente às primeiras Sesmarias da Capitania da Paraíba (século XVI)”, de autoria de Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila

⁸*Professor Emérito* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Ex-Pesquisador de História do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDIHR - UFPB) e presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB); Grifos e anotações de Guilherme d'Ávila.

tempos de propriedade de um negro inglês, filho de uma escrava que provavelmente as adquiriu em meados de século XIX; tendo posteriormente vendido a fazenda ao *Major Carolino Soares*⁹.

Major Carolino era grande proprietário de terras conforme demonstra contrato de prestação de serviço emitido à época pelo próprio, dando conta que a Fazenda das terras de *Forte Velho* e *Cavassu*, ambas situadas a margem esquerda do Rio Paraíba com 2300 hectares (23 km de área)¹⁰. *Forte Velho*, assim como a *Ilha das Cabras*, faziam parte da fazenda homônima com 1.200 hectares e contava com aproximadamente oito mil coqueiros.

Consoantes relatos disponíveis no sítio eletrônico da *Família Ferreira Soares*, os antigos proprietários de *Forte Velho* eram engajados politicamente com os Perrepistas¹¹, e por este motivo, as circunstâncias dos acontecimentos decorrente da morte de João Pessoa e da Revolução de 1930, os obrigou a se desfazer da fazenda neste mesmo ano, vendendo-a aos amigos e comerciantes de Cabedelo Antônio Elias Pessoa e Maria Belarmina Pessoa.

3. Organização, vida e trabalho na Fazenda Forte Velho

O histórico recente da *Fazenda Forte Velho* mostra que a mesma foi adquirida na década de 1930 pelo casal de comerciantes do município de Lucena, o senhor *Antônio Elias Pessoa* e a senhora *Maria Belarmina Pessoa* (Dona Nenzinha) dos antigos proprietários das terras, a tradicional *Família Ferreira Soares*. Rezava o acordo de compra por “porteira fechada” jargão do meio imobiliário que faz referência à aquisição do imóvel incluindo as benfeitorias. Assentia também o acordo a permanência dos moradores da fazenda, prestadores de serviços aos antigos proprietários.

⁹ É vago, ou não encontrado os registros atestem a cronologia por traz dos compradores da Fazenda.

¹⁰ Major Carolino Soares em outubro de 1922 contratou os serviços do geógrafo Manuel Duarte Dantas para cartografar a área das terras de sua propriedade nominadas *Forte Velho* e *Acassu* sob a promessa de pagamento de cinco mil contos de reis pelo serviço. Carolino era também proprietário das terras da Estiva em Cabedelo. Disponível em <<http://www.ferreirasoares.com.br/index.php/menu-2>>. Acesso em 12/12/2018.

¹¹ Os integrantes do Partido da República Paulista – PRP apoiavam o paulista Júlio Prestes para presidência da República, tendo o partido muitos adeptos na Parahyba, cognominados de *perrepistas*. Esses partidários faziam forte oposição ao presidente João Pessoa e com a morte do presidente João Pessoa por um *perrepista*, estes passaram a ser duramente perseguidos, tendo muitos se refugiado para outros estados. Disponível em: <<http://www.adufpb.org.br/site/o-ultimo-perrepista-nivalson-miranda/>>. Acesso em 14/01/2019.

A *Fazenda Forte Velho* ao contrário de outras propriedades rurais da Zona da Mata nordestina não tem registros pretéritos de cultivo de cana de açúcar (ou pelo menos se desconhece), mas dedicava-se ao arranjo da monocultura do coco para exportação, embora suas relações sociais de trabalho preconizassem o modelo de ordenamento social aos moldes dos verificados nas usinas açucareiras do começo do século XX, notadamente no que diz respeito às relações de trabalho e moradia baseado no *foro*.

Consistia o *foro* uma espécie de concessão de terras por parte dos proprietários da fazenda a terceiros, onde previamente se estabelecia a tratativa de acordos no tocante a normativa a ser seguida dentro da propriedade. A possibilidade de estabelecer residência poderia ocorrer sob duas maneiras: uma; mediante livre manifestação de interesse por parte do pretense morador aos donos da propriedade ou; por indicações e intervenções dos próprios moradores junto a estes; sendo esta última a mais frequente.

Conforme Palmeira, (1977) quando um interessado procura um latifundiário, antes de pedir trabalho, o que ele procura é *casa*. Mas não é qualquer casa, *strictu sensu*, mas sim, casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e que lhe assegure certas vantagens, além de conceder certas possibilidades como a do usufruto de um pequeno chão de terra (sítio).

Deste modo, *Dona Nenzinha*, proprietária da *Fazenda Forte Velho*, era personagem importante nessa intermediação, figurando por muito tempo como a principal articuladora na admissão de pessoal, sendo não raras arguições prévias com a pessoa interessada, onde se acertavam as contrapartidas, nesse caso:

Antes de pedir morada ou entre uma morada e outra, o trabalhador não é morador. É só quando estabelece um "contrato" particular que o liga a um *senhor de engenho* particular, isto é, é só quando se põe em "relação com" que o trabalhador potencial se torna um morador (PALMEIRA, 1977 p. 103).

Em outros termos, *morar, ser morador*, significava uma "prestação total", como entendia Marcel Mauss, prestação esta que parece englobar todas aquelas que constituem a relação entre proprietário e trabalhador, como sugere o fato de que este último concebe a si mesmo não como "trabalhador" e sim "morador". Assim, concordando com as condições preconizadas pelo proprietário, englobava não apenas a concessão da morada e a possibilidade de trabalhar na terra dentro da fazenda (engenho), mas também compromisso de fidelidade retribuído com trabalho gratuito (LANNA, 1995).

Com a casa, o morador recebe trabalho assumindo a condição um *morador de condição* ou terra tornando-se *morador-foreiro*, mas, em qualquer dos casos (e mesmo que o morador de condição não receba *sítio*), a casa representa mais do que a simples construção, inclui via de regra um chão de terra ou fundo de casa. Nesse caso, em *Forte Velho* era conhecido como *cumbre*¹² (*oratório*), espaço este de plantio do morador, ou seja, espaço agrícola de cultivo da mandioca, batata doce, feijão, milho, hortaliças interessado à subsistência familiar semanal.

A contrapartida no aceite do *morador de condição* ou terra *morador-foreiro*, o condicionava impreterivelmente a prestar serviços compulsórios na fazenda denominado “*dia da semana*”¹³, estes pagos às segundas-feiras quando os homens reuniam-se em grupos de dez a doze pessoas, recebiam as ordens do patrão (proprietário) ou de um encarregado (que também morador) para executar serviços diversos estabelecidos pelos proprietários ou seus subordinados na monocultura de exportação do coco, principal atividade econômica da propriedade (Figura 2).

Figura 2. Dia do serviço - Trabalhadores a espera das ordens do dia



Fonte: Arquivo família Pessoa, anos 70/80?.

¹² Parte da baixa do planalto, na área de várzea entre o Rio da Guia e o Fucinho.

¹³ Como de praxe, todas as segundas-feiras, grupos de 40 a 50 homens reuniam-se pela manhã “dia da semana”

O tempo dedicado ao pagamento do foro “*dia da semana*” era muito particular, perdurando de 3 a 4 horas ou, a depender do serviço, estendia por uma manhã ou tarde inteira. Por se tratar de um trabalho compulsório, ou seja, obrigatório a quase todas as categorias de moradores; a não presença na empreitada semanal importava na obrigação de compensá-la em outro momento ou convertê-la em pagamento em espécie¹⁴.

Destaca Lanna (1995), que a noção de moradia e a relação de vínculo com o proprietário era, o princípio geral norteador da organização da vida do trabalho dos engenhos costeiros no nordeste, mas também se estendeu esse princípio às fazendas de gado e caju como as encontradas em São Bento do Norte, no sertão do Rio Grande do Norte e no litoral paraibano como demonstrado na *Fazenda Forte Velho*.

A organização e divisão das tarefas na fazenda eram distintas em pelo menos quatro tipos de especialização dos trabalhadores: (a) tiradores de coco; descascador de coco (b) pelador de coco¹⁵; (c) produtores de farinha e (d) trabalhadores gerais.

4. Produção de coco no Nordeste e trabalho como tirador/despelador de coco

O Nordeste brasileiro, notadamente o Estado da Bahia, pioneiramente investiu no arranjo produtivo da monocultura do coco para exportação tendo como aporte a introdução de frutos oriundos da ilha de Cabo Verde na década de 1950. A rápida adaptação e aceitação do produto no mercado consumidor permitiu que rapidamente a cultura se disseminasse nos demais estados nordestinos igualmente favorecidos pelas condições de tropicalidade climática que propicia este tipo de cultivo a condições excepcionais de adaptação (ARAGÃO *et al.*, 2010).

Entre as primeiras experiências no Nordeste, predominou o sistema de cultivo com espécies de coqueiros gigantes cujos frutos versavam a produção do coco-seco, de interesse das agroindústrias instaladas no Sudeste, especializadas na produção do coco ralado e do leite coco (WANDERLEY e LOPES, 2006). Neste contexto de prosperidade a *Fazenda Forte Velha* nas décadas de 1950 a 80 investiu no plantio das palmeiras, porém de forma semi-extrativista.

¹⁴ Muitas vezes nas entrevistas nos foi relatado o valor de *cinco contos*, referente ao pagamento da diária, embora seja difícil precificar com base nos valores atuais em real, em face das muitas mudanças na moeda.

¹⁵Descascador de coco.

Pai de pequenina expandiu tudo. Antes era 70 e 80, 90 mil coco de colheita, vendia tudo no Porto do Capim, na estação do Trem ali em João Pessoa, aí fizeram o caminho no verão... mas antes era de bote que levava os cocos, era grande levava entre 4 a 5 mil cocos, já ia descascado, só o coco seco (ex-tirador de coco, 2019).

Segundo moradores de *Forte Velho*, o *boom* econômico do coco alcançou seu auge na década de 1990, onde a produção alcançou a média de 90 mil unidades em uma única safra¹⁶; demonstrando, portanto, o potencial da atividade e a capacidade de investimento e o bom gerenciamento dos negócios por parte da *Família Pessoa*.

Com um cenário bem diferente daquele encontrado quando os atuais proprietários adquirem a fazenda com oito mil pés de coco na década de 1930, as safras superavitárias tornaram-se frequentes. A superprodução, no entanto, expôs um problema a ser resolvido na fazenda: a carência de pessoas especializadas execução do manejo nos coqueirais. Dessa feita, procurando mitigar a essa lacuna, em caráter emergencial, recrutavam-se *tiradores de coco* na fazenda vizinha *Tambauzinho*, por esse motivo, os profissionais disponíveis em *Forte Velho*, afeitos àquela lida fossem extremamente requisitados e conseqüentemente gozassem de alguns privilégios dentro da propriedade.

Aquí toda vida teve tirador de coco, descascador e pelador de coco, toda vida... e os bonzão descascava 1000 e 1200 coco num dia, ganhavam por produção. Tinha gente num dia que descava 600 e 700, aí ganhava menos. Os tiradores não era funcionário da fazenda, trabalhavam por conta própria, mas tinham privilégio podia escolher onde queria a montar a casa, aí proprietário mandava fazer [a casa], tinha quem subisse em 100 coqueiros num dia, guerreavam por produção. (Ex-pescador, 2019).

Por estarem em uma categoria diferenciada e de certa forma, imprescindível ao empreendimento, estes trabalhadores dispunham de algumas prerrogativas. Segundo Benjamim, um dos filhos do proprietário, entre os privilégios estava o não pagamento do *foro*, mas também havia a flexibilidade de negociação do pagamento diretamente com os donos. Nessa relação mais próxima entre empregado e patrão eram comuns os

¹⁶O coco gigante ou coco de praia era cultivado de forma semiextensivo, dispensando praticamente manejo técnico mais elaborado, no entanto, com o advento das novas técnicas e o advento do cultivo de coqueiros-anões e híbridos nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste voltados à produção para coco verde (água de coco) na década de 1990, contribuíram por repercutir na decadência do cultivo tradicional no nordeste desestimulando produtores que, em sua maioria, abandonaram as plantações sem decorrência dos preços baixos do coco seco no mercado, como também da falta de políticas governamentais de incentivo ao cultivo (FONTES, 2010).

pedidos de aumento do pagamento pelo serviço: “*seu Antônio tá barato o pé de coco, não tá dando pra gente comprar mais a carne, vamos aumentar e tal*”. Por fim o último privilégio seria a escolha dos locais na fazenda para a construção da casa, permissão não consentida aos demais moradores.

A organização do trabalho em torno da cadeia produtiva do coco era bem estruturada, tendo cada trabalhador função específica. A produção era diária e obedecia a metas colocadas pelos proprietários, estas conferidas à risca pelo *apontador*, encargo atribuído a um morador que se assemelha a um *fiscal de colheita*¹⁷.

Para além do *tirador do coco*, havia o *descascador de coco* que atuava na segunda etapa de pré-beneficiamento do fruto. Ao *descascador* cabia a responsabilidade de recrutar um ajudante de sua confiança conhecido como *despelador*, pagando-lhe por produção (geralmente por milheiro despelado).

A lida nos coqueirais exigia habilidade e preparação física, coisa que poucos moradores da fazenda possuíam. A arrecadação financeira por dia de serviço estava condicionada a um montante de cachos arriados por árvore ao final da jornada laboral, estimulando, portanto a competitividade entre os descascadores, tendo alguns se *gabado* por terem descascado 1200 unidades/dia sem o uso de petrechos especiais: “*era tudo na ponta da foice, parecia umas máquina*”, denotando, portanto, a expertise neste tipo de serviço.

A compra dos produtos e o pagamento dos tiradores eram a cargo de *Zezinho Tavares*. Este também fazia aquisições da produção de manga em período de safra.

O transporte dos frutos era feito pelas embarcações *Irara*¹⁸, *Tapuia* e *Boi Velho* com capacidade de até cinco mil unidades “*antes era de bote que levava os cocos, era grande levava entre 4 a 5 mil cocos, já ia descascado, só o coco seco*” que seguiam ao *Porto do Varadouro*, popularmente conhecido como *Porto do Capim*, principal conexão do interior com a capital João Pessoa com os outros Estados, posteriormente seguindo de caminhão aos entrepostos de São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁷ Morador da fazenda que recebia por parte dos proprietários ou em alguns casos do administrador da Fazenda a atribuição de coordenador das equipes de tiradores de coco nas áreas de colheita. Era dele a responsabilidade na contagem e registro nominal por tirador quanto ao número de cachos colhidos. Conta um ex-apontador que esses tipos de encarregados recebiam o nome pejorativo de “*baba-ovo e balançador*” em alusão aos relatórios de desempenho individual e de eventuais acontecimentos alheios ao serviço ao proprietário da fazenda.

¹⁸ Transportava até “defunto”.

O transporte fluvial perdurou até a década de 1970, quando passou a ser substituído pelo rodoviário a partir da abertura do ramal pelos proprietários interligando a Fazenda à BR 101, viabilizando a entrada de caminhões e melhor escoamento da produção.

5. Casa de farinha: do cultivo à venda e à decadência

O legado histórico da colonização do Nordeste e Norte do País guarda traços marcantes deixados pelas populações de matriz indígena e africana entre diversos aspectos culturais, estes expressos, sobretudo no legado alimentar baseado no consumo de produtos derivados da mandioca a exemplo da farinha, broa e beiju, tucupi e maniva, respeitadas, obviamente, as especificidades consoantes à particularidade regional e local.

Sob esse aspecto, os moradores da *Fazenda Forte* tem na sua composição histórica alimentar a produção da farinha de mandioca como base importante dessa impressão cultural. Segundo *Juscinei Silva* (54 anos de idade), o cultivo da mandioca e seus derivados sempre dispuseram de notoriedade na vida comunitária, havendo por conta disto uma *casa da farinha* com os dois fornos de torra em tempos pretéritos à aquisição do imóvel pela *Família Pessoa*.

O preparo da fécula e da goma na casa de farinha era claramente assinalado pela divisão de gênero, portanto, o espaço de organização das funções de cada um destes. Deste modo, ficava ao encargo dos trabalhos do sexo masculino os serviços considerados pesados (plantio, colheita, transporte, moenda, prensa e torra) e para o sexo feminino os serviços de o descascamento da raiz, a “*tira*”¹⁹ da goma e o seu peneiramento.

O labor na *casa de farinha* manteve-se eminentemente manual, quando em 22 de novembro de 1970, chegou à fazenda a energia elétrica, permitindo com que rapidamente fossem empregados os raladores motorizados que tornaram mais ágeis e eficientes o procedimento de trituração da mandioca, aumentando assim, sobremaneira a rentabilidade da produção. A figura 3 (A) apresenta a visita do prefeito de Santa Rita à Fazenda Forte Velho, com detalhe ao fundo os grandes fornos de barro usados na torra

¹⁹*Tirar a goma* consiste em colocar a mandioca ralada, já espremida em *saco de serapilheira* ou *tipiti* de palha de forma a obter-se a *manipueira* (*fécula bruta diluída com água*) que posteriormente será espremida em pano limpo, para por fim coletar-se a goma decantada pronta para ser peneirada.

da farinha e preparo do beiju; em (B); mulher descascando mandioca, e os tachos de madeira utilizados na produção da goma e derivados.

Figura 3. Barracão de beneficiamento da mandioca: Casa da Farinha



Fonte: Arquivo pessoal família Pessoa.

A despeito do enorme empreendimento de tempo e energia na produção da farinha e derivados, o salário obtido no final do processo era bastante compensador. A *casa de farinha* em seus melhores dias funcionava ininterruptamente com jornadas de 24 horas, sete dias por semana. Nesse ritmo, a produção diária alcançava facilmente 300kg de farinha e 25kg de goma, relatam os entrevistados responsáveis pelo seu preparo à época.

A *casa de farinha* era um espaço de uso coletivo, porém de propriedade da *Família Pessoa*, e entre os interessados em preparar o produto, havia a necessidade de ser fazer uma espécie de “reserva” e seguir às regras de utilização a qual estabelecia o pagamento de 10% de sobre todo o produto alcançado. Essa compensação nominava-se *Loteraro*, onde 01 (uma) cuia *Conga*²⁰ a cada 10 produzidas corresponderia ao pagamento da cessão de direito de exploração do espaço e dos equipamentos ao proprietário.

Dessa forma, o dono da casa de farinha obtinha sempre uma quantidade considerada do produto estocada, posteriormente revendida, em Cabedelo, servindo

²⁰A medida padrão utilizada na época para aferir a quantidade de farinha produzida era a *cuia*, cuja medida correspondia a 5 litros/quilos, perfazendo 20 cuias ou 100 kg uma saca de farinha comercializada.

assim igualmente de fonte de renda, embora de menor relevância se comparado os soldos obtidos na lavoura de coco.

Por haver apenas de dois fornos, fazia-se necessário agendar previamente o espaço com de semanas de antecedência, dessa forma, procurando atender a grande demanda, uma pessoa fixa auxiliava no serviço da moenda e na prensa da mandioca, contudo, o fornecimento da lenha para o forno era de total responsabilidade dos interessados no seu preparo, tal como a *torra e envase*.

Toda farinha produzida era vendida aos atravessadores conhecidos por (*pombeiros*) sendo entre estes *Manoel Venâncio, Antônio Honório e Antônio Ângelo* que pagavam ao produtor determinado valor que lhes conferia margem de lucro entre 20 a 30%. Estes últimos, por sua vez, revendiam a os feirantes de Cabedelo por margens superiores, assim, todos se beneficiando no negócio.

[...] a vida aqui antes era mais voltada para a pesca do que a agricultura, mas também tinha gente grande que vivia diretamente da agricultura que fazia farinha e goma, era sogro de *Pessoinha* era *Manoel Venâncio e Juvenal Ângelo e Antônio Ângelo*, finado *Antônio Honório*, todos moravam na fazenda, mas só poucos plantavam mandioca e viviam daquilo. A cuia de era de 5 litros de farinha, aí pagava 10% de *loteraro* da farinha ao proprietário. Ele era dono, mantinha de tudo, o motor, o forno e tudo (*Zequinha, 62 anos de idade, ex-produtor*).

Esse arranjo prosperou sem grandes embaraços até início da década de 1990, no entanto, com o falecimento do patriarca da família Pessoa em 1988, os herdeiros da fazenda iniciam paulatinamente a divisão e loteamento da fazenda a pessoas externas à comunidade entre eles *Paulo Coutinho*.

A coisa [agricultura e comércio da farinha] começou a desandar quando o dono [Antônio Elias] morreu, em 1988, depois foi dividido, cada um dos filhos pegou 23 hectares, aí cada um foi vendendo os terrenos e tudo acabou (*Gago, 2019*).

O início da derrocada da produção de mandioca então se dá a partir da aquisição das terras na porção do tabuleiro, mencionado anteriormente como *Cumbre* e de áreas remanescentes de Mata Atlântica. Com interesse na expansão açucareira ficou assim inviável a manutenção dos roçados e de outros cultivos.

O loteamento e a venda das terras a grupos externos foram responsáveis por desencadear uma série de conflitos entre os proprietários e produtores rurais. Principalmente porque nessa transação, não foram observados os direitos adquiridos desses indivíduos quanto ao uso da terra, tão pouco ofertado qualquer tipo de reparação

pelas perdas advindas, repercutindo esse evento na súbita desagregação das relações sociais e econômicas dos pequenos produtores rurais na *Fazenda Forte Velho*.

6. Dimensão da conduta política e ético/moral na fazenda

Sobre a política nos idos da *Fazenda Forte Velho*, há alguns aspectos importantes que precisam ser frisados antes de qualquer leitura e interpretação contemporânea seja equivocadamente realizada.

Na *Fazenda Forte Velho*, depois de 1930, assim como em outras grandes propriedades rurais no litoral nordestino, vivia-se a profusão das transformações sociopolíticas decorrentes da Revolução de 1930; quando embrionariamente se experimentava uma revisão na tessitura oligárquica arraigada historicamente em diferentes sub-regiões nordestina cujo pilar sustentava a tríade: latifúndio, monocultura açucareira e preservação da família patriarcal.

O *arcaísmo* por trás desse universo que engendrava o sistema rural marcaria definitivamente o estereótipo nordestino frente à opinião pública Nacional. Notadamente no que pese a manutenção do aspecto de atraso social e de expressões de poder ainda presas às estruturas de dominação política desaparecida há tempos em muitas regiões no Brasil. Nesse entendimento, Bernardes apresenta:

[...] no Nordeste, [...] a grande propriedade pôde enfrentar o processo de substituição da mão-de-obra escrava, preservando o controle da terra e, ao mesmo tempo, submetendo uma grande parte da força de trabalho livre às relações de produção que não implicavam, necessariamente, um assalariamento pleno, mas preservavam ou criavam formas de relações não capitalistas. (BERNARDES, 2007 p. 61)

Assim, o contexto histórico o qual estavam permeados os dirigentes da *Fazenda Forte Velho*, permitir-nos duas vertentes de reflexão. A primeira é a compreensão de que estamos diante de um contexto histórico-regional complexo; a segunda, é que a análise dos fatos históricos seja percebida a partir dos diferentes eventos vividos por aqueles agentes sociais no decorrer do tempo.

No aspecto moral e ético, Dona Nenzinha, proprietária e esposa do senhor Antônio Elias, representava a figura de “autoridade” dentro da propriedade, partindo majoritariamente dela o regimento moral e a vigilância atenta às normativas. Neste

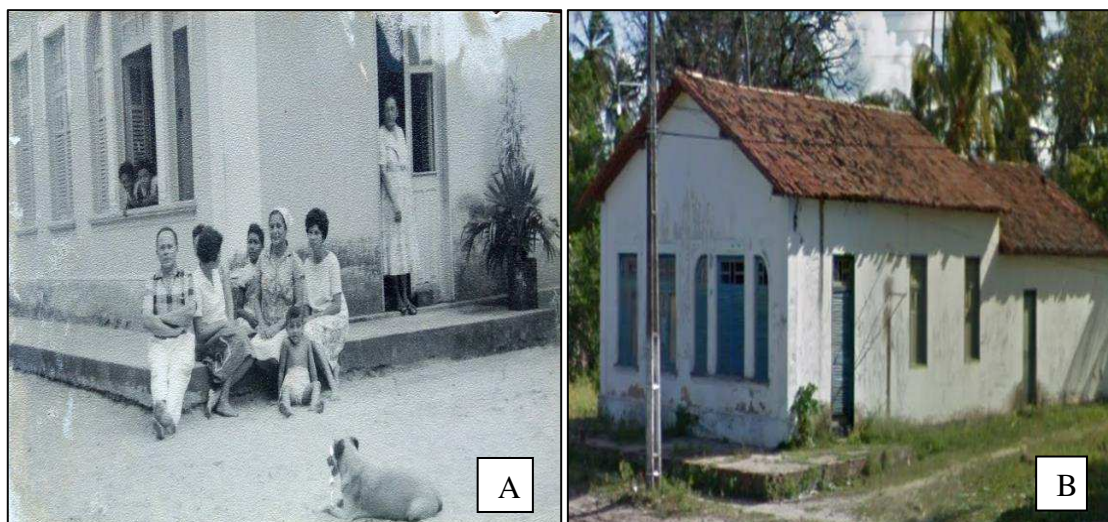
sentido, havia entre os moradores um sentimento coletivo de preocupação em não descumprir os combinados, sob o medo de serem admoestados diretamente por Dona Nenzinha.

Relatam os informantes que algumas normas de conduta interna na fazenda eram mais restritivas aos momentos festivos. Não sendo permitido, por exemplo, que uma “moça” dançasse mais que duas músicas com um único acompanhante, ou que os homens fizessem uso de bebidas alcoólicas. Havia à época a preocupação que o uso indiscriminado de álcool fosse um elemento de distúrbio entre os moradores, portanto, seu uso estritamente proibido durante todo o período de administração da matriarca.

Em casos de desentendimentos entre os moradores, fazia-se de tudo o quanto o possível para que o caso não fosse de conhecimento de Dona Nenzinha, pois certamente, os responsáveis seriam chamados à sua casa certamente advertidos. Havia nesse sentido, certo respeito e receio em não quebrar as regras preconizadas pela matriarca.

Desse modo, o imaginário coletivo/afetivo dos moradores dentro da propriedade da *Fazenda Forte Velho* revela forte correlação com essa estrutura de poder. Neste contexto, o *casarão* da Família Pessoa representava a materialização no campo do visível e não visível da hierarquia, estratificação social (Figura 4)

Figura 4. Casarão dos proprietários da Fazenda Forte Velho



Fonte: (A) Arquivo Família Pessoa. (B) *Google Earth* 2012.

Todo o complexo da Fazenda detinha de 800 hectares e arregimentava um contingente populacional estimado entre 400 a 500 moradores. Números estes bastantes expressivos para o perfil demográfico encontrado à época nas fazendas vizinhas.

Em um contexto histórico de supressão de direitos e de exposição de vulnerabilidades nos campos sociais e trabalhistas, os proprietários na condição de foreiros, não tardaram a perceber que diante daquele contingente poderiam constituir um capital político que lhes conferiu até fins da década de 1990 um relativo destaque no cenário eleitoral.

A vida econômica dos proprietários prosperou por longos anos, sempre dividido entre o engajamento político e rotina nos plantios de coco, no comércio de pescados, de manga, na produção de farinha, dentre outros. A condição de semi-isolamento²¹ da fazenda com a Sede municipal de Santa Rita contribuiu em certo sentido para a forte centralização das decisões por parte dos proprietários dentro da propriedade, explicando assim a necessidade de investimentos equipamentos que suprissem as demandas sociais básicas da Comunidade, tais como os serviços de saúde e educação (Figura 5).

Figura 5. Antigo posto de Saúde da Fazenda, hoje administrado por Santa Rita



Fonte: Cleber Oliveira, 2019.

²¹Até meados de 1960 o acesso à *Fazenda Forte Velho* era feito por barcos que saíam do porto de Cabedelo ou do Porto do Capim em João Pessoa. A construção da estrada paulatina com o auxílio dos próprios moradores que abriam caminho por áreas de vegetação fechada, hoje margeada por extensos canaviais e pequenas manchas de Mata Atlântica.

A respeito desses equipamentos, temos que a construção da primeira escola recebe o nome do fundador, o próprio *Antônio Elias Pessoa*, que também era professor de língua portuguesa, mas que nunca lecionou na Instituição. Na figura 6 (A) apresenta o momento de descerramento da faixa de inauguração da escola de ensino fundamental pelos proprietários da Fazenda *Dona Nenzinha* e Sr. *Antônio Elias*; em (B), momento festivo com a participação de autoridades e convidados para o evento.

Figura 6. Evento de inauguração da primeira escola de *Forte Velho*



Fonte: Arquivo Família Pessoa. Década provável 1960.

É preciso dizer que a situação de relativo isolamento geográfico da fazenda associada à dependência de moradia, a pauperização socioeconômica dos residentes e a pouca escolarização, atendia as prerrogativas necessárias para o delineamento de um escopo político favorável que capitaneava votos para família Pessoa, bem como para aliados e amigos próximos²².

Sobre este aspecto do aproveitamento político, Lanna (1995) ao analisar o contexto da organização social do trabalho dentro das fazendas da Zona da Mata na década 1960, compreende os “favores” e outros tipos de auxílios como “assistência” patrocinada pelos proprietários era reconhecido e valorizado pelos moradores como ato de “bondade”. A título de agrado, eram comuns na fazenda a promoção de muitos eventos

²² Antônio Elias Pessoa Filho elegeu-se vereador em Santa Rita em dois mandatos com os votos obtidos em Forte Velho; o primeiro quando tinha apenas 18 anos; em 2012 candidatou novamente, mas não se elegeu.

culturais e festas que segundo moradores, alegravam a comunidade tirando o marasmo cotidiano, deste modo.

Carnaval aqui naquele tempo aqui era carnaval! No fim de ano, São João, ele fazia uma panelada pra 40 e 50 pessoas tudo pra tomar banho e comer aquela panelada. Ele fazia aquelas coisas de boi, cortava tudinho fazia dois ou três caldeirões, passava a noite brincando e de manhã cedo tomava banho no rio que passava lá atrás, mas hoje não presta mais (moradora, 2019).

No entanto, segundo relato dos moradores mais críticos à *Família Pessoa*, essa estratégia servia de pano de fundo para a manutenção *status quo* político vigente, dessa forma:

[...] faziam umas festas, [os Pessoa] matavam um boi e faziam tipo um churrasco comunitário... era uma forma política também. Aqui era voto de cabresto, pois a família dele era de político e se você não votasse neles podia ser penalizado (ex-pescador, 2019).

Deste modo, a política, e a troca de favor serviam de instrumentos mediadores que de certa maneira garantiam certos privilégios, estendido esses benefícios a outros segmentos da política que igualmente se valiam daquele importante reduto eleitoral.

A figura 7 retrata um dos momentos áureos da vida política empreendida na Fazneda. Em (A) nota-se o palanque improvisado ocupado por representantes dirigentes políticos em evento na fazenda *Forte Velho*.

Figura 7. Dirigentes políticos em visita a *Fazenda Forte Velho*



Fonte: Arquivo Família Pessoa

A condução desse modo de fazer política perdurou até próximo da década de 2000, período esse marcado por instabilidade social devido a partilha da Fazenda entre os herdeiros e pelo acirramento no campo das disputas eleitorais entre alguns dos filhos do senhor Antônio Elias a uma vaga na Câmara legislativa de Santa Rita com os votos arregimentados na comunidade. A figura 8 apresenta os encartes de propaganda política dos proprietários.

Figura 8 Cartazes políticos dos proprietários da Fazenda



Fonte: Arquivo Família Pessoa

No entanto, percebendo o ambiente de transição porque passava o futuro da fazenda e a divergência na família no âmbito político, resultaram aquelas eleições com nenhum dos irmãos conseguido se eleger. Conforme salienta a fala de um morador o momento exigia mudanças no *status quo* político-administrativo na comunidade,²³:

[...] hoje temos uma liberdade que a gente só consegue enxergar hoje, naquela época era uma opressão. Forte Velho tem capacidade de eleger dois vereadores, mas ninguém se elege, o povo não está mais unido, metade da população vota em Cabedelo, mesmo precisando daqui. (morador, 2019).

Neste sentido, pode-se depreender da fala que o longo período histórico caracterizado pela negação de direitos e tipos diversos de imposições aos moradores sugere ter corroborado para que desencadeasse uma espécie de anseio coletivo por

²³Conforme Silva, (2016, p. 66) a relativa distância entre a sede municipal (Santa Rita) e as populações rurais e ribeirinhas (ao longo do estuário do rio Paraíba), bem como a baixa representatividade política destas comunidades na gestão local tem contribuído para o agravamento desse quadro.

“liberdade”, uma espécie de condução irrestrita de suas próprias vidas e não condicionada por terceiros.

Por outro lado, outros alegam ser grato pelos feitos da Família Pessoa quando estes auxiliaram por muitas vezes gestantes na condução à maternidade em Cabedelo e Santa Rita, ou pelos inúmeros momentos de consagração festiva e também na oportunidade na realização do sonho da casa própria quer pela doação, quer pela venda a baixo custo do terreno em que residem.

7. A casa: dimensão do espaço de morada, sociabilidade e trocas

Até os primeiros anos dos idos de 2000, as casas dos moradores obedeciam a um padrão único de construção: paredes em taipa e telhados em palha. Por se tratar de uma área de propriedade privada, havia a exigência por parte dos proprietários que as edificações obedecessem a esse tipo de padrão construtivo.

Embora não haja registros documentais que corroborem o quantitativo de imóveis e moradores na fazenda *Forte Velho*, cruzamentos de informações de inúmeros interlocutores sinalizam haver aproximadamente entre 60 a 70 casas, correspondendo a uma média superestimada de 360 e 420 pessoas²⁴. A contagem da prefeitura de Santa Rita em 2006 registrou na comunidade 553 moradores; enquanto o IBGE (2010) acuse a presença de 991 habitantes, colocando os números da pesquisa dentro de um campo aceitável.

O procedimento de construção das casas adotava três etapas, respectivamente: a retirada dos “paus” no mato, ou seja, o madeiramento para as treliças das paredes e teto; preenchimento das paredes com barro de *massapê* e o cobrimento com palha de coqueiro.

A jornada de montagem de cada etapa decorria uma manhã ou um dia integral de serviço. Depois de finalizado, o imóvel dispunha de aproximadamente 50m² e contava com sala de estar e jantar, dois quartos e cozinha. O banheiro feito de palha ficava instalado no quintal próximo a residência e dividia-se em área de banho e das necessidades fisiológicas.

²⁴ Cálculos realizados levando em consideração um agrupamento familiar com média de seis pessoas.

A Figura 9 contempla o perfil e a destruição das casas nas ruas de areia sombreada pelos coqueirais.

Figura 9. Modelo de casas de taipa e organização do espaço dentro da fazenda



Fonte: Arquivo pessoal Família Pessoa (década 1990?)

Salvo exceção a residência dos proprietários, a construção em alvenaria era terminantemente vetada, visto que os moradores não detinham a posse de terra dos lotes, tão pouco dos imóveis por eles construídos visto que se tratava de propriedade privada. Desse modo, a pintura das fachadas dos imóveis era a única possibilidade de personalização aceita.

Era encargo do morador organizar um grupo de aproximadamente 12 a 15 pessoas para auxiliá-lo na execução do serviço em sua casa. O favor não era gratuito, mas uma espécie de permuta conhecida como “troca dia”, onde ao fim de todo o serviço, o dono da casa assumia a obrigatoriedade de retribuir o serviço prestado a todos os participantes em local e dia da semana posteriormente definido.

A cobertura em palha tinha pouca durabilidade fazendo necessária sua troca a cada dois ou três anos. Apesar da abundância da matéria-prima, havia também grande demanda dos moradores pela folhagem dos coqueiros para efetuar reparos e não raro, a substituição completa da cobertura. Por esse motivo, exigia-se dos moradores organização na encomenda previa das 100 folhas necessárias aos tiradores de coco. A figura 10 apresenta o momento de reunião dos moradores no palhamento de uma casa durante o “troca dia”.

Figura 10. Momento de envolvimento comunitário no palhamento da casa



Fonte: Arquivo família Pessoa (Década 1990?)

Após a culminância de cada empreitada de construção ou reforma, era habitual que os donos da futura casa, em sinal de gratidão pela gentileza, oferecessem refeições ou tira-gostos a base de marisco, crustáceos, peixes, galinha de capoeira, etc., figurando, esse, portanto um momento de confraternização muito aguardado entre os participantes.

Como as casas estavam dentro de uma área produtiva de coco, era exigência dos proprietários que os loteamentos não dispusessem de cercas nem muros. Essa peculiaridade na organização do espaço comunitário permitiu ampliar a convivência entre os vizinhos como no cuidado e observação mútuo das crianças, limpeza coletiva dos quintais e no desenvolvimento das tarefas concernentes à retirada da carne dos crustáceos e mariscos.

Esse ambiente de cooperação e tranquilidade é rememorado e descrito nostalgicamente por muitos desses interlocutores como “*época que não volta mais*”, *Dona Mercês* (81 anos de idade)²⁵.

8. O declínio da Fazenda e a venda dos terrenos e aquisição das casas

²⁵ Lucio e Maciel, (2000, p. 172) descrevem da seguinte forma a sociabilidade das mulheres de *Forte Velho*: “seus quintais, lugares de conversas e trabalho, onde as mulheres e crianças, na sombra das mangueiras, tiram a carne do caranguejo e mariscos”.

Como anteriormente visto, *Forte Velho* escreve recentemente um legado marcante de forte ingerência política e de conflitos de ordem social e econômica. A questão fundiária e a luta pela posse da terra são outros pontos cruciais no entendimento sobre a constituição da comunidade com repercussão direta na atual configuração e organização comunitária (ALMEIDA, 2016).

Partindo deste aspecto, o registro oral dos interlocutores deste estudo aponta que a problemática fundiária iniciou-se com o falecimento do antigo patriarca das terras, o senhor Antônio Elias Pessoa em 1988 e a posterior divisão dos lotes entre os seus herdeiros e os habitantes tradicionais do lugar, evento importante ainda latente na memória dos moradores.

Nessa época houve uma grande confusão. A gente nascida aqui em Forte Velho não tinha dinheiro porque vivia da maré, da pescaria, marisco, ostra, sirí, camarão e os donos do terreno ofereceu nossa terra com a gente morando dentro. Teve gente aqui que perdeu seu terreno, aí todo mundo ficou aqui comprando seus terreninhos e fazendo suas casas. (Relato de uma ex-pescadora anônima. Extraído de Almeida, 2016 p.71).

Com o início do loteamento das terras e revenda por parte dos herdeiros, criou-se um clima de grande animosidade e preocupação entre moradores, pois estes como não dispunham de titularidade dos imóveis, passaram a negociar diretamente com os herdeiros que os venderam a valores simbólicos, e em alguns casos a doação desses lotes.

Faz 29 anos que tenho essa casa [desde 1990?], fui o primeiro a construir, os herdeiros ficaram com medo de perder os lotes por uso capião aí começaram a dividir o lote entre eles, [...] muitos [moradores] pagaram as casas, mas teve quem não pagasse. Na época, comprei com dinheiro de adiantamento do meu serviço e foi na época da inflação isso. Quem não tinha dinheiro, pagou seu terreno com coentro, camarão, verdura e até com televisão, ninguém tinha dinheiro pra pagar (ex-pescador, 2019).

Como a grande maioria dos comunitários de *Forte Velho* vivia regida sob o mote da subsistência dos roçados e dos recursos auferidos na maré. Na ocasião da divisão dos bens entre herdeiros e a venda dos lotes, muitos destes moradores foram surpreendidos e como não dispunham na ocasião de recursos financeiros que lhes permitissem a aquisição.

No entanto, o acesso aos proprietários permitiu com que a negociação fosse facilitada de forma que os preços cobrados pelos lotes foram irrisórios, pagos inclusive

à prestação. Quando não dispunham de quaisquer recursos, era comum o combinado de fornecimento de insumos agrícolas (como coentro) ou objetos pessoais como forma de acerto.

Em meio ao cenário de agitações decorrentes da venda dos lotes, moradores residentes numa determinada área da fazenda conhecida como *Rua da Alegria*, recorreram em auxílio ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pra que deliberasse em seu favor, desapropriando parte da fazenda para que fosse realizado o assentamento rural daquelas famílias.

Depois de acirrada ação judicial, deferiu a Justiça em favor da indenização e desapropriação de cinco hectares da proprietária, pacificando, por fim a celeuma em torno dos loteamentos.

A obtenção da titularidade dos imóveis quer por doação/venda simbólica por parte dos antigos proprietários ou por litígios na justiça, abriu precedentes para um importante momento de conquista social e de direitos no âmbito comunitário.

Com a titularidade dos terrenos em mãos, os moradores não tardaram a recorrer a empréstimos e empregar as poucas economias, na construção das novas moradias, e em curto espaço de tempo, as antigas e tradicionais casas erguidas em palha e taipa rapidamente cederam lugar a outras novas de alvenaria conferindo melhores condições de vida e cidadania, antes impensadas

Apesar de significativo ganho social trazido com a construção das casas, não se pode deixar de mencionar as mudanças sentidas no âmbito comunitário, pois com os lotes recém-adquiridos houve a necessidade de construir muros que dividissem os terrenos. Segundo moradores, as barreiras artificiais representavam naquele momento a salvaguarda da posse sobre o território; por outro, implicou na inviabilizou na manutenção da sociabilidade entre os vizinhos a que historicamente estavam habituados. Aqui antes era um quintal pra todo mundo, era livre, não tinha muros a gente conseguia manter Forte Velho mais limpo, porque naquela época não passava carro de lixo, mas as pessoas tinham a cultura que cada um queimar o seu lixo e preservar seu quintal, todos se juntava e limpava, hoje o povo tá desunido, não é mais como antes” (ex-pescadora, 2019).

A Figura 11 apresenta o avanço das melhorias dos imóveis ao longo dos anos, sendo possível perceber a rápida transformação urbana evidenciada pela comunidade na década de 2000.

Figura 11. Evolução da construção das casas de Forte Velho, Santa Rita – PB



Fonte: (A) arquivo família Pessoa. Data provável: (2004) (B) Google Earth, (2018).

Depreende-se, portanto que com a construção das casas em alvenaria e muros, alguns aspectos da vida fugas comunitária como varrição coletiva, os cuidados com os pequenos roçados e a criação de animais nos fundos dos quintais, praticamente se inviabiliza. Acompanha esse evento também o surgimento e instalação das muitas casas de comércio, oferecendo serviços e venda de produtos industrializados que repercutiram invariavelmente na rápida desagregação dos saberes orais rurais constituídos entre esses moradores e o meio.

9. Dimensão cultural: as visagens e assombrações

O campo simbólico memorial das comunidades interioranas brasileira guardam um amplo universo de mitos e lendas, muitos desses seculares e sem qualquer explicação aparente de sua origem, mas que por serem contados e recontados entre as sucessivas gerações, são de tal forma incorporada ao imaginário popular, que se tornam “verdades” incontestes.

Há em Forte Velho duas representações dessas alegorias/*causos* ainda muito vivas no coletivo, sobretudo, para os agricultores e pescadores sendo elas: a lenda de *Cumadi flozinha e o Pai do mangue (Batatão)*, lendas indígenas requeridas pelos Potiguaras como suas.

Relatos dos pescadores dão conta que na *Fazenda Forte Velho* havia uma aparição conhecida como *Cumadi Florzinha*, entidade feminina mestiça (índigena e

branca) misteriosa tipicamente nordestina paraibana, pernambucana e baiana e de outras áreas da Zona da Mata. Age de maneira furtiva e habita as florestas protegendo animais e plantas de pessoas predadoras do meio ambiente, não por acaso também receba nomenclatura “Mãe da Mata”²⁶.

Conta os moradores que nunca ninguém viu pessoalmente *Cumadi Florzinha*, mas sua aparição era notada quando bem cedo, pela manhã, as crinas e rabos dos cavalos apareciam trançados de maneira que era “impossível desatar”. Quando ocorria o suposto evento, rapidamente uma leva de curiosos aparecia para atestar o fato. No entanto, tal como aparecera, no dia seguinte, as misteriosas ranças eram desfeitas, surpreendendo novamente a todos.

Outro evento curioso, que igualmente permeia o folclore de *Forte Velho*, é a aparição do *Pai do mangue* ou *Batatão*. Entidade manifesta nas áreas úmidas dos rios e nos manguezais sob a forma de luz brilhante cor esmeralda ou azul e que, por algum motivo, atrapalha a pescaria afugentando os peixes e assustando os pescadores.

Meu pai mesmo já viu... chegou lá e viu aquela luzinha aqui acolá... tava bom de peixe que só... sabe de uma coisa pai: isso não é coisa boa, vamos pra casa... Não pode chamar nome [palavrão], tem que tratar bem aquele negócio que tá passando. (Mestre Nunca, pescador).

[...]

Ninguém chamava *nome* não ninguém dizia nada senão levava uma pisa que ele dava. Na maré, no mangue a gente vê aquela luzinha a gente vê, mas ninguém fala nada, não pode chamar nome...senão fica *desorientado* e se perde dentro do mar. Eu já vi muitas coisas ali pra banda de Areia uma hora da madrugada nos botava a navegação pra esperar a mare e a gente via a luzinha bem azulzinha (Gago, ex-pescador).

[...]

Certa vez eu tava pescando ali no Furado, esperando enfincado esperando a da hora da maré, quando dei fé eu vi uma luz pela boca da gambôa, vindo assim, assim...se achegando, quando chegou bem perto da gente a luz voltou de novo. Quando chegou a hora de dar o lance, a luz verde voltou, eu olhava bem pra ela e não via ninguém. [então] eu disse pro cumpadi que tava comigo, voce viu? Ele disse eu vi! Demos o lance chega estralava [a rede], só folha, camarão nada! ai eu falei, Sabe de uma coisa cumpadi? Vamos se embora? Ai quando chegemos depois da Ilha das Cabras, lá vem a luz den novo saindo de dentro da gamboa... só sai das gamboas... quando viemos chegando amarremos as canoas que botemos o sauneiro nas costas quando dei fé a luz passou do nosso lado por cima da maré. Não sei como era aquele negócio, nem pescasse que não dava certo mais não, a gente escutava o camarão pinotar, estralar, mas não via não... a gente dizia que era o batatão, o pai do mangue, mas essas lendas acabou-se (ex-pescador, 2019).

²⁶História extraída do site: <http://historiadecanguaretama.blogspot.com/>, em que não aparece o crédito do autor.

Relata os moradores, que aqueles que veem sua luz, não podem pronunciar “palavrão” sob o risco de levar uma *pisa*, ficar desorientado, cego ou enlouquecer. Segundo (Cascudo, 2001, p. 130) essa lenda remonta o século XVI quando *José de Anchieta* percebeu o temor do povo tupi que o chamava *mbaê-tata*, que significa *coisa de fogo*, ou *mboa-tata*, *cobra de fogo*.

10. A Colônia Z-11 de Forte Velho

A fundação da Colônia Z-11 de *Forte Velho* remonta os anos de 1970 quando apenas oito pescadores estavam escritos na Colônia Z-2, pertencente ao município de Cabedelo, Paraíba. Em meio a insatisfações diversas com a referida Colônia, os poucos inscritos não pagavam a mensalidade, enquanto os demais pescadores de *Forte Velho* trabalhavam na anonimamente sem qualquer vinculação institucional.

Tinha aqui uns 8 a 10 pescadores que estavam registrados em Cabedelo, mas não pagavam a colônia. Quando cabedelo (*Colônia Z-2*) soube que aqui (*Forte Velho*) estavam se organizando pra tirar carteira, fomos lá na Capitania explicar que queríamos a mudança pra Z-5 de Lucena e o povo de cabedelo não gostou (ex-presidente da Colônia, 2019).

O arranjo administrativo das Colônias tem grande interesse em arregimentar o maior número de pescadores e matricula-los, isso porque o registro incorre diretamente no aumento da arrecadação, em razão do recebimento das mensalidades pagas pelos pescadores, além de angariar capital político na própria Comunidade. Por esse motivo, compreensível a insatisfação dos dirigentes da entidade de *Cabedelo* ante o pedido coletivo de desfiliação.

Conforme relata Aluilson Teixeira Valério *Seu Luca*, ex-pescador e fundador da Colônia de *Forte Velho*, a história da Z-11 decorre em meio a um clima envolto a euforia, rumores e preocupação em face às mudanças administrativas porque passava o setor pesqueiro, em especial por conta da obrigatoriedade do Registro Geral da Pesca - RGP (Carteira de Pesca) cuja responsabilidade de emissão era da *Capitania da Pesca*. O RGP configurava com uma forma burocrática governamental de regulamentar o setor, oficializando, portanto, a atividade dos pescadores junto ao órgão federal, garantindo o acesso aos benefícios ofertados à seguridade social entre aqueles matriculados.

Quando eu cheguei e fui pra pescaria e vi o capataz da capitania... e outro cabeludo que era Tio De Ary, presidente da Colônia de Lucena, já tinha escutado no rádio que pescador tinha que tirar a documentação pra pescar. Perguntei ao capataz como se fazia pra tirar os papeis, e ele disse: me arrume uma turma de 25 pra lá [Forte Velho] que eu trago a capitania pra Forte Velho. Na primeira vez eu arrumei rápido 42 pessoas pra tirar a carteira; na segunda vez foi 36. Isso era em 1974, pois em 1975 já tava bem estruturado, nem era colônia, aqui pertencia a cabedelo (ex-presidente da colônia, 2019).

Muito antes da fundação da Colônia Z-11, os pescadores de *Forte Velho*, sob a articulação de *Luca*, foram estrategicamente vinculados à Colônia Z-5 de Lucena, cujo presidente mantinha estreitas relações de amizade entre as lideranças e pescadores de *Forte Velho*.

Observou-se que a transferência coletiva dos pescadores de *Forte Velho*, matriculados na Colônia de Cabedelo, está, certamente, estritamente associada a uma intrincada “parceria” firmada entre as duas comunidades de pescadores com respaldo maior a *Forte Velho* de onde, por intermédio de *Luca*, rapidamente arregimentou-se 78 pescadores efetiva as primeiras matrículas na Capitania dos Portos.

Passamos muitos anos na Z-5, sempre que tinha eleição na colônia, a gente ganhava, era quase 80 votos só de FV de pescador de Lucena era mesmo 12 ou 14 votos, o resto tudo foi meu, vinha gente de Lucena fiscalizar os votos na urna.

Como Forte Velho conseguiu reunir um quantitativo expressivo de pescadores matriculados para a Colônia Z-5, ficou acertada entre as lideranças uma espécie de alternância nas candidaturas da direção entre as duas comunidades, perdurando esta forma de organização sem grandes conflitos por alguns anos.

No entanto, a pretensa *parceria* encontraria forte objeção quando a Federação da Pesca inicia a liberação de autorização para a fundação de novas Colônias na década de 1990, fazendo com que houvesse pronta manifestação por parte das lideranças políticas de *Forte Velho*, sobretudo com o apoio de seu Martinho, ex-presidente da Colônia de Lucena e à época presidente da Federação da Pesca na Paraíba que auxiliou *Luca* em como proceder aos trâmites jurídicos necessários para o estabelecimento da nova entidade.

Superada a questão burocrática junto à Capitania da Pesca, estaria então em 03 de setembro de 1995, instituída a Colônia de Pescadores nominada *Antônio Elias Pessoa*, em homenagem ao patriarca de *Forte Velho*.

O processo de aquisição do terreno da Colônia só foi possível porque *João Carlos Elias Pessoa (Joca)*, um dos herdeiros do patriarca da *Fazenda Forte Velho* doou um dos seus lotes para a construção do prédio, que teria inauguração pouco tempo depois em 02 de janeiro de 1996.

Segundo (*Pessoinha - in memoriam*)²⁷, desde sua inauguração, a Colônia Z-11 vem desenvolvendo importantes prestações de serviços aos pescadores das comunidades de sua ingerência, no caso Forte Velho, Livramento, Tambauzinho e Ribeira, I, II e III.

Entre estes serviços os mais comuns são as orientações aos pescadores quanto aos tramites de entrada na Previdência Social, seguro defeso, promoção de convênios com intuições financeiras a exemplo do Banco do Nordeste, entreposto para recebimento correspondências e aprimoramento técnico-profissional a exemplo de cursos profissionalizantes e de formação de aquaviários exigido para o pescador interessado em desempenhar função de marinheiro em embarcação de pesca de qualquer tipo e porte.

A Colônia Z-11 dispõe de espaço administrativo bem equipado com computador, impressora, ar-condicionado, acesso à internet, dois salões para reuniões e eventos, além de um pequeno estaleiro que atente atendimento os pescadores usuários na costura de redes e reparos nas embarcações.

Atualmente os Caícos em sua grande maioria são construídos em estaleiros na periferia do porto de Cabedelo, local esse que se especializou na fabricação e manutenção de barcos, canoas e jangadas.

A Colônia Z-11 incentiva a tradição dos Caícos em *Forte Velho* e nas comunidades adjacentes fornecendo combustível às embarcações no dia 29 de junho; data esta que marca os festejos em homenagem a São Pedro, Santo padroeiro dos pescadores (Figura 12).

²⁷*Pessoinha*, personalidade emblemática na comunidade Forte Velho, era um dos muitos herdeiros da antiga *Fazenda Forte Velho*. Embora nunca exercendo na prática a função de pescador, sua influência política lhe conferiu prerrogativas na participação da fundação da Colônia Z-11, presidindo a instituição em duas oportunidades. Embora afastado da direção, nunca abandonou sua ligação com o movimento sindical da pesca e, em diferentes instâncias, envolvia-se nos trabalhos da Colônia onde assessorava informalmente o atual presidente.

Figura 12. Procissão na festividade a São Pedro no Rio Paraíba.



Fonte: Juscinei Lima.

Nesse dia, ocorre uma procissão fluvial contando com a participação de aproximadamente 35 embarcações, onde participam pescadores da Colônia Z-11 de Forte Velho e das comunidades Nossa Senhora do Livramento e Ribeira. O cortejo religioso deixa a comunidade da Ribeira em direção à Forte Velho, onde por fim, na igreja, é celebrada uma missa em intensão aos pescadores.

No tocante o envolvimento da Colônia em ações de fomento social e cultural na comunidade, os pescadores informaram que os trabalhos e serviços atendem relativamente aos anseios dos filiados.

No entanto, manifestam necessidade de projetos socioambientais, especialmente voltados ao resgate da cultura pesqueira, com enfoque, por exemplo à retomada da *regata a vela*, evento festivo que congregava pescadores de todas as regiões, mas que há algum tempo foi descontinuado.

No aspecto ambiental destacam o fomento de campanhas de conscientização voltadas à conservação do *caranguejo Uça*, atualmente ameaçado por conta da captura predatória. Na figura 13 (A) à esquerda, Antônio Elias Pessoa Filho, ex-presidente da Colônia e à direita, Juscinei Lima, atual presidente da Colônia. Em (B), o estaleiro da Colônia.

Figura 13. Fachada e Estaleiro Colônia Z-11



Fonte: Cleber Oliveira, 2018.

11. Dinâmica de transformação na pesca: inflexões, conflitos e perspectivas

Durante as incursões de campo, postulou-se compreender o histórico de formação da comunidade e a partir desse entendimento tentar responder se a comunidade guarda reminiscências culturais que apontem se de fato a mesma trata-se de uma comunidade de pescadores tradicionais ou em determinado momento de sua constituição, essa pretensa identidade foi de alguma forma forjada.

Antes mesmo de tentar responder, faz-se necessário antecipar que a definição em torno da terminologia *pesca artesanal/pescadores artesanais* ainda não é consenso entre os especialistas. No entanto, Platteau, (1989) advoga que esta é uma atividade eminentemente oposta à pesca em larga escala, que utiliza tecnologias sofisticadas e envolve pesados investimentos, acessíveis apenas a uma classe capitalista da qual as comunidades pesqueiras não se incluem.

Por outro lado, a pesca artesanal é apresentada como atividade na qual, pescadores autônomos a exercem individualmente ou em equipes, sempre se valendo de apetrechos relativamente simples (DIEGUES, 1983; 1988), onde o produto obtido é comercializado individualmente ou por intermediários, de baixa produtividade e taxa de rendimento (FAO, 1975; SMITH, 1979) eminentemente voltada à subsistência, (SCHUMANN e MACINKO, 2007).

Acerca dessa definição, o Decreto Lei 8.425, de 31 de março de 2015, considera pescador artesanal:

Pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte metros (BRASIL, 2015).

Neste tópico, optou-se por acolher a definição pescadores artesanais apresentada por Clauzet et al. (2005) que os define como profissionais que:

Trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa com interesse na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado (CLAUZET et al, 2005 p.1).

Superado o debate a respeito da definição de pescador tradicional, precisou-se relembrar que a comunidade de *Forte Velho* enseja um histórico de organização social baseado no *foro*, onde os moradores não dispunham da posse da terra tão pouco eram funcionários da fazenda uma vez que não gozavam das prerrogativas legais trabalhistas inerentes aos diferentes ofícios que desempenhavam, notadamente nas atividades inerentes à monocultura do coco.

A vida e ambiência dentro da *Fazenda Forte Velho* caracterizavam-se por rotinas eminentemente rurais, realizadas de forma independente (nos roçados de mandioca, feijão, inhame, milho, batata, hortaliças, etc.), mas também dedicadas à pesca artesanal de diversos produtos oriundos da maré, sobretudo o camarão, muito abundante à época.

12. Primeiro momento da pesca: curral, viveiro e da Rede Grande

Conta os moradores mais antigos que os primeiros registros da pesca em Forte Velho remontam as décadas compreendidas entre 1930 a 1950 quando então *Firmino Falcão*, residente na Fazenda e sobrinho de *Dona Nenzinha* e seu Antônio Elias, após arregimentar terrenos na área adjacente ao rio da Guia, na região conhecido como Focinho demonstrou interesse no desenvolvimento da piscicultura de peixes nativos do Rio Paraíba, instalando quatro viveiros de peixe.

Informantes também mencionam que *Firmino* dispunha também de três currais (chamados também de sítios/marcação) próximos a Ilha da Restinga, além de rede emalhe conhecida por *rede grande*. Lamentavelmente muito pouco ou quase nada desse período se conhece, visto que a maioria dos informantes faleceu, sendo escassas e desencontradas as informações. Todavia, sabe-se que com a morte de *Firmino* o negócio de peixe nos currais e nos viveiros foi descontinuado pelos herdeiros.

13. Segundo momento: a pesca dos donos dos barcos (pombeiros)

O segundo momento temporal da pesca em Forte Velho compreende (1960-1970); este bastante preservado na memória dos interlocutores que trata da pesca *meeira* ou em *parceria*, isto é; um arranjo fortemente concentrador, onde os *donos dos barcos* (atravessadores) detinham dos meios de produção e o direito de comercialização dos pescados, e quem arregimentavam a tripulação que prestava serviço.

Nessa organização, os preços elevados dos insumos empregados na confecção das redes de pesca e das embarcações tornavam via a pescaria independente algo impraticável, colocando o pescador em condição desfavorável em relação atravessadores também chamados de "pombeiros"²⁸.

No meu tempo, tinha muito pouca gente que tinha [barco e redes], mas no tempo em que eu pescava pros outros era seu Antônio Honório, Manoel Venâncio, Pompeu, Batista e Zé Marcolino e Raimundo, pai de Ary, Chico motorista, Furico eles tinha Rede Grande, eram donos dos barcos... os donos tinham quinhão, nós não tinha nada. Mas precisava trabalhar pra eles (Ex-pescador, 2019).

As pescarias daquele período apresentam semelhanças em alguns aspectos com as praticadas atualmente, principalmente no tocante o emprego da embarcação (canoas) e redes de emalhe conhecidas como *sauneiro*²⁹, ficando por aí o comparativo, pois na ocasião, o pescador era um mero prestador de serviços nas embarcações tanto para os donos da fazenda como para outras pessoas por eles chanceladas quer pelo grau de amizade ou por parentesco.

²⁸ Ver mais em Gilberto Freyre, (1936).

²⁹ Rede de emalhe cuja especialidade é a captura do peixe Saúna peixe teleósteo da família dos Mugilídeos, semelhante à tainha, mas que devido seu emalhe fino também captura camarão.

Decorrida a faina da pesca na maré, voltavam os pescadores à Forte Velho e desembarcava-se na praia, onde o *pombeiro* os aguardava para conferir o resultado obtido (apurado) dia. Todo o pescador era integralmente repassado ao dono do barco, que efetuava a pesagem e posteriormente a repartição do *quinhão* de cada pescador e o seu próprio.

O quinhão é um termo inerente à pesca que corresponde à divisão dos pescados entre os participantes, no caso da relação pescador x dono do barco; o quinhão era dividido por quatro, o dono e os três pescadores.

Relatos apontam que alguns pescadores depois de reservarem parte do seu quinhão para atender sua subsistência, repassavam o restante ao dono do barco, pois para além de conferir um pouco mais de renda, era uma maneira de se desfazer do produto excedente por não haverem meios para conserva-los.

Não havia desse modo propriamente uma venda do pescador ao pombeiro, o que descaracterizaria a parceria, mas uma cessão da porção que lhe cabia no *quinhão* comprado pelo dono do barco. Essa parte remanescente do quinhão era pesada com balanças de pratos e peso de metal, e no momento de sua tara era adicionado 10% de extrapolação em favor do dono do barco. Essa estrapolação intencional chamava-se *colarinho*, o *colarinho do dono*.

O pescador mesmo conferindo a pesagem “*ludibriosa*”, não manifestava contrariedade (pelo menos não na presença dos donos dos barcos), pois se tratava de prática arraigada entre os pombeiros. Restava ao pescador, portanto, contentar-se com o (*quinhão*), que com muito dificuldade supria as necessidades de consumo da família.

No entanto, para os donos dos barcos, o negócio demonstrava ser extremamente vantajoso e lucrativo, não havendo do que reclamar:

Naquela época eu cheguei a comprar 80 quilos numa pescaria só, numa maré e de tarde ser outro tanto..tinha vez de onde não ter onde guardar camarão, tinha vez de guardar nos balde, não tinha nem caixa pra guardar, eu ganhava dinheiro... por isso dava pra comprar barco, fui até pro Rio (de Janeiro) com o dinheiro que ganhei, teve outro que apurou 200 quilos de camarão eram bom demais (ex-atravesador, 2019).

De fato, o negócio era próspero aos donos dos equipamentos, no entanto, tratava-se de uma parceria claramente injusta para os pescadores, pois entre os pescadores e proprietários não havia possibilidade de negociação no *quinhão*, e nessa pretensa “parceria” quem efetivamente lucrava eram os *pombeiros*.

O pescador nesse período com muito pouco ficava da produção, pois se repassava aos *pombeiros*, provando que a lógica de capital constituída no mundo da pesca daquele período era guiada estritamente pelo dinheiro (SIMMEL, 1976).

14. Terceiro momento: o fim do monopólio pesqueiro

A modalidade de pesca enviesada em que sempre o dono do barco, e nunca o pescador vende o peixe perdurou longos anos, até que por volta de 1975. Quando conta a história que um ex-motorista de ônibus conhecido pela alcunha de *Chico motorista* ao se desligar da empresa viária em que trabalhava, resolveu investir o pagamento da indenização na compra de canoas e *suaneiros*, tendo também formando equipes fixas de pescadores de Forte Velho para explorarem a pesca do camarão no Rio Paraíba, tendo segundo relatos esse empreendimento alcançado êxito por algum tempo.

No entanto, por razões não muito esclarecidas pelos informantes, *Chico motorista* de por algum motivo, sensibilizado com as condições de precariedade porque passava o pescador dentro daquela relação trabalhista iminentemente subserviente em face aos donos dos barcos, deliberadamente tomou então a iniciativa de proceder a doação algumas de suas *canoas* e demais *petrechos de pesca*.

Seu gesto, talvez inconsciente fosse percebido na comunidade como momento de assombro, espanto e revolução, pois iniciaria a partir daquela iniciativa o processo de desarticulação do monopólio da pesca do camarão e do peixe e de toda a organização social dela decorrente.

Em 1975 começou essa história do *cabra* dar a rede [...] Chico motorista começou essa história e acabou com o quinhão [...] e ficou assim pra todo mundo [atravessadores]ninguém queria pescar pra dar a parte do dono, [pois] só quem tinha vantagem era o comprador (ex-atravesador, 2019)

Essa atitude altruísta de *Chico motorista* repercutiu negativamente entre os proprietários das embarcações, pois com a perda do monopólio da compra e revenda dos pescados o negócio aos poucos se tornou inviável, visto que os pescadores manifestavam interesse em trabalhar por conta própria, auferindo rendas que certamente não obtinham se trabalhassem sob o sistema de parceria.

Percebendo a irreversível derrocada dos negócios, e a ressignificação no *status quo* da pesca, muitos *pombeiros* não perceberam alternativa senão se desfazer de seus *petrechos* por doação ou por venda parcelada aos pescadores.

No tempo de *Chiquinho*, antigamente o caba tinha que deixar o quinhão do dono, mas depois de Chiquinho pra cá o caba deixou de pagar o quinhão [...] e o pescador mesmo começou a pescar só, com as mulher, com os menino, usando a camaraozeira. [...]

O fim do quinhão foi bom pra quem não tinha navegação, e passou a ter. Muitos deles [pescadores] pagavam devagarzinho a prestação, mas muitos deixavam de pagar. Eu mesmo perdi um sauneiro e quase perco a canoa, quem ficou, ficou e o que deu pra vender, eu vendi, eu parei com isso. Depois de muito tempo quem tomou conta desses negócios foi as mulheres, não tem mais pombeiro homem... hoje são as mulheres. Quem vende camarão aqui é Penha, Rosalva e Maria Rita... elas vendem tudo, marisco, ostra, etc. (ex-atravesador, 2019).

A doação deliberada dos equipamentos de pesca por parte de *Chico motorista* aos pescadores decorre mais de 40 anos, mais ainda é lembrado por pescadores e em especial pelos *pombeiros* que confirmam esse evento como de ruptura do monopólio da compra e revenda dos pescados, mas que, no entanto, invariavelmente nos permite perceber duas perspectivas sobre o mesmo fato.

O primeiro olhar contempla a figura do pescador; posto como um reles prestador de serviço que atendia aos interesses do dono do barco, e quem menos se beneficiava com o resultado da pesca. Mas ao poder adquirir os meios de produção, tornou-se independente, podendo negociar diretamente o comprador, conferindo assim maior soldo;

Num outro campo de análise a perspectiva dos pombeiros. Donos dos barcos que lucravam alto com esse tipo de empreendimento, mas que por uma atitude deliberada de um dos seus pares, o negócio praticamente se tornou inviável em curto espaço de tempo os obrigando a migrar para outros interesses.

15. Quarto momento: a pesca na década de 1980-2000

Como visto anteriormente, a pesca no momento de existência da *Fazenda Forte Velho* vem experimentando um processo de transição desde quando se tem notícias da exploração dos recursos da maré através de currais, viveiros e *redes de emalhe* (*Rede Grande*) anos compreendidos de 1940-1950.

Posteriormente ganharia essa atividade maior complexidade e importância econômica na comunidade nos anos de 1960 a 1970 com a profissionalização e mercantilização do setor promovida pelos atravesadores (pombeiros) em acordos demonstrados poucos vantajosos aos pescadores contratados. E, por fim; um terceiro

momento este agora relacionado com a expansão da pesca artesanal a partir do advento de novos insumos notadamente as redes emalhe em *nylon*, a substituição da Canoa pelo Caíco a motor e a conservação dos produtos explorados sob refrigeração.

No período da pesca comercial gerenciada pelos atravessadores, a rede de emalhe para a captura do camarão e para peixes maiores a rede grande, eram confeccionadas com fio de algodão da marca Urso nº 1 e tingidas com casca de mangueiro vermelho (*Rizophora mangle*) para conferir maior durabilidade à água do mar.

De confecção estritamente artesanal, as redes de pesca tinham custo de produção elevado porque eram entremeadas à mão pelas mulheres da própria comunidade, contratadas pelos donos dos barcos para desenvolver especificamente esse serviço, portanto, um serviço inacessível ao pescador tradicional que tão pouco dispunha de meios para a compra do insumo.

No entanto, com o fim do monopólio dos atravessadores (pombeiros) e abertura da pesca, houve entre os pescadores maior acesso ao ganho financeiro advindo da venda direta e indireta de seus pescados que lhes permitia adquirir os materiais necessários à produção de seus próprios equipamentos (cortiça, corda de lastro, chumbada, etc).

Contudo, acesso a democratização desses materiais se efetivaria na década 1980 com o surgimento do fio de poliéster (*nylon*) em substituição ao frágil algodão, bem como as primeiras vendas de *pano de rede* (*panadas*) prontas, vendido em metro no comércio especializado de Cabedelo e João Pessoa.

Segundo os pescadores, no mesmo período em que iniciara as operações as redes *Nylon*, o emprego da rede de emalhe camarãozeira³⁰, igualmente se tornava popular entre os locais, seguido das *redes de tomada*, *de arrasto* e a *tarrafa*, todas de mesma composição.

É patente afirmar que com o advento desses novos tipos de petrechos, houve consequentemente um aumento substancial no volume de pescados explorados, havendo igual necessidade de expandir os espaços de armazenamento. Como a energia elétrica havia chegado muito recentemente, (1975), não surpreende que os pescadores não dispusessem de refrigeradores para esse armazenamento.

³⁰ Rede emalhar especializada na captura do camarão de maré, de andata.

Não dispondo de meios de conservação, ou estes sendo precários, era habitual recorrer ao cozimento dos crustáceos em água e sal como forma de estender sua perecibilidade, até que fossem, por fim, vendidos aos comerciantes de cabedelo. Contudo, o peixe fresco, apesar de abundante, obrigava que fosse rapidamente comercializado dentro da própria comunidade ou revendido aos pombeiros que dispunham de meios para conserva-los.

Antigamente, se pegasse o peixe hoje, amanhã tinha que vender, hoje não. As coisas estão mudadas, matava mais, mas não apurava, não tinha preço, o camarão nós ia pescar e não tinha onde guardar, o povo torrava pra vender aquele camarão (Pescador, 2019)

Nos anos posteriores à chegada da energia elétrica, esse tipo de arranjo foi aos poucos caindo em desuso, principalmente a salga do camarão, pois com a difusão dos refrigeradores, os pescados poderiam ser acondicionados por um período de tempo estendido à espera de compradores interessados, fato este que também condicionava oportunidade de venda a preços melhores.

16. Caicos: um legado preste a desaparecer?

Por se tratar de áreas sujeitas a regime de marés, boa parte dos pontos de pesca do estuário do Rio Paraíba precisa ser acessado por embarcações que auxiliam o deslocamento dos pescadores artesanais na faina diária da captura dos peixes, mariscos e crustáceos (Nishida et al 2008). O histórico da navegação empregada a serviço da pesca em Forte Velho remonta o uso da canoa a vela de algodão produzido artesanalmente por mestres habilidosos nessa técnica de produção de embarcações simples.

Assim como as *tecedeiras de redes* de amalhe, os *carpinteiros* eram contratados pelos donos das embarcações para executarem os serviços e remunerados por empreitada. O local de construção era as margens da praia do Rio Paraíba sob a sombra dos coqueiros.

O material empregado podia ser louro vermelho, ipê, no nordeste conhecido como pau-d'arco, sucupira, e outras menos nobres como a jaqueira, cajueiro e mangue manso. Todo o preparo poderia levar uma média de três meses, tornando os custos de produção impraticáveis à grande maioria dos pescadores.

A canoa a vela viveu momentos áureos na navegação até a década de 1990, quando por fatores de escassez de madeira-prima e custos elevados de produção tornaram sua produção inviável. Como alternativa de substituição a Canoa, apareceu o Caíco, um novo tipo de embarcação na comunidade de mediações, cujas características, de preço baixo, rápida produção e confiabilidade serviram de prerrogativas à sua rápida aceitação na comunidade.

Interlocutores afirmam haver 180 embarcações no fim da década de 1990 somente em *Forte Velho*. Todavia, no momento da pesquisa de campo (2018) contabilizamos 41 unidades na baixa-mar, levando-nos a crer que a demanda por esse tipo de transporte acompanha igualmente a tendência de redução no número de pescadores.

A consolidação definitiva dos Caícos na rotina da pesca e da própria ambiência da comunitária viria na década de 2000, com o advento do motor *rabeta* substituindo praticamente o emprego da força manual permitindo ao pescador maior agilidade e redução do tempo nos seus deslocamentos. Até pouco tempo, dois construtores figurava como mestres nesse tipo de embarcação, contudo, atualmente seu Zé Carlos, (66 anos), vulgo (Galego) resta último remanescente dos carpinteiros tradicionais, no entanto, sendo muito procurado principalmente para executar pequenos e médios reparos (Figura 14).

Figura 14. Caícos atracados na baixa-mar



Fonte: Cleber Oliveira, 2018.

Atualmente os Caícos, em sua grande maioria, são construídos em estaleiros na periferia do porto de Cabedelo, local esse que se especializou na fabricação e manutenção de barcos, canoas e jangadas. Segundo pescadores, a depender das dimensões da embarcação se de 7 e 8 metros (sem motor), seu preço oscila entre R\$ 2.000 a 3.500 reais.

Quando questionado sobre o fato de ser o último carpinteiro da Comunidade e sobre o futuro do ofício, retrucou Seu Zé Carlos: “*Se o cara não quer aprender a fazer a coisa, fazer o quê?*” denotando que descontentamento em relação à carência de gente interessada no ofício.

Assim como decaiu a atividade pesqueira, a procura por esse tipo de serviço acompanhou tal tendência. A baixa demanda de serviços, não motiva interessados em perpetuar o legado dos segredos da carpintaria naval tradicional, por esse motivo, coloca-se como certa a perda desse importante serviço prestado aos pescadores, bem como a extinção da construção naval simples na comunidade *Forte Velho*. A figura 15 apresenta um pouco da rotina e do espaço de trabalho do último carpinteiro naval da comunidade.

Figura 15. Zé Carlos (Galego) último *Mestre* carpinteiro de Canoas e Caícos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Depreende-se então que a relação estabelecida entre os rios e a comunidade remonta tempos memoriais, tendo primeiramente a canoa e os Caícos importância nos

transportes e concomitantemente servindo de elemento compositor da paisagem e construto cultural e patrimonial do lugar.

Desse modo, a paisagem constituída por um bem natural (rio) e cultural (Caíco), não podem ser observadas de forma dissociada, mas analisadas tomando com referencial o processo histórico de suas apropriações e evocações, as quais são histórica e geograficamente específicas, devendo ambos, portanto serem preservados.

17. Quinto momento: perspectivas e cenários da pesca artesanal em Forte Velho

Conforme a atividade pesqueira migrava de um modelo *comercial* para um *artesanal tradicional* independente, ascende na comunidade a participação feminina, notadamente três esposas de *pombeiros* que por razão de falecimento dos seus maridos ou porque estes se dedicaram a outras atividades passando então a tomar a frente dos negócios, tendo algumas em pouco tempo prosperado na atividade que mesmo diante da atual crise porque passa o setor, ainda configura como forma de sustento.

Frente a todos os acontecimentos marcantes da história da pesca em *Forte Velho* a palavra que melhor expressa a real situação é: desalento, pois muitas foram as condicionantes que corroboram para a sua derrocada: a primeira delas seria a sobrepesca e um ideia desenvolvimento que desconsidera os limites ambientais dos estoques (ACHESON et al., 1998; DIEGUES, 1999; VASCONCELOS et al., 2007, ALMEIDA, 2016); o segundo seria a presença de conflitos de natureza socio ambiental, agravado por questões de ordenamento e exploração do solo e o terceiro, o resultado advindo das duas condicionantes que desmotivam a nova geração a prosseguir na atividade.

O estuário do Rio Paraíba compreende uma área inserida num contexto de vulnerabilidade e grande pressão ambiental, decorrente da monocultura canavieira nos tabuleiros litorâneos que suprimiram a vegetação nativa, favorecendo ocorrência de erosões, contaminação fluvial por defensivos agrícolas.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar o lançamento indiscriminado dos efluentes domésticos e industriais sem tratamento da região metropolitana de João Pessoa e por fim, a carcinicultura (camarões de cativeiro) instalada a pouco tempo na comunidade, trazendo sérias implicações sociambientais à comunidade.

Dentre as problemáticas, no entanto, uma tornou-se mais evidente por

comprometer diretamente as atividades tradicionais como a pesca e a agricultura, trazendo prejuízos àquela população.

A instalação de um empreendimento voltado para a criação de camarões em cativeiro (carcinicultura) na comunidade e as consequências provocadas por este mobilizaram as lideranças locais na tentativa de impedir que o empreendimento continuasse a operar sem as devidas medidas de mitigação impactos ambientais decorrentes, principalmente o lançamento de efluentes dos tanques de criação.

Adquirida no contexto de venda e loteamento das terras de Forte Velho, no fim da década de 1990, a Carcinicultura PRJC Camarões LTDA, implanta no ano de 2002, foi judicialmente inquerida atendendo solicitação da população e lideranças locais sob a alegação de irregularidades no projeto de instalação e operação dos viveiros na área de interesse das populações tradicionais denominada *prainha*, esta às margens do Rio da Guia, de grande importância ecossistêmica, além de pretensa contaminação salinização de áreas empregadas na agricultura de subsistência e de captação de água por cacimbas além de redução do mangue e de espécies comuns àquele ecossistema.

Conforme consta o relatório do Ministério Público Federal (MPF) o litígio agravou-se em 2007 em decorrência de um rompimento de 16 metros de largura de um dos diques de contenção dos viveiros, em dezembro de 2007 lançando todo o material empregado na sua construção para o Rio da Guia e encobrando o mangue circundante, ocasionando em importante prejuízo à fauna e flora do local (MPF, 2008).

Embora respondendo na justiça pelo rompimento do dique, a PRJC Camarões LTDA, envolveu-se em 2007 em outro evento de contaminação ambiental, agora decorrente do despejo de aproximadamente 14 toneladas de camarão supostamente doentes às margens do Rio da Guia, que foi denunciado por entidades não governamentais e lideranças locais às autoridades ambientais competentes, mas nenhuma resolução parece ter ocorrido de concreto nesse caso em particular, acumulando, portanto, a população mais este passivo (ESPAÇO ECOLÓGICO, 2011)³¹.

Ficou claro com que a carcinicultura além de impactar o ecossistema local, implicou negativamente numa cadeia de problemas para os moradores locais residentes próximos aos viveiros, principalmente no aspecto do aproveitamento das cacimbas que se tornaram saloboras, a perda das terras agricultáveis de roçados e também no livre deslocamento dos moradores pelas áreas ocupadas pelo empreendimento.

³¹ Ver mais em:< <http://www.espacoecologicoar.com.br/acervo/conteudo/view/id/17517>>.

Como supra-apresentado, o estuário oferece uma série de serviços ecossistêmicos que invariavelmente repercutem no trabalho e geração de renda não somente de pescadores, mas de toda a cadeia produtiva (bares, restaurantes, turismo) que se beneficia da pesca e da manutenção da qualidade ambiental do estuário para se manter ativos, como também outras ocupações tradicionais rurais que igualmente sobrevivem das pequenas plantações, criação de pequenos animais, coleta de cocos e outras frutas (ALMEIDA, 2016).

Desse modo, a desestruturação dos arranjos produtivos tradicionais por imperativos ambientais parece ser o principal agravante da crise de trabalho e renda a na comunidade, nesse caso, estamos falando de pescadores artesanais marisqueiros, catadores de caranguejo e os pequenos agricultores.

Entrevistas, os relatos e dados de outras pesquisas confirmam o aumento do desinteresse dos jovens nessa atividade e a migração dessa força de trabalho para outros campos de trabalho fora do mundo haliêutico e rural. Os que não podem migrar com frequência são de certa forma coagidos a diversificarem suas fontes de renda com serviços extrapesca.

Nessa percepção de mudança rápida das realidades ambientais e da repercussão prática desses cenários na vida concreta da população discorre o pescador:

Hoje a pesca tá mais fraco, muito mais fraco... é muita coisa que apareceu que veio prejudicar a pesca, ficou diferente, isso foi mudando a organização do pessoal, antes o pessoal gostava de pescar, porque tinha [peixe], mas foi acabando, e o povo foi se desgostando, hoje em dia você procura alguém pra pescar e não acha, o povo não quer pescar... quem vai [para a pescaria] é o pai que não é aposentado, a mãe a avó, e eles [jovens] não tão nem ligando pra pescaria, só vão na vantagem, a necessidade obriga (pescador, 2019).

Conforme Furtado (1987), a nostalgia dos tempos de outrora talvez tenham influenciado nas avaliações dos jovens em face da situação atual, na medida em que constantemente estabelecem comparações nos dois momentos históricos da Comunidade: o contemporâneo tomado a partir de suas próprias concepções e o pretérito, com base nas referências dos mais idosos.

Antigamente a gente pescava em cima do zero, tinha que pescar, tinha família, hoje muitos pescadores só pesca por notícia um foi pescar, arranjou camarão, os outros ficam tudo de olho. O boato corre, o fulano matou 13 quilos o outros tantos... é assim agora, só querem na vantagem. Quem pesca

mesmo, de verdade, não vive só da pesca, acabou esse tempo, tem que fazer outros serviços (ex-pescador, 2018).

.Esse aspecto saudoso foi bem colocado por Antônio Cândido (1971) quando tratou do modo caipirismo paulista quando menciona abundância, a solidariedade e a sabedoria como expressão identitária do verdadeiro pescador. Talvez por esse motivo, se explique a recorrente comparação entre uma pesca de antes (ou antigamente) e a pesca do agora (atualmente). Esta primeira ainda muito arraigada no imaginário coletivo das vicissitudes e como época de necessidades e obrigações frente o provimento da família (a vida dura). Por isso, o *sair no zero* significava a intrepidez do pescador em enfrentar as incertezas da faina, mas ansiando que empreenderia êxito no seu intento.

Eu já dei lance de siri de não poder não embarcar. Lance se o caba puxar pra dentro enchia canoa, quando dava a cheia aqui, dava siri com força, siri pontinha, siri açu, dava tanto siri. Eu morava na rua da alegria, falava pra muié, pega o feijão que eu vou trazer o siri, e trazia siri mole (ex- pescador, 2019). [...]

A pesca significa uma grande coisa porque criei meus filhos da pesca hoje sou aposentado pela pesca é um salariozinho, mas pra mim eu tenho que eu não vou falar da minha profissão que eu vivi. Eu não vou falar da minha profissão, tenho orgulho de ser pescador... sou conhecido e falado demais e, todo canto é dizer Nuca que o povo já sabe (Mestre Nuca, pescador, 2018).

Narrativas de pescadores aposentados trazem sentimentos vividos no que eles consideram *pescas de antigamente*, com destaque a intrepidez para o trabalho resiliente diante das necessidades inexoráveis. Numa outra via, a contraposição aos *tempos atuais*, onde pretensamente os pescadores mais jovens passam a ser considerados como oportunistas e malevolentes, pois vão à pesca apenas quando lhes convém e na certeza de que obterão alguma *vantagem*.

Nessa dicotomia entre a memória e a vida, o eticamente aceito ou socialmente condenado no código costumeiro, percebe-se que a atividade prossegue na comunidade demonstrando sua capacidade de resiliência ao longo do tempo. Ao contrário dos seus pais e avós, a geração atual, alimenta “outros gostos” se inclinando com mais frequência a campos profissionais financeiramente mais atrativos, estes fora da comunidade.

Neste caso, as oportunidades de melhor colocação profissional são geralmente encontradas nas regiões Sudeste e Sul. Talvez esse fato explique a média de idade dos pescadores entrevistados ser de 45 anos. Refletindo acerca desse envelhecimento e falta e de renovação dos pescadores, resume, por fim o ex-presidente da Colônia:

“pergunta ao jovem se ele quer ser pescador? nem presidente da Colônia!” pescador tem muito, mas tudo de carteira, mas pescador de pescar mesmo não tem, pode rodar tudo aqui que não acha, se você caçar um pescador pra ir pra maré, você anda Forte Velho quase todo e não acha (ex-presidente da Colônia, 2018).

Atualmente o número de pescadores registrados na Colônia de *Forte Velho* corresponde a 210, destes, 140 (66,6%) são mulheres, confirmando, portanto, a tendência de evasão e deficiência na renovação destes profissionais para os próximos anos. No entanto, muito do pretense desinteresse dos filhos dos pescadores pela profissão decorre dos próprios pais, tendo 59% destes preferido que seus pupilos abracem outras profissões; média 14% maior quando comparada ao restante da região nordeste com médias de 45%.

Os que afirmam não querer seus filhos na pesca são os mesmo que garantem não pretender abandonar a atividade alegadamente por estarem habituados ao serviço e à rotina na maré e por isso, não se adequam facilmente em outras atividades extrapesca, embora, por vezes, no momento de escassez, sejam necessárias. Assim depreende-se que pescador percebe e avalia a pesca não tendo em vista somente a oportunidade monetária auferida, mas o senso de satisfação e realização pessoal que a atividade confere à sua vida. Afinal, pescar é preciso!

CAPÍTULO 2: ASPECTOS DA PESCA NO BRASIL: CONTEXTO, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

1. Estudos etnográficos pesqueiros no Brasil

O lócus de investigação das comunidades marítimas é relativamente recente (DIEGUES, 2003, LONGA ROMERO, 2014). Pesquisadores interessados em estudar tais populações adotavam até fins dos anos de 1970 os mesmo conceitos e metodologias versadas às sociedades agrícolas ou rurais, incorrendo invariavelmente em generalizações e análises de realidades distintas.

Contudo, nos primeiros anos de 1980, no contexto Nacional de abertura política, nota-se a emersão da Antropologia Marítima, a Socioantropologia Marítima, ou Antropologia da Pesca como subdisciplina que ganhava vigor no interior da Antropologia, vindo, sobremaneira, contribuir com novos temas, técnicas de observação e na constituição de um grupo extra-regional crescente de pesquisadores (DIEGUES, 1995, p. 368-369).

A temática em torno as Comunidades Tradicionais (CT) – os quais estão inseridos pescadores, agricultores, extrativistas –, foram constituídos a partir da interface entre Antropologia e Sociologia, muito embora as impressões metodológicas tipicamente antropológicas fossem preservadas, a vertente de análise era eminentemente sociológica, na aproximação e conhecimento das comunidades e mais fundamentalmente na identificação dos padrões sociais a mudança social.

Neste sentido, a Sociologia herda da Antropologia, métodos de investigação balizados na observação direta dos fenômenos pesquisados, nos mais diversos aspectos da vida humana (OLIVEIRA e MAIO, 2011).

No Brasil, apesar de recente, a etnografia pesqueira, vive franca profusão no campo das discussões socioeconômicas, tendo o seu repositório acadêmico representado, sobretudo, por Teses e Dissertações, sido ampliado significativamente nos últimos anos (DIEGUES, 1999, ALBUQUERQUE, 2005).

Mesmo com a diversificação temática e de espaços, nota-se que os estudos tem se dedicado mais ao campo descritivo do objeto do que propriamente ao aprofundamento teórico na citação dos clássicos, requerendo, portanto, revisitar esses

autores como forma de substanciar o discurso e manter a continuidade do pensamento em torno do tema.

Nestes termos, a etnografia é “a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (AGROSSINO, 2009, p. 30), portanto, um complexo integrado de interpretação subjetiva do *modus vivendi* humano nas suas diferentes relações (Mattos, 2011, p. 50). Ou seja, uma ciência onde as percepções inerentes ao *olhar* do etnógrafo, na perspectiva do ver, do olhar e falar baliza-se não por interpretações padronizadas e determinadas em contextos estranhos ao grupo analisado, mas do trabalho de campo e inserida no contexto social da pesquisa, ou seja, na outredade dos sujeitos.

Portanto, as descrições etnográficas constituem-se, grosso modo, de percepções geradas por grupos de pessoas em interação recíproca que produzem o mundo social compartilhado mantido, estabilizado, negociado, tendo por base intersubjetiva os fluxos de desejos e crenças que se investem na validade de suas próprias proposições éticas e epistemológicas, que se depositam na autopoisição de suas ideias sobre a imagem do humano, da pessoa, da ação coletiva, das relações natureza-cultura e das instituições sociais (BATESON, 1987).

Assim posto, procuramos reunir simplificadamente estudiosos que ao seu tempo ajudaram a embasar a etnografia pesqueira. Como fio condutor desses autores, o referencial bibliográfico seguiu as bases descritas em Diegues (1999) e de outros trabalhos empenhados nesse mesmo campo temático.

Frente à lacuna de estudos versados à etnografia pesqueira, nos propomos em organizar em um quadro-resumo com autores cujos trabalhos contemplem a temática. Desse modo, o Quadro 1 elenca de forma sintética, autor, ano da obra, região de interesse da pesquisa e temática abordada/título obra. Essa organização enseja, para além de prosseguir na atualização da revisão literatura, facilitar o contato daqueles interessados nesse campo particular de estudo.

Quadro 1 Organização espaço-temporal e temático dos principais autores dedicados à etnografia pesqueira no Brasil entre 1940-2010

Autor	Ano	Região de Interesse	Temática abordada/título da obra
Gioconda Mussolini	1945	SE	Modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral paulista.
Pierson e Teixeira	1947	SE	Survey de Icapara, uma Vila de Pescadores do

			Litoral Sul paulista.
Lysia Bernardes & Nilo Bernardes	1950	SE	Técnicas de pesca adotada no litoral fluminense – RJ.
Ary França	1954	SE	Descrição modo de vida caiçara litoral norte SP e Ilha S. Sebastião.
Luís da Câmara Cascudo	1957	NE	Etnografia dos jangadeiros do Nordeste, suas Histórias, folclore, sociologia, economia, e distribuição geográfica.
Carlos Borges Schmidt	1958	SE	Descrição da lavoura caiçara séc. XX.
Raquel Brito Soeiro	1960	SE	Agricultores e pescadores portugueses no RJ.
Konttak Conrad	1966	NE	Análise diacrônica dos processos de mudança na comunidade baiana de Arambepe.
John Cordell	1967	NE	Ciclos lunares e os sistemas de manejos usados pelos pescadores do litoral baiano.
Fernando Mourão	1967	SE	Análise do comportamento de pescadores que abandonaram a profissão para trabalhar como operários.
Myrian Ellis	1969	NE	Aspectos da pesca da Baleia no século XIX.
Shepard Forman	1970	NE	Mudança social e a tradição numa vila de jangadeiros, Coqueiral, no litoral de Alagoas
Fernando Mourão	1971	SE	Etnografia dos pescadores do litoral sul de SP
Antônio Carlos Diegues	1973	SE	Antropologia econômica entre a pesca artesanal e a pesca empresarial.
Luís Fernando Duarte	1978	SE	Reprodução social dos pescadores e os impactos causados pela imposição de um novo modelo de cooperação na produção das traineiras na comunidade de Jurujuba (RJ).
Ana Maria Beck	1979	S	Analisa o trabalho familiar e assessorio entre pescadores e agricultores de origem açoreana em Florianópolis.
Maria Angélica Motta-Maués	1980	N	Literatura oficial sobre a pesca na Amazônia
Eunice Penner	1980	N	Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico.
Alex Fiúza de Mello	1985	N	Consequências das inovações tecnológicas na pesca costeira amazônica em termos de poder e dominação.
Violeta Loureiro	1985	N	Etnografia pesqueira na Vila de Vigia de Nazaré, PA.
Simone Maldonado	1986	NE	Pescadores do Mar
Lourdes Gonçalves Furtado	1987	N	Organização social dos pescadores do litoral nordeste do Estado do Pará.
Lúcia Helena Cunha	1987	S	Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa
Antonius Robben	1989	NE	Analisa as práticas e o discurso na vila de pescadores de Camurim, na Bahia.
Alpina Begossi	1992	SE	Descreve a etnografia pesqueira da comunidade em Ilha de Búzio, RJ.
Antônio Carlos Diegues & Paulo Nogara	1993	SE	Contribuição do conhecimento tradicional das populações caiçaras no uso dos recursos naturais estuarinos e da mata atlântica.
Simone Carneiro Maldonado	1993	NE	A questão do saber, da territorialidade e do segredo entre os pescadores da Paraiba.
Furtado/Leitão & Fiúza de Mello	1993	N	Caminhos analíticos e descritivos diferenciados, em vários locais do litoral do Pará.
Lea Maria Thomaz	1996	SE	Representações Sociais dos Nativos pescadores da Ilha de Mel.
Steve Plante	1997	SE	Avalia as condicionantes do turismo na

			comunidade caiçara de Trindade, no Rio de Janeiro
Cristiano Ramalho	2002	NE	Estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.
Emílio Willems & Gioconda Mussolini	2003	S	Analisa a cultura cabocla, dos caiçaras no litoral paulista, sua formação e relação com a natureza, religião e os costumes.
Janaina Barbosa da Silva	2006	NE	Etnografia da pesca, técnicas e petrechos utilizados, percepção dos impactos causados ao ambiente e, reflexos da pesca no estuário do Rio Itapessoca, PE.
Gustavo Goulart Moura	2009	S	Descrição do território de uma comunidade de pesca, a Coréia (Ilha dos Marinheiros RS), através de uma perspectiva etno-oceanográfica.
Marcelly Correia Medeiros	2012	NE	Enfoque Etnológico da pesca no litoral paraibano
Fanny Longa Romero	2014	NE	Problematização dos processos de auto atribuição, reconhecimento e pertencimentos identitários da pesca artesanal de Vila Velha, ES.
Duarte Filho e Alencar	2014	NE	Elenca a crise da atividade baleeira no Brasil, analisando os debates que ocorreram entre biólogos, políticos, ambientalistas e trabalhadores da indústria baleeira localizada no município de Lucena, PB.
Gustavo Ojeda Baez	2016	NE	Etnografia e parâmetros sociológicos e antropológicos da reprodução social dos pescadores de João Pessoa no contexto contemporâneo.

Fonte: Organizado pelo autor com base em Diegues, (1999).

Preconizada como pioneira na descrição da pesca artesanal no Brasil, Gioconda Mussolini publica entre 1945 e 1946 dois significativos trabalhos “O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião”, onde delinea detalhadamente a técnica, a movimentação das embarcações, os lances e recolhida das redes e a divisão do pescado, já o artigo; “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil”, traria os pormenores em torno da técnica trazida por imigrantes japoneses até sua implementação pela comunidade pesqueira de São Sebastião e nas demais localidades do litoral paulista.

Nos idos de 1947, os sociólogos norte-americano Donald Pierson e brasileiro Carlos Borges Teixeira, influenciados pela teoria metodológica da Escola de Chicago, publicam “Survey de Icapara”, estudo esse de cunho mais generalista das diferentes artes de pesca e a rotina dos pescadores artesanais da Vila de Icapara, no litoral do Estado de São Paulo.

Mais à frente, pelo advento da Geografia Humana da década de 1950, Bernardes e Bernardes (1950), por sua vez, estudariam os processos de pesca empregados e o gênero de vida dos pescadores no litoral fluminense onde dois fatos principais se destacam: a importância das condições físicas variáveis e a persistência dos aspectos tradicionais. França (1954) descreveria o modo de vida caiçara no litoral norte SP e Ilha São Sebastião; e Brito (1961) na análise da introdução da pesca de linha de fundo com caiaques, trazidas pelos pescadores portugueses ao Rio de Janeiro.

O humanista e folclorista Luís Câmara Cascudo, na obra *Jangadeiros* (1957), sistematizou o primeiro estudo acerca da pesca com jangada e as populações jangadeiras no Nordeste através de suas tradições e conhecimentos. A relevância deste estudo assentava-se na descrição da pesca de *caminho* e *assento* ou *marcação*, parciais ocultos no mar são marcados visualmente através do uso de acidentes geográficos no continente.

Outro importante autor foi Konttak (1968), esse analisou os processos de mudança na comunidade baiana de Arambepe depois da mesma sofrer com um período de semi-isolamento e autossuficiência decorrente da implantação de indústrias químicas, do advento do turismo e a alteração no *status* econômico de pesca tradicional para pesca industrial.

À luz da antropologia, e deslocada dos estudos de comunidade, o trabalho de Cordell (1967), precursor na Etnologia, fazia menção a uma ampla diversidade na literatura interdisciplinar interessada nas sociedades de pescadores, no entanto, essa diversidade era marcada pela fragmentação da distribuição e características dos sistemas de apropriação social do mar, especialmente no litoral tropical. Nesse aspecto, o contexto brasileiro, segundo o autor, abarcaria essa fragmentação dada as suas dimensões e particularidades regionais contempladas pela complexidade cultural carente ainda por serem conhecidas.

Referendam-se na última década de 1960 os trabalhos de Mourão (1967) em *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo*, ao estudar o comportamento de pescadores que abandonaram essa profissão para trabalhar como operários, e a obra de Ellis (1969) com os aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial. Já mais contemporaneamente, Duarte Filho e Aguiar (2014) abordam o fortalecimento do movimento ambientalista e a perspectiva ética de grupos, entidades e cidadãos mobilizados pelo fim da atividade na costa paraibana nos anos 1970-1980.

Os primeiros anos da década de 1970 e seus eventos políticos decorrente da intervenção militar repercutiriam na literatura pesqueira Nacional, principalmente na reformulação do campo de investigação socioeconômico das sociedades pesqueiras frente ao abrupto rompimento da ordem democrática e o aparelhamento Estatal às políticas econômico-capitalistas em diferentes setores. A atividade pesqueira, posta pelo novo regime por obsoleta e ineficiente, não estava compatível – segundo o novo governo – ao atendimento satisfatório dos mercados, necessitando sofrer uma extensa reformulação e modernização em seu processo produtivo. Nesse Contexto surgia a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) no encargo de fomentar o surgimento e a instalação de empresas pesqueiras estrangeiras e nacionais [DIEGUES, 20??].

O novo contexto político e as delineações estratégicas para o setor trouxeram em um curto período de tempo, forte impacto nas vilas de pescadores ao longo de todo o litoral brasileiro, com ênfase no Sudeste, Nordeste e Sul, causando uma série de mudanças sociais importantes até hoje sentidas. As transformações porque passaram o final 1960 e meados de 1970, tornou profícua a investigação por parte de cientistas sociais, nomeadamente sociólogos e antropólogos interessados na compreensão das mudanças sociais derivadas da industrialização, modernização e urbanização, sofridas nas comunidades de pescadores artesanais (SILVA, 2015).

Exatamente vinte anos foram necessários para derrocada da pesca comercial no Sudeste, e em plena década de 1980, a atividade pesqueira comercial demonstrava sinais de sobre-exploração dos recursos, fazendo com que muitas empresas migrassem para as áreas de riquezas ictiológicas ainda pouco exploradas nos estuários próximos à Belém, no Pará. A abrupta expansão da atividade em rios, lagos e estuários anteriormente ocupados por ribeirinhos os colocaram em situação de conflito frente às imperativas transformações evidenciadas pelo setor no tocante aos recursos empregados na captura pelas grandes corporações de pesca.

O novo desenrolar dos conflitos e interesses fomentou nas instituições de pesquisas paraenses como o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG e Universidade Federal do Pará – UFPA o desenvolvimento de estudos regionais temáticos interessados notadamente na antropologia pesqueira, na organização social, impactos e conflitos socioambientais.

Nesse empenho, contribuições como as de Maria Angélica Maués – *A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica*, (1980); Maria Eunice Penner: *A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico* (1980); *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação* do cientista político Alex Fiuza de Mello (1985); *Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na Pesca da Amazônia* da socióloga Violeta Loureiro (1985); e Lourdes Furtado (1987) em *Currallistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará foram* fundamentais e ainda hoje lembrados na compreensão da problemática regional da pesca e avanços nas políticas públicas para esse setor na Amazônia Oriental.

Na década de 1980, a etnografia pesqueira reverberava na Região Nordeste através da contribuição da antropóloga Simone Maldonado – *Pescadores do mar*, (1986) ao analisar a questão do saber, da territorialidade e do segredo em torno dos pontos de pesca entre os pescadores do litoral paraibano. Em paralelo, Antonius Robben publica em 1989 *Sounds of the Sea Goddess*, em referência às práticas pesqueiras cotidianas e o discurso em torno da pesca na vila de pescadores de Camurim, na Bahia.

Na Região Sul, de igual repercussão os estudos antropológicos de Lúcia Helena Cunha – *Entre o Mar e a Terra: tempo e espaço na Pesca em Barra da Lagoa* (1987), ao discorrer acerca da caracterização do tempo e espaço no núcleo pesqueiro artesanal, tanto em sua significação concreta estabelecida pelo calendário e o tempo do relógio como imaginária e natural, pelos ciclos lunares e safras dos pescados. Para a autora, os envolvidos na pesca têm nos seus domínios naturais e sociais, vivências e ordens temporais díspares e contraditórias, as quais interferem na apropriação do espaço marítimo, fluvial e terrestre.

Tempo natural e tempo mercantil capitalista, portanto, representariam a expressão cíclica e linear, das ordenações simultâneas e ambivalentes verificadas no ritmo do povoado pesqueiro. Ainda na perspectiva antropológica da pesca, Ana Maria Beck em *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*, apresenta a continuação dos estudos iniciados em 1979 quando analisava articulação entre a pesca e a roça no contexto sócio espacial do litoral de Santa Catarina e a inserção gradativa dos lavradores na pesca artesanal.

Com a chegada da década de 1990, as limitações teórico-metodológicas advindas da antropologia clássica estavam praticamente superadas, o que permitiu uma

aplicação direta dos conceitos e categorias próprias do estudo das sociedades camponesas para a análise concreta das sociedades de pescadores artesanais. Neste sentido, a reformulação nos estudos das comunidades pesqueiras passaria então a priorizar temáticas conservacionistas dos recursos pesqueiros, Unidades de Conservação – UCs, causas e efeitos da turistificação nas comunidades, questões de gênero e trabalho na pesca, o etnoconhecimento e as diferentes formas de organização sociais das comunidades de pescadores [DIEGUES 20??]. Em outros termos, consolida-se por definitivo a temática socioantropológica marítima, versada às comunidades pesqueiras simples (DIEGUES, 1999).

Esse novo contexto, colocaria a socioantropologia marítima de forma articulada com os estudos rurais a partir de uma revisão crítica sobre as limitações das suas categorias próprias, ou seja, “adaptada” às diferentes realidades e peculiaridades inerentes às populações haliêuticas³².

Na diversificação dos estudos vinculados a outras especialidades, destacamos pioneiramente o trabalho da Ecóloga Alpina Begossi (1992) *Fishing activities and strategies at Búzios Island*, no qual apresenta a contribuição da Etnobiologia no campo da percepção e manejo dos organismos.

Conforme Begossi, os estudos em Ecologia Humana interessado nas comunidades haliêuticas abrange a compreensão da humanidade nos seus aspectos cognitivos, comportamentais e de conservação e sua relação com os recursos naturais veem na Etnobiologia, Sociobiologia, Co-evolução, Gens-cultura, Psicologia Evolutiva, Economia Ecológica e Manejo Ecológico, campo interdisciplinar fundamental na compreensão desse todo, expresso na relação entre natureza e sociedades pesqueiras (BEGOSSI, 1992a).

Ainda na década de 1990, as pesquisas etnográficas pesqueiras ganham corpo nas Regiões Norte e Nordeste tendo destaque duas obras: *Povos das Águas* (1993) com a Organização de Lourdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello e *Realidade e Perspectivas na Amazônia* (1994) de Antônio Carlos Diegues, respectivamente.

No Nordeste, destacamos a contribuição preciosa da pesquisadora potiguar Simone Carneiro Maldonado – *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima* (1993), apresentando a construção da unidade histórica da terra com o mar expressas em

³² Mesmo significado de populações tradicionais de pescadores.

suas atitudes e percepções dentro da hierarquia da pesca e na territorialidade e divisão do espaço marítimo.

No Sudeste, a publicação *O nosso lugar virou parque* de Antônio Carlos Diegues e Paulo Nogara (1994), tinha no discurso do manejo da Reserva Estadual da Juatinga, o empreendimento do conhecimento, práticas e vivências dos caiçaras no uso dos recursos estuarinos e da Mata Atlântica.

Na região Sul, a dissertação de Lea Maria Thomaz – *Representações sociais dos nativos da Ilha de Mel* (1996) remete os impactos decorrentes da implantação de Unidades de Conservação no cotidiano dos pescadores caiçaras do litoral paranaense.

O Antropólogo Steve Plante – *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade* (1997) ao avaliar as condicionantes do turismo na comunidade caiçara de Trindade, no Rio de Janeiro; e Cristina Maneschy – *A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança do papel da mulher na manutenção doméstica entre família de pescadores no litoral do Pará* (1995) quando avalia o papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral paraense.

Nos anos de 2000, a visão contemporânea dos estudos da socioantropologia pesqueira engendra nos novos autores o retorno ao apreço da observação e descrição etnográfica praticada nos anos de 1970, dentre estes, Ramalho (2002) em *Ah, Esse Povo do Mar: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*, onde o autor propõe uma sociologia da pesca na qual as categorias trabalho e pertencimento servem de chaves analíticas centrais para o estudo da produção e reprodução social dos pescadores artesanais.

Em 2003, o livro *A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil* de Willems e Mussolini esboçaria a vida da população caiçaras de Búzios-RJ e sua relação com a cidade, através das relações econômicas e os laços familiares com parentes distantes no continente. Gustavo Moura (2009) em *Águas da Coreia: uma viagem ao centro do mundo* numa perspectiva etnoceanográfica, traz como proposta o diálogo entre a etnografia e a oceanografia, na perspectiva do território como local de espaço e tempo, que também é conhecimento, é uma das dimensões do território tradicional.

Marcelly Correia Medeiros, (2012) – *A pesca artesanal na costa da Paraíba: um enfoque etnoictológico* apresentou as classificações etnobiológicas realizadas pelos pescadores artesanais no município de Cabedelo, PB bem como seus conhecimentos a

respeito da biologia, ecologia e comportamento dos peixes. Longa Romero (2014) – “*O pescador é sofredor*”: *identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo* traria a problematização dos processos de auto atribuição, reconhecimento e pertencimentos identitários, dos grupos locais em torno da reprodução social de uma modalidade pesqueira que segundo ela está em vias de extinção.

Por fim, Gustavo Baez – *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé* (2016), em que busca compreender, dentro de parâmetros sociológicos e antropológicos, como se reproduzem socialmente essas populações pesqueiras no contexto contemporâneo.

2. Contexto etnográfico pesqueiro na Paraíba

A concepção de uma etnografia pesqueira notadamente paraibana confunde-se eminentemente com a etnografia nordestina e até mesmo Nacional, dada as similitudes dos contextos históricos de lutas por reconhecimento e resistências populares em defesa dos territórios pesqueiros, a sustentabilidade dos espaços de exploração e pela forma com que a expansão dos empreendimentos privados e estatais vem se desenvolvendo nas últimas décadas. Neste sentido, a etnografia da pesca dentro deste contexto propõe-se a analisar desde os cenários de conflitos de vida dos pescadores as atuais discussões sobre as noções de resistência e os variados processos sociais de formação dos territórios pesqueiros, como formas de luta e resistência coletiva dessas comunidades (BAEZ, 2016).

Embora havendo semelhanças regionais construídas genericamente dentro de um mesmo contexto sócio histórico no campo de luta por parte das comunidades pesqueiras, Ramalho (2016), defende que a temática pesqueira persista nas análises dos elementos comuns que as une, mas que não se esqueça das especificidades presentes na pesca dos micros recortes espaciais. Com o mesmo entendimento, Antônio Carlos Diegues vislumbra um caráter comum, e ao mesmo tempo particular da pesca ao perceber que:

(...) problemas e desafios enfrentados pelas comunidades de pescadores em suas relações com o meio ambiente, o mar, no seu mundo de valores e

ideologias decorrem dessas relações com o mundo natural e amplamente com a sociedade a nível regional e nacional (DIEGUES, 1999, p. 373).

Desse modo, a reflexão a partir das diversidades sociais, econômicas e culturais existentes, apresenta problemáticas similares que imprimem relevância ao tema dos impactos socioambientais nas regiões da costa Nordeste do Brasil, quais as populações pesqueiras têm sido altamente comprometidas por transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas (LESSA, 2004, p. 1).

Outrossim, o que se discute ao estudar a etnografia pesqueira não é apenas de conservar estoques de exploração, mas fundamentalmente garantir a sustentabilidade das pescarias, implicando com isso o equilíbrio social e ecossistêmico bem como da atividade econômica das comunidades.

Ao longo do desenvolvimento histórico, a economia nordestina foi sendo forjada a partir de sistemas econômicos que monopolizaram a monocultura açucareira (no Litoral) e a pecuária avançando pelo interior cooptando mão de obra e incorporando terras no Agreste e Sertão (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 25).

Neste interstício, populações não aproveitadas nos canaviais e tampouco nas fazendas, procuravam na produção da farinha de mandioca, no cultivo das pequenas roças de favas, de milho, a pesca de peixe, mariscos e camarão, alternativas de sobrevivência e oportunidade de rendimento a partir do abastecimento interno das cidades coloniais. Nunca houve, portanto, fomento à economia pesqueira, muito menos ao pescador, mesmo que as condições naturais fossem favoráveis a esse tipo de atividade (SILVA, 1986, p. 29).

No decorrer da história, a condição socioeconômica dos pescadores não era muito melhor que a dos escravos, pois apesar de “livres”, estes eram suprimidos do direito de acesso a terra em territórios controlados por latifundiários canavieiros. Postos em condição subalterna, os pescadores viam-se obrigados a fornecer pescados e a prestar serviços nos engenhos como moeda de troca pela moradia em casebres de taipa e palha junto às praias e mananciais que reforçava a insegurança, a pobreza e a falta de direitos. Na Paraíba, esse tipo de organização social foi muito evidente, permanecendo, inclusive durante o Período Coronelista, onde a concentração fundiária nas mãos da elite política inviabilizava melhores condições de vida por parte dessas populações (SILVA, 1986, p. 41).

Na retrospectiva do legado de marginalização conferido à atividade pesqueira desde a colonização até a os dias atuais Baez (2016), entende que discussões voltadas à luta e resistência dos pescadores artesanais frente às questões ambientais e o reconhecimento dos direitos básicos de moradia e trabalho visam assegurar a sobrevivência material e cultural destes trabalhadores por meio de justiça social global, direitos territoriais e segurança na sua reprodução social.

Experiência positiva de integração da comunidade à atividade pesqueira foi estudada por Rocha (2010) tendo como perspectiva de análise a questão de gênero e o manejo dos recursos naturais de pescadoras de cinco comunidades integradas à Área de Proteção Ambiental (APA) Barra do Rio Mamanguape, na Paraíba. Segundo a autora, as marisqueiras tem a percepção ambiental bem desenvolvida, e fazem uso das técnicas e petrechos praticamente na mesma condição das dos homens, lhes conferindo integração ao sistema pesqueiro local.

Inseridas em um contexto de precariedade social, a pesca contribui diretamente na manutenção da subsistência familiar e comunitária. Neste sentido, a profissionalização assegurada pelo registro formal lhes confere avanços significativos quanto ao acesso à direitos como seguridade social, aposentadoria e principalmente equidade social na comunidade, a partir da valorização e o reconhecimento da contribuição feminina no processo de desenvolvimento econômico local.

A realidade da pesca entre as mulheres catadoras de mariscos foi também verificada por D'Angelis (2014) nas comunidades *Renascença, Porto do Tota e Porto do Moinho* no estuário do rio Paraíba (ERP).

Na pesquisa, percebe-se em paralelo ao trabalho de Rocha (2010) que as mulheres do ERP disponibilizam no campo da percepção ambiental dos espaços da pesca um arcabouço igualmente significativo quanto à distribuição dos recursos e sua etnoecologia, além do acúmulo de tarefas tanto na faina da pesca, no processamento do marisco na dedicação aos afazeres domésticos quanto no cuidado com a família.

Essas similitudes se encerram, no entanto, quando verificadas a promoção aos direitos trabalhistas via matrícula de pesca, e na segregação das atividades, capturas, acesso aos locais e recursos de pesca entre os gêneros.

As incipientes produções acadêmicas e de políticas públicas oficiais de valorização da atividade pesqueira feminina em zonas estuarinas levaram a Fundação

Mamíferos Aquáticos (FMA) a desenvolver desde 1994 o projeto “*Sou Fruto do Mar: Construindo Novas Possibilidades*”.

Apoiado pela Fundação SOS Mata Atlântica, por meio do Fundo Costa Atlântica o projeto socioambiental direciona suas ações às mulheres marisqueiras do Estuário do Rio Mamanguape, PB, oportunizando o empoderamento e valorização da mulher neste contexto local, a partir de iniciativas ligadas à saúde, gastronomia, proteção previdenciária e geração de renda obtidas da produção de pelúcias alusivas aos peixes-boi.

Os bem-sucedidos exemplos de desenvolvimento econômico atrelado ao fortalecimento da justiça social e proteção ambiental como os verificados na RESEX Acaú/Goiana e de Barra do Mamanguape surgem como oportunidades factíveis de serem replicadas em outras comunidades paraibanas em condições de vulnerabilidade semelhantes às descritas.

No entanto, Cunha (2001) destaca que essas replicações carecem de adaptações nos seus planos de ação diferentes esferas para adequar às realidades e contextos socioambientais das comunidades.

Contudo, salienta criticamente o autor que projetos comunitários dessa natureza normalmente são elaborados por pessoas em escalão de poder superior às da comunidade, não havendo diálogo, implicando com isso em baixa adesão e receptividade por parte dos atores envolvidos.

Coadunando com os *novos tempos*, fica patente, portanto, que a coparticipação e associativismo comunitário, aliado às parcerias institucionais públicas e privadas são uma das alternativas que se demonstravam viáveis em curto prazo de tempo na (re) valorização do ofício daqueles pescadores na “ativa”, sobretudo, na manutenção sustentável dessa profissão frente às novas gerações.

3. Populações tradicionais: uma definição tanto um quanto abrangente

Para Rudlle (2000), o conhecimento local é considerado tradicional devido à sua longa e profunda base e origem em uma determinada cultura e sistema ecológico local, portanto, não é estático, mas muda com o tempo conferindo a continuidade do conhecimento Neste sentido, para Araújo *et al* (2015, p. 196) a comunidade tradicional de pesca constitui-se como espaço historicamente habitado por profissionais que há

gerações se dedicam à faina da pesca, e destas se observam um acervo de cultura material e imaterial.

No campo da representação territorial e identitária, Haesbaert (2006) percebe que nas comunidades tradicionais pesqueiras as relações se transformam à medida que as acepções acerca dos territórios igualmente evoluem, logo; a autodenominação comum “pescadores tradicionais” restringe-se somente ao campo conceitual, pois quando analisadas as trajetórias e identidades dessas comunidades, ficam nítidas suas heterogeneidades (LONGA ROMERO, 2014) diante da gama de conhecimentos dinâmicos e mutáveis de um dado grupo social que frequentemente resinifica seus saberes mediante a história e as necessidades impressas pela realidade a qual estão inseridos (ALBUQUERQUE, 2005).

4. Populações tradicionais: marco legal

O debate em torno das comunidades tradicionais teve mais relevância nas últimas duas décadas tendo o apoio multi-institucional conferido à comunidade científica engajada através de seus pesquisadores, nas mobilizações políticas de entidades ligadas às chamadas populações tradicionais como o Conselho Pastoral da Pesca – CPP e mais recentemente ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) (TSUJI, 2011, p. 48).

Entendida como matéria complexa e permeada de particularidades sociais, políticas, institucionais, econômicas e ambientais intrínsecos de cada local (SILVA, 2014 p. 09), a deliberação conceitual de “populações tradicionais” foi paulatinamente afinada ao longo dos anos, até finalmente ser aceita por boa parte da antropologia, das ciências sociais, dos conservacionistas e dos governantes (LINHARES, 2009). À luz da cobertura jurídica brasileira, o Decreto Lei nº 6.040/2007 considera população tradicional aqueles:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Artigo 3º. BRASIL, 2007).

Portanto, se enquadra nesse critério: pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, e populações extrativistas como os seringueiros e castanheiros (ARRUDA, 1999). O tratamento legal relacionado aos conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por essas populações através da tradição está descrito no Art.º 3 do *Decreto 118/2002* ao caracterizar esses conhecimentos:

[...] elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restante material autóctone espontâneo abrangidos pelo disposto no presente diploma” (Artigo 3º do decreto 118/2002).

Desse modo, o reconhecimento da subjetividade do saber intrínseco das populações tradicionais nas mais diversas manifestações incluem aquelas decorrentes da tradição cultural e espiritual, evidenciadas na transmissão oral e nos sistemas de produção voltados para a subsistência.

O debate em torno da importância das comunidades tradicionais na manutenção harmônica entre ser humano x natureza, ficou definida na Lei nº 9.985/2000 Art. 5º, inciso X do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Essa legislação assegura às populações tradicionais provisão de subsistência alternativa ou a justa indenização pelos recursos perdidos em caso de desequilíbrio e perda ambiental dos seus recursos.

Sendo contemporaneamente uma categoria madura e arraigada por entre os cientistas sociais e ambientais, o termo “população tradicional” guarda ainda no imaginário coletivo comum a ideia de cultura homogênea (SANTILLI, 2005), isso porque ainda encontram dificuldades em consolidar politicamente sua identidade enquanto grupo (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

Como se percebe, a discussão conceitual em torno de populações tradicionais é bastante profícua, ganhando até mesmo outros termos: *populações tradicionais*, *povos tradicionais*, *comunidades locais*, *sociedades tradicionais*, *comunidades tradicionais*, no entanto, (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 27) define população tradicional como:

[...] grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Dessa forma, colocamos que populações tradicionais são aquelas cujos aspectos do conhecimento relativos aos fenômenos físicos das marés, das luas, dos ventos e do ambiente que lhes cercam não provêm da ciência, tão pouco da escola, da academia, mas do conhecimento adquirido há muitas gerações, ou em outros termos, são aquelas que detêm do conhecimento do (mar ou da terra) passados geração a geração, entre os grupos familiares ganhando assim identidade e afinidade (SILVA, 2006).

5. A crise da pesca tradicional: perspectivas atuais, cenários futuros

Considerada uma das atividades mais antigas da humanidade, a atividade pesqueira possibilitou às inúmeras gerações de pescadores condições únicas de conhecimento empírico constituído paulatinamente ao longo do tempo, principalmente quanto a percepção comportamental da natureza nas diversas épocas de reprodução, áreas de concentração de cardumes, períodos de atuação além dos aspectos morfológicos (DIEGUES, 2004).

Apesar de sua reconhecida importância, durante diferentes momentos históricos, os sistemas de Manejo Tradicionais de recursos pesqueiros (MTs) no país foram relegados pelas políticas públicas governamentais notadamente no diz respeito à regulamentação quanto ao uso sustentável desses recursos (MOURA, 2016). Com esta lacuna, a atividade pesqueira no Brasil se desenvolveu tendo como agente principal a cadeia produtiva desempenhada pelo pescador artesanal que ao capturar seu produto, dispunha dentro da ordem econômica de certa liberdade na comercialização individual ou para terceiros.

Essa lógica de produção e comercialização dos pescados perduraria segundo Diegues (1983) até meados da década de 1960, embalados pelo otimismo gerado pela euforia do Plano de Metas, que estava colocando o Brasil no rol das nações

industrializadas e posteriormente sob o intervencionismo Militar Estatal que passaria a controlar o setor.

Sob a égide da política de modernização conservadora do pós-1964, o Estado procurou desenvolver atividades industriais estratégicas em diversos segmentos produtivos, expandindo-se em diferentes vertentes, sempre obediente à lógica do capital no que pese os investimentos do setor produtivo rural, a citar a agricultura com as implementações trazidas com a Revolução Verde e na atividade pesqueira comercial através das políticas desenvolvimentistas que incentivavam a tecnificação do setor.

Nesse contexto, surge a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE com o objetivo de centralizar as políticas de incentivo à pesca, uma vez que ela ainda concorria com as autarquias regionais, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM as quais insistiam em promover ações regionais, indo na contramão de um projeto nacional mais amplo.

Desse modo, os anos compreendidos entre 1966 e 1969, sinalizam um amplo alinhamento com as políticas econômicas internacionais e a ruptura com o modelo pesqueiro tradicional. A crise em torno dos interesses da pesca artesanal e dos atores envolvidos ampliou a partir da aprovação do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, Lei essa criada pela SUDEPE que em outros termos tornava a “indústria da pesca” parte integrante da “indústria nacional de base”, logo, obediente às diretrizes adotadas pela “modernização” e respaldada no conhecimento tecnocientífico como mote para o progresso do setor (MORAES, 2009).

Para a SUDEPE, a importância do desenvolvimento de um Programa Estratégico de Desenvolvimento para pesca seria necessário por que:

O setor pesqueiro não tem sido considerado na sua dimensão adequada, ocupando permanentemente uma situação de relativa inferioridade frente aos demais as demais atividades abrangidas pelo setor agropecuário [...] fazendo com que sejam necessárias definições de políticas e metas que atendam a demanda (proteína do peixe) (SUDEPE – PNE-1975-1979: 3-4).

Ao considerar a pesca artesanal e a agricultura familiar como ineficientes do ponto de vista econômico, o Estado passou a priorizar os grandes empreendimentos (agrícolas e pesqueiros) comprometendo a reprodução social de grande contingente de famílias dependentes dessa atividade.

No caso da pesca, a exploração insustentável dos recursos favorecida pela regulamentação e fomento da pesca industrial fizeram com que as capturas reduzissem de forma rápida e drástica afetando a reposição dos estoques, alterando a rotina e a vida produtiva de milhões de pessoas que tinham na pesca artesanal seu mote de subsistência e que subitamente são obrigadas a diversificar os rendimentos de forma a não sucumbir (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS *et al.*, 2007).

Das muitas alterações do cenário da pesca a manutenção dos padrões de rendimentos econômicos representa o maior desestímulo tanto para os pescadores da ativa quanto para os seus filhos. Não por acaso a busca destes últimos por oportunidades nos centros urbanos em pluriatividades mais recompensadoras financeiramente, aprofundando a crise caso medidas protetivas e de incentivo a esse setor não se efetivem (BAEZ, 2016).

6. Gestão integrada da pesca

Como visto, a atividade pesqueira artesanal em função do uso e ocupação dos espaços biológico-natural e de âmbito regulatórios vivencia momento único e desafiador na sua história. Conflitos corroboraram diretamente para que a pesca artesanal sucumbisse em detrimento a interesses do capital que coloca os pescadores em meio a um cenário de vulnerabilidade e desassistência.

Levando em conta esses aspectos, a temática acerca do desenvolvimento sustentável dos oceanos, dos ambientes costeiros e das populações tradicionais que usufruem desses espaços, tem suscitado novas discussões que resultaram no surgimento de políticas públicas voltadas à proteção desses espaços e alguns avanços no tocante a oportunidade de participação comunitária na gestão dos recursos. Como exemplo de uma dessas políticas, podemos citar seria as Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) instrumental indispensável ao planejamento ambiental com vistas à conservação dos recursos pesqueiros (ÂNGULO-VALDES & HATCHER, 2010; SUURONEN *et al.*, 2010; BAN *et al.*, 2011).

Outro mecanismo regulatório de política pública seria o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC (Lei n° 7.661, de 1988) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei n° 9985, de 2000), ambos como elementos importantes nas decisões e práticas de manejo dos recursos nos territórios.

Experiências de Gestão Pesqueira envolvendo a participação de pescadores tem se desenvolvido vigorosamente desde a Constituição de 1989 em todas as Regiões do Brasil, porém, com ênfase maior no Norte e Nordeste.

A Gestão Participativa da Pesca³³ tem procurado envolver os usuários diretos dos recursos, isto é, os pescadores, nos processos de planejamento, implementação e monitoramento/avaliação de planos de manejo dos recursos pesqueiros” (SEIXAS & KALIGOSKI, 2009, p. 120).

Essa inserção das comunidades de pescadores artesanais tem de certo modo os resguardado contra eventuais pressões e práticas insustentáveis aos ecossistemas naturais costeiros e marinhos (REBOLÇAS *et al*, 2006, p. 84). Desse modo, a gestão participativa tem se empenhado na manutenção da pesca artesanal ao garantir a capacidade de suporte necessário dos ecossistemas em diferentes setores econômicos além de criar alternativas às externalidades negativas que dificultam sua viabilidade socioeconômica.

O reconhecimento dos territórios é para muitas comunidades de pescadores a solução esperada para os conflitos de uso nos espaços marinhos e a saída para a crise está na gestão compartilhada, ou seja, numa efetiva descentralização do poder (HILBORN & GUNDERSON, 1996).

Neste contexto, o manejo participativo, co-manejo, ou gestão partilhada surge como solução da gestão da pesca em pequena e microescalas, na repartição de responsabilidades e direitos entre os usuários do recurso, e outros envolvidos (SEIXAS *et al.*, 2011; TRIMBLE & BERKES, 2013), à medida que deflagra entre os usuários um real senso de propriedade e pertencimento à causa, embora se faça importante o apoio institucional das Organizações Não Governamentais - ONG's e governos no suporte às ações (KHAN *et al.*, 2012).

No litoral nordestino, as medidas protetivas dos recursos naturais marinhos e costeiros centram-se nas Reservas Extrativistas Marinhas – RESEX. Há nesse caso pelo menos quinze experiências de Gestão Partilhada organizada entre: co-manejo (3); Manejo comunitário (1); RDS (1) RESEX marinha (09); RESEX (1) (SEIXAS & KALIGOSKI, 2009) onde os mecanismos de manejo de recursos de propriedade têm

³³ Conforme Seixas e Kaligoski, (2009) os termos gestão compartilhada, gestão participativa, co-manejo, co-gestão e co-gerenciamento, gestão comunitária e manejo comunitário são sinônimos.

servido de instrumento validador nas deliberações propostas pelos envolvidos na pesca, concretizando a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros (DIEGUES, 2008).

Assim, as RESEX buscam equilibrar planejamento; coordenação; controle dos componentes políticos, técnicos, operacionais e os sujeitos sociais da Unidade de Conservação (COSTA, 2016).

Para esses autores, avanços e desafios marcam a implementação de arranjos de manejo comunitário e partilha de recursos naturais. Entre as oportunidades de avanços tem destaque: o apoio externo para organização comunitária e/ou desenvolvimento de projetos participativos, acordos informais que visam à exploração moderada dos recursos, criação de fontes alternativas de renda e/ou diversificação das atividades.

No entanto, como desafios temos: os conflitos interescalares; sobre-exploração dos recursos; delegação de pouco poder à população; falha na atuação de instituições responsáveis; falta de união/organização local e restrições de financiamento a projetos e o câmbio de experiências institucionais (SEIXAS E KALIGOSKI, 2009).

Na contramão dos desafios à gestão compartilhada, existem exemplos bem-sucedidos verificados na RESEX ACAÚ-GOIANA localizada na divisa entre os estados da Paraíba e Pernambuco. No estuário compartilhado pelos dois estados, o interesse para a criação da RESEX partiu da premissa da preservação de um importante canal de abrangência que se encontrava em vias de degradação ambiental.

Com a economia local atrelada à pesca e à coleta de mariscos prejudicada, as comunidades se mobilizaram e, a partir da parceira da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi possível a criação da RESEX sob a ingerência do Instituto Chico Mendes da biodiversidade - ICMBio (FADIGAS, 2009).

Outro exemplo de fortalecimento comunitário na gestão integrada dos recursos naturais parte do estado vizinho Rio Grande do Norte, quando as comunidades de pescadores dos municípios de Guamaré e Macau, no litoral setentrional do Estado ameaçadas por um cenário de conflito entre empreendimentos turísticos estrangeiros e pela carcinicultura organizaram-se 1995 pedindo ajuda de instituições ambientais com o objetivo criar uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Contudo, após estudos e deliberações entre técnicos e a comunidade, definiu-se que a realidade socioambiental local não atendia a uma APA, mas uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com a finalidade de preservar a biodiversidade do local, caracterizado pelos ecossistemas de manguezal e restinga, e ao mesmo tempo

assegurar as condições e os meios necessários para a melhoria e a manutenção da qualidade de vida das populações tradicionais.

Após inúmeros encontros entre cientistas, representantes políticos e instituições diversas e a comunidade, foi implantada em 2003, sendo a segunda do país. A RDS Ponta do Turbarão gerida por um conselho que atua em instância deliberativa e consultiva, presidido pelo órgão ambiental local e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área (MATTOS, 2011).

Atualmente as comunidades integrantes da RDS, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica vem desenvolvendo projetos de capacitação comunitário no intuito de implementar o Turismo de Base Comunitária articulado com o setor hoteleiro, de restaurantes, agências de turismo e artesãos locais com o objetivo de explorar sustentavelmente os potenciais econômicos da região, servindo assim de incremento financeiro àquelas populações (SOS MATA ATLÂNTICA).

Apesar dos enormes desafios postos à gestão partilhada dos recursos naturais, o exemplo de ACAÚ-GOIANA e da RDS da Ponta do Tubarão parecem convergir em bons resultados à medida que pesquisadores, Poder Público e os comunitários empreendem esforços conjuntos para o delineamento de políticas pesqueiras socialmente justas e equilibradas passíveis de replicação em outros espaços.

Nesse sentido, a utilização, de conhecimentos tradicionais de comunidades extrativistas, associados a dados coletados através de metodologia científica auxiliam, portanto na elaboração de planos de manejo e delineamento de programas de apoio à pesca artesanal e formas alternativas diretamente relacionadas à atividade e aos espaços de vida dessas populações (FREITAS *et al.*, 2012).

O sucesso nas ações de gestão dos recursos naturais tem como basilar a participação primeira de pescadores e comunitários nesse processo de formulação. Para WILSON, *et al.*, (1994); Mourão e Nordi, (2003), a não obediência a esse requisito incorre o projeto em recair inevitável fracasso visto que sem o engajamento da população interessada as medidas protetivas e regulatórias poderão ser efetivamente descumpridas ou descontinuadas.

CAPÍTULO 3: PESCA ARTESANAL NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA: PERFIL SOCIOECONÔMICO e CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE E DA COMUNIDADE DE FORTE VELHO – PB

1. Introdução

A problemática em torno da desarticulação da pesca artesanal em comunidades litorâneas vem repercutindo negativamente na reprodução social desta categoria, não raro, forçando-os a experimentar mudanças antes inimagináveis.

Neste âmbito, os pescadores da comunidade *Forte Velho*, no estuário do Rio Paraíba do Norte percebem os efeitos dessa mudança a partir dos acontecimentos “do outro lado do rio”, ou seja, a carga ambiental nociva da Região Metropolitana de João Pessoa que compromete os estoques marinhos e conseqüentemente a manutenção laboral dessas populações (GUEDES, 2002).

Como argumenta Begossi, (2010) conhecimentos da natureza local, seletividade de pesca, uso costumeiro, regras inerentes à territorialidade dos espaços haliêutico e de seus eventuais conflitos, tem sido relevantes em pesquisas versadas à ecologia e etnoecologia marinha, servindo inclusive, para o aprimoramento do manejo dos estoques pesqueiros e nas diferentes organizações dessa produção³⁴.

Estudos sociais das populações pesqueiras no Brasil remontam a década de 1945, com o pioneirismo de Gioconda Mussolini, e seu interesse pela pesca caíçara no litoral paulista. Anos depois, essa mesma temática, sob a premissa da “modernização” do setor pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, na década de 1960, ampliaria o interesse em compreender as diferentes maneiras com que os sujeitos da pesca dialogam com os meios aquático e terrestre (OLIVEIRA E SILVA, 2018, p.1).

No entanto, a literatura haliêutica ganharia maior expressão a partir de 1970, principalmente com as contribuições advindas de pesquisadores nordestinos da monta de Simone Maldonado, Cristiano Ramalho, Câmara Cascudo, etc. e nortistas, como Lourdes Furtado, Alex Fiúza, Maria Cristina Maneschy e Violeta Loureiro, apenas para citar alguns.

Como objeto de interesse de cientistas sociais no campo interdisciplinar, a vertente da pesca artesanal tem recebido atenção especial quanto à organização do

³⁴ Ver Diegues, 1999. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil, p. 369.

trabalho, da vida e nas relações socioambientais e culturais dessas populações. Com realidades e modos de vida complexos, esses, *povos das águas*, desenvolvem, em conjunto com o mar, uma relação *sui generis* plenamente não compreendidas frente às emergentes e dinâmicas transformações na organização de suas relações do espaço extra comunidade (MUSSOLLINI, 1945; 1946; DIEGUES, 1999).

Alinhada historicamente com as Ciências Sociais, a etnografia pesqueira desenvolve-se como uma vertente da antropologia cultural, que refutava o interesse nas sociedades primitivas e seus sistemas econômicos simples, para valorizar o campo analítico de compreensão em torno da organização econômica, trabalho, seletividade das espécies, calendário produtivo, petrechos, técnicas e o tempo dedicado à pesca (RODRIGUES E GIUDICE, 2011).

Trabalhos versados em identificar e nomear *hot spot* da pesca tem ganhando notoriedade em estudos etnoecológicos, a exemplo dos encontrados desenvolvidos por Maldonado (1993), Furtado (2004) e Begossi (2004).

A delimitação desses pontos e seus respectivos recursos têm contribuído para a gestão partilhada de informações entre instituições e agentes da pesca, tornando eficiente as políticas de gerenciamento pelos órgãos de controle e proteção desses espaços e a conseqüente manutenção dos estoques, mitigando, portanto, uma gama de conflitos socioambientais (CASAIS & SOUTO, 2011; LIMA, 2016).

Neste artigo propomos um olhar etnográfico tendo por base as áreas de usos dos pesqueiros, o modo de produção da pesca artesanal e a influência dos conhecimentos tradicionais em Forte Velho. Desse modo, buscamos subsidiar com dados possíveis planos de manejo futuros que efetivamente venham atender as numerosas necessidades da comunidade quanto a potenciais ordenamentos pesqueiros.

2. Resultados e discussões

2.1 Renda

Em Forte Velho, 61,2% dos entrevistados tem rendimento médio familiar inferior a um salário mínimo; enquanto 25,8% afirma receber um salário, e acima de dois salários, 9,67%, corroborando, deste modo, a pouca capilaridade de capital auferida a partir da pesca artesanal.

Ao analisarem o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais do ERP, Marcelino et al., (2005), apontavam que o rendimento médio dos pescadores era de 0.90 salário mínimo em 1998, denotando que decorridos 20 anos, a precariedade econômica é ainda uma realidade.

Nesse contexto, a dependência exclusiva da pesca concomitante aos baixos soldos, motiva em caráter de necessidade o pescador complementar sua renda. Consoante Marcelino et al., (2005 p. 186) o declínio na produção pesqueira nos anos de 1990 demonstrou ser imperativa necessidade de arregimentar outras estratégias de ganho financeiro fora da atividade pesqueira, forçando dessa maneira os pescadores a dependerem cada vez menos dos recursos do estuário. Entre os trabalhos alternativos as mais comuns aparecem pequenos serviços na construção civil, manutenção, conservação e vigia de imóveis de segunda residência de turistas, e serviços diversos.

A precarização das condições socioeconômicas do pescador, bem com da atividade pesqueira não é um fenômeno exclusivo de *Forte Velho* ou da costa nordestina. Espalha-se igualmente para regiões reconhecidamente prósperas notadamente a região amazônica, considerada o *celeiro pesqueiro* nacional.

Sobre a crise pesqueira, Lima et al. (2012) apontam que 47,5% dos pescadores do médio Rio Madeira, São Carlos e Calama desaconselham os filhos a seguirem a carreira dos pais; enquanto Amanajás (2017) registrou no Oiapoque 31,68% e em *Forte Velho* 59% daqueles que almejam ver a prole em outras profissões, portanto superando a média de outras regiões indicando assim, grave desincentivo à continuidade da profissão.

2.2 Escolarização

No tocante a escolarização, 31% dos pescadores declararam ter concluído o ensino médio, 58,6% o fundamental e 6,45% não são alfabetizados. Apesar de ainda baixo os indicadores escolares na comunidade, os dados apontam que aqueles que dispõem de Ensino médio têm se mantido no universo marinho, sobretudo na pesca profissional e na navegação de cabotagem que coopta a população jovem tanto de Forte como de Lucena e Cabedelo para trabalharem normalmente fora da Paraíba e até mesmo fora do País.

Com melhores pagamentos e garantias trabalhistas asseguradas, as jornadas laborais nos navios seduziram o interesse dos mais jovens, repercutindo no comprometimento da manutenção da tradição pesqueira comunitária.

Pescadores e seus filhos são taxativos em reiterar o desinteresse na herança da profissão dos pais, inclusive pelo próprio pescador. Ciente das dificuldades e das escassas perspectivas na pesca, os mais jovens são estimulados a almejar campos profissionais financeiramente mais atrativos, essas encontradas certamente fora da comunidade.

A reconfiguração da organização social em torno da pesca acompanha os ditames dos *novos tempos*. Tempos esses impostos pela competitividade capitalista, onde a informação e capacitação pessoal são prerrogativas mínimas para se destacar frente às novas e complexas demandas do mercado.

Assim, a reformulação no projeto de vida e a conseqüente relação com a redução no interesse pela atividade podem estar justificadas na ampliação da oferta educacional à população mais jovem, de certa forma facilitada pela assistência de duas escolas em funcionamento na comunidade.

Nesse âmbito, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Eulina Xavier que oferece matrícula na pré-escola, e aos alunos do 1º ao 5º ano do fundamental – I; e outra de âmbito Estadual, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Forte Velho voltada à oferta do ensino fundamental – nas séries iniciais e finais e o ensino médio regular e na modalidade (Educação de Jovens e Adultos – EJA), anos iniciais, presencial. Os espaços atendem a alunos de *Forte Velho* e de comunidades próximas como Ribeira e Livramento (CENSO ESCOLAR/INEP 2017) (Tabela 1).

Tabela 1 Caracterização socioeconômica dos pescadores

Rendimento familiar	≤ 01 salário mínimo;	N 19
	Igual a 01 salário;	N 12
	≥ 02 salários	N 04
Escolaridade	Não alfabetizados	N 03
	Ensino Fundamental	N 22
	Ensino Médio	N 10
Tipo de imóvel	Madeira	N 0
	Alvenaria	N 35
Exerce outras atividades remuneradas	Sim	N 16
	Não	N 19

Atividades complementares* Construção civil, comércio e outros serviços

Embora o rendimento salarial nominal seja baixo; constatou-se que 100% dos pescadores apresentam residências em alvenaria assistidas por água encanada e saneamento sanitário por fossa séptica, no entanto, essa realidade de melhoria nas infraestruturas sanitárias é relativamente recente.

Contam os moradores que até por volta dos anos 2000, boa parte dos imóveis eram de taipa e palha e ocupadas por dezenas de famílias que viviam organizadas sob o regime de *foro*; situação social em que o direito de posse dos terrenos onde residiam não existia em razão do vínculo empregatício precário junto aos proprietários das terras. A figura 14 (A) apresenta o perfil dos imóveis até década de 1990 e (B); as primeiras construções em alvenaria que passam a surgir a partir da década de 2000.

Figura 14. Evolução do perfil das casas dos moradores de Forte Velho



Fonte: (A) Arquivo Família Pessoa; (B) Cleber Oliveira, 2018.

A estagnação do ciclo do coco na *Fazenda Forte Velho* na década de 2000 entre outros eventos permitiu aos colonos a oportunidade em adquirir seus lotes ocupados há gerações, sendo possível perceber desde então uma melhoria paulatina das condições físicas dos imóveis que invariavelmente repercutiria na qualidade de vida desses moradores.

2.3 Faixa etária / Tempo de pesca

A idade dos pescadores entrevistados oscila entre 23 e 70 anos (Tabela 2), denotando perfil etário superior a 45 anos. Registramos pessoas com idade superior a 70

anos ainda ativos na rotina pesqueira, no entanto, 38% postulam ter iniciado a pesca ainda crianças, logo o tempo laboral é de 29,8 anos. Ante o exposto, a média etária dos pescadores de *Forte Velho* é parecida com a de outros pescadores ribeirinhos brasileiros, assim como registrado por PETRERE Jr. et al. (2006), SILVA (2012) e LIMA et al. (2012).

Tabela 2 Perfil da pesca dos entrevistados

Entrevistados (N) 31	Frequência
Idade Média	45,9
Máxima	70
Mínima	23
Tempo médio profissão (anos)	29,8 anos
Mínimo	4 anos
Máximo	45 anos
Dias trabalho (semanal)	≈ 4,2 dias
Máximo	6 dias
Mínimo	2 dias
Horas trabalhadas (diária)	≈ 5h
Mínimo	3h
Máximo	5h
Acesso ao ponto de pesca	
Barco (caico)	89,5%
Pés	4,5%
Ambos	6%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A média de dias trabalhados na semana oscilou entre 2 e 6 dias, registrando média de 4,2 dias/semana. A média de horas trabalhadas por dia oscilou entre 3 e 5 horas, correspondendo a 75,2% 24,8% dos entrevistados, respectivamente.

Por se tratar da pesca de uma atividade eminentemente dependente de fatores naturais como (condições de vento, sol, chuva, temperatura, correntes marinhas etc), o tempo efetivo de um pescador na maré oscila conforme a oportunidade da própria pescaria.

2.4 Uso de embarcação e deslocamento ao pesqueiro

A importância desse meio de transporte ainda é significativa para 89,5% entre os entrevistados; no entanto, 4,5% menciona que não usa o transporte, deslocando-se exclusivamente a pé, enquanto que para 6% alegam em algum momento ir a pé como de *Caíco* para o local da pesca, a depender de condições como oportunidade de pesca, meteorologia e pronta condição de uso da embarcação no dia. Observou-se que mesmo em pescarias próximas à beira do rio e de frente à comunidade, os pescadores não deixam de usar a embarcação, pois essa os auxilia em diversos aspectos principalmente no transporte das redes e dos demais petrechos.

2.5 Importância da pesca/ implicações culturais da pesca na comunidade

Nos idos de 1930 a 1990, as terras de *Forte Velho* eram de domínio privado familiar que tinham no cultivo do coco, da manga e da mandioca seu mote de desenvolvimento econômico. Informantes revelam que a tradição pesqueira nos tempos áureos da *Fazenda Forte Velho* era insípiente, assumindo um caráter mais recreativo e de complementação proteica, – dada a abundância de pescados no estuário – do que reconhecidamente uma profissão assumida entre os comunitários.

Apesar de existir uma organização em torno das atividades pesqueiras, sobretudo de (peixes e crustáceos) é possível afirmar que esta não foi relevante na constituição simbólico-cultural para a comunidade, em outras palavras, não foi capaz de forjar uma identidade cultural original que reproduzisse uma identidade em torno da pesca ao passo como ocorreu, por exemplo, no Pará, através do *Carimbó*³⁵.

Prevaleceu, portanto enquanto manifestação cultural da comunidade o folguedo popular caracterizado pelo *Coco-de-Roda*, expressão notadamente das comunidades rurais litorâneas versadas à cultura agrícola do coco e da cana-de-açúcar nos antigos engenhos, desse modo, reforçando o histórico cultural rural dos roçados em detrimento a ambiência na pesca.

3. Identificação dos pontos de pesca no Estuário do Rio Paraíba

³⁵ O Carimbó, patrimônio imaterial cultural paraense, de influência africana, indígena e portuguesa, traz em seus versos a rotina do caboclo ribeiro e, sobretudo, pescador, do litoral do nordeste do estado. Lendas locais, histórias de amor, aspectos naturais e da rotina pesqueira são seus principais motes de inspiração.

Por conta das grandes dimensões do ERP, a distribuição dos pescadores nesse espaço geográfico demonstrou ser bastante dispersa, principalmente quando se tem diferentes categorias de pescadores (catadores de caranguejo, marisqueiros e pescadores) que exploram de maneira particular cada um desses pontos.

Desse modo, ouvindo esses agentes e realizando incursões no estuário através de barco, podemos identificar 20 pontos de pesca que consoante seus aspectos fisiográficos, foi possível categorizá-los em Croas e Gamboas.

Os pescadores descrevem as “*Croas*”/“*Coroas*” e *Gamboas* como *pontos ótimos* de pesca, propícios à diferentes modalidades de pescarias, mas que também guardam particularidades nas espécies possivelmente encontradas (Quadro 1).

De acordo com Casais e Souto, (2011), as *Croas* são áreas de intermarés, compostas de substrato lodo-arenoso que afloram na baixa-mar sendo naturalmente propícias à reprodução de mariscos. Como correspondem a ecozonas transicionais entre o ambiente de terra firme e áreas de mangue, são facilmente acessados sem a necessidade de embarcação, essa característica faz com que o tempo-limite de trabalho nessas áreas seja regulado pelas marés (Figura 16).

Figura 16. Localização dos pontos de pesca no estuário do Rio Paraíba



Os pescadores descrevem as “*Croas*”/“*Coroas*” e *Gamboas* como *pontos ótimos* de pesca, propícios à diferentes modalidades de pescarias, mas que também guardam particularidades nas espécies possivelmente encontradas. De acordo com Casais e Souto, (2011), as *Croas* são áreas de intermarés, compostas de substrato lodo-arenoso que afloram na baixa-mar sendo naturalmente propícias à reprodução de mariscos. Como correspondem a ecozonas transicionais entre o ambiente de terra firme e áreas de mangue, são facilmente acessados sem a necessidade de embarcação, essa característica faz com que o tempo-limite de trabalho nessas áreas seja regulado pelas marés.

Gamboas por sua vez, correspondem às desembocaduras de córregos, “canais” de rios semiabrigados da ação das marés, que permitem a troca entre água doce do continente e salgada do mar. Tem solo fértil em nutrientes e matéria orgânica com características lodosas e, composto por raízes e material vegetal parcialmente decomposto sendo considerado berçário e abrigo para variadas espécies animais e vegetais.

Os pesqueiros, ou pontos de pesca mais citados pelos pescadores de *Forte Velho* foram classificados em onze croas, oito gamboas e uma margem de areia³⁶, respectivamente: (3) Cemitério; (4) Consolado; (5) Croa Volta Mofina, (6) Croa Casco; (07) Croa da Prainha; (08) Croa de fora; (09) Croa Picada, (10) Croa Pontal; (11) Croa³⁷; (12) Croa Focinho; (20) Croa Ponta Ilha; (02) Boca da Gamboa; (13) Gamboa Capim Açú; (14) Gamboa Dantas; (15) Gamboa Iêê, (16) Gamboa do Arrasto/Arrastado; (17) Gamboa Mãe/Maria Izabel; (18) Gamboa Tambauzinho; (19) Gamboa Maruim e (01) Areia.

A proximidade geográfica entre municípios e comunidades que dividem o espaço geográfico do estuário torna suas divisas algo meramente virtual. Nesse sentido, os pescadores partilham entre si os mesmos pontos de pesca, todavia respeitam as regras de conduta baseada no *uso costumeiro*. Dentre as regras elementares de uso costumeiro temos o respeito da ordem de chegada e permanência do pescador no pesqueiro a distância considerada por eles “tolerada”.

³⁶ Margem de areia semelhante a uma praia fluvial junto à porção sudeste da Ilha da Restinga

³⁷ Recebe somente esse nome

4. Etnoespécies com valor comercial capturadas no ERP

Das espécies descritas, 24 são peixes; 03 moluscos (Ostra de galho, Sururu de lama e Marisco de areia) e 03 formadas por crustáceos (Caranguejo-Uçá, Siri, Aratu). Em face o caráter etnográfico da pesquisa, a descrição das espécies capturadas preconiza a nomenclatura usual empregada pelos pescadores de Forte Velho, portanto, optamos por desconsiderar a ictiologia científica nessa caracterização, embora se reconheça a necessidade de posterior classificação, para fins de avaliação qualitativa destas espécies.

A geomorfologia estuarina no ERP torna a distinção entre as espécies de peixes capturados preamar ou baixa-mar bastante acentuada comparativamente às Croas e Gamboas (Quadro 1). No entanto, o pesqueiro “Areia” – não descrito nem por Croa nem por Gamboa – aparece como único ponto onde essa variação é menos significativa. Já na “Croa Maruim”, espécies oceânicas a despeito do Xaréu, Camurupim e o Peixe-espada, são facilmente encontrados no período de verão onde a entrada de água marinha tem maior volume.

As espécies, Carapeba, Camurupim, Pescada Amarela, Robalo/Camurim e Tainha, aparecem entre aquelas de valor comercial diferenciado, seguido dos crustáceos (camarão e o Caranguejo Uçá) e os moluscos (“Sernambi - marisco” e ostras), respectivamente.

Quadro 2 Espécies comerciais citadas nas marés altas e baixas por pesqueiro

Nome do pesqueiro	Espécie (s)	Espécie (s)
	Preponderante (s) capturada (s)	Preponderante (s) capturada (s)
	maré alta	maré baixa
Croa Picada	Arraia de croa, Boca Mole, Camurim, Carapeba, Cururuca, Pampo, Paru, Pescada Amarela, Pescada Branca, Sanhoá, Saúna, Tainha	Camarão, Marisco, Siri, Sururu Ostra
Croa/Croinha	Saúna, Tainha, Camurim	Camarão, Caranguejo Marisco, Siri, Ostra, Sururu
Croa Pontal	Agulha, Amoré, Arraia de Croa, Bagre, Camurim, Carupé, Coró, Espada, Pampo, Paru, Pescada Amarela, Sardinha Azul, Tainha, Saúna, Xaréu	Marisco, Siri, Camarão, Ostra, Sururu
Gamboa do Arrastado	Amoré, Ariaçu, Boca Mole, Carapeba, Camurim, Pampo, Sanhoá, Tainha	<i>idem</i>

Croa da Prainha	Ariaçu, Arraia, Carapeba, Camurim, Cururuca, Paru, Pampo, Pescada Amarela, Pescada Branca, Sanhoá	Camarão, Caranguejo, Marisco, Siri, Sururu, Ostra
Croa Fucinho	Arraia de croa, Boca mole, Camurim, Carapeba, Cururuca, Pampo, Paru, Pescada Amarela, Pescada Branca, Sanhoá	<i>idem</i>
Croa a Volta Mofina	Arraia, Boca Mole, Carapeba, Cururuca, Camurim, Pampo, Paru, Pescada Amarela, Pescada Branca, Sanhoá, Saúna, Tainha, Xaréu	<i>idem</i>
Croa Casco	Agulha, Amoré, Arraia, Bagre, Camurim, Carupe, Coró, Pampo, Paru, Sardinha Azul, Saúna, Tainha, Xaréu	<i>idem</i>
Gamboa Maruim	Espada, Camurupim, pescada Amarela, Tainha, Saúna, Bagre, Carapeba	Marisco, Siri
Croa de Fora	Arraia, Carapeba, Saúna, Tainha,	<i>Caranguejo, Marisco, Siri, Sururu Ostra</i>
Gamboa Dantas	Sauna tainha, sanhoa, carapeba,	
Gamboa Capim-Açu	Arraia, Boca Mole, Camurim, Carapeba, Cururuca, Pampo, Paru, Pescada Amarela, Pescada Branca, Pururuca, Sanhoá, Saúna, Tainha	Siri, Marisco, Caranguejo
Gamboa Mãe Izabel	<i>idem</i>	Siri, Caranguejo Uça, Sururu, Ostra
Gamboa boca da Gamboa	Arraia, Boca Mole, Camurim, Carapeba, Cururuca, Paru, Pampo, Pescada Amarela, Pescada Branca, Sanhoá, Saúna, Tainha, Xaréu	<i>idem</i>
Gamboa Tambauzinho	Amoré, Ariaçu, Camarão, Cururuca, Ostra, Pescada Amarela, Tainha	<i>idem</i>
Gamboa de Iêiê	Arraia, Bagre, Saúna, Sanhoá, Siri, Marisco, Ostra, Pampo	<i>idem</i>
Croa Cemitério	Arraia, Bagre, Marisco, Pampo, Sanhoá, Siri, Ostra	<i>idem</i>
Croa Ponta da Ilha	Arraia pintada, Arraia Quatro Ventas, Bagre, Pampo, Paru, Siri	Siri, Sururu, Marisco
Areia	Arraia Pintada, Arraia Quatro Ventas, Arraia de croa/mijona, Ariaçu, Bagre, Camarão, Paru, Pampo, Sardinha Azul	<i>idem maré alta +siri</i>
Croa Consolado	<i>idem</i>	<i>idem</i>

Os trabalhos de Silva (2006) e Targino (2012) no estuário Itapessoca-PE e na RESEX Acaú/Goiana PB/PE, respectivamente, apontam que as espécies de peixes, crustáceos e mariscos bem como os petrechos e técnicas de captura são similares àqueles observados na comunidade Forte Velho. No entanto, difere das duas comunidades, a captura do caranguejo, seu beneficiamento e a pesca em diferentes

pesqueiros entre homens e mulheres, sugerindo em Forte Velho espacialização trabalhista mais conservadora do que verificado em outras comunidades.

5. Percepção socioambiental da pesca no ERP

Para 92% a importância da atividade pesqueira é descrita como *muito elevada*, enquanto 8% dos entrevistados a consideram apenas *elevada*. Arguidos a respeito do *grau de importância da pesca na comunidade*; 68,75% afirmam ser *muito elevado*; 25% *elevado* e 6,25 % não opinaram.

Apesar de significativo o percentual daqueles que percebem a pesca como muito importante, ressalva-se que a comunidade tem fomentado outras atividades econômicas, notadamente a prestação de serviços através de investimentos particulares no ramo da gastronomia (bares, restaurantes), casas de comércio, havendo, inclusive, enorme potencial turístico e cultural ainda pouco explorado.

No tocante a percepção acerca do tamanho dos pescados capturados nos últimos anos, 81,25% afirma *não ter mudado* e 18,75% *notou diferença*. A percepção a respeito do volume capturado, 43,75% diz ter *diminuído* enquanto 31,25% *não ter alterado*. Já 12,5% não souberam responder. Procurando compreender a diminuição dos estoques questionamos a respeito das possíveis motivações. O entendimento coletivo aponta que (86%) atribui a *fatores antrópicos*, sobretudo, *a contaminação do rio* (65%); *sobrepesca* (24%) e *erosão* (11%), respectivamente.

Para 89% dos participantes, a causa da diminuição dos estoques estaria fora da comunidade, principalmente no volume de “lixo” encontrado no rio, não havendo, deste modo, menção à contaminação por efluentes da Região metropolitana de João Pessoa, tão pouco os tanques de carcinicultura instalados na comunidade.

6. A pesca do camarão: quando, como, onde pescar

No ERP, o ciclo lunar “*quarto minguante, crescente ou morta*” influencia na oportunidade de pesca do camarão. Sua captura distribui-se praticamente ao longo dos 20 pesqueiros identificados no estuário; contudo, a tomada de decisão incide nas condições do tempo, da maré, dos parceiros disponíveis, da embarcação, dos petrechos.

O crustáceo é mais frequente nas marés de menores amplitudes e com correntes mais brandas. Entretanto, sua captura é mais bem sucedida na vazante e enchente da maré, junto às margens das Crôas e Gamboas e em profundidade nunca superior 2 metros.

O petrecho é a rede de arrasto conhecida como “camaroeira”. Esse tipo de pescaria enquadra-se na modalidade *ativa* e demanda dois pescadores na operação, embora seja comum o auxílio de uma terceira pessoa. A arte dessa pescaria em particular está em conhecer os hábitos do crustáceo consoante a dinâmica das marés, por que: “ele corre (nada) sempre contra a maré, então se ela (maré) sobe, ele (camarão) vem descendo, aí a gente já sabe onde apanhar” (Antônio Pessoa Filho, 68, ex-presidente da Colônia).

A pesca artesanal do camarão no ERPN não obedece a critérios de classificação por tamanho como na indústria pesqueira, mas uma estimativa média de unidades por quilo. Não há entre os pescadores qualquer tipo de beneficiamento capaz de agregar valor ao produto, somente a notória e reconhecida qualidade do crustáceo natural que se diferencia sobremaneira daqueles criados em cativeiro.

O preço bruto/quilo no ano de realização desta pesquisa (2018) tem custo médio R\$ 20,00 tanto se vendido direto ao consumidor quanto aos atravessadores. Já sua revenda nas feiras livres o preço varia entre R\$ 27,00 a R\$30,00.

7. A captura do caranguejo

Tal como na pesca do camarão, a tomada de decisão para a coleta do caranguejo obedece aos imperativos naturais, precisamente a escolha da *lua cheia ou lua nova*. Essas fases repercutem na amplitude das marés e conseqüentemente no volume de água que adentra e sai do estuário. Conforme relatos, as marés de sizígia (grandes) expõem área de captura maior na baixa-mar, ampliando os rendimentos.

Não há menção da influência lunar na engorda do crustáceo, porém, o conhecimento empírico demonstra que os meses “R” (setembro a abril) estão magros, coincidindo com o período de procriação, vulgo “andada”.

Entre (maio a agosto), os animais ganham peso, tornando-se mais valorizados no mercado. O defeso do caranguejo; período legal da proibição da captura, transporte e armazenamento ocorreu em 2018 em três períodos: o primeiro entre 2 a 7 de janeiro e

de 17 a 22 de janeiro; segundo de 1 a 6 de fevereiro e de 16 a 21 de fevereiro; e o terceiro de 2 a 7 de março e de 18 a 23 (IBAMA, 2018).

A captura do crustáceo no manguezal acontece através da “tapada” e pela “redinha”. A modalidade “tapada” implica em obstruir a toca do animal com a lama do mangue circundante, forçando sua “subida” pela falta de oxigênio, e conseqüentemente sua captura com o braço.

A modalidade “redinha” vale-se de fios de saco de farinha feitos de rafia previamente tramados e afixados na saída da toca do caranguejo. A “redinha” é petrecho proibido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pois não permite estabelecer critérios de tamanho e gênero entre as espécies capturadas, por esse motivo, seu emprego é predatório e insustentável.

O deslocamento para os pontos de coleta ocorre em grupo de três ou quatro catadores embarcados nos caícos³⁸ ou a pés. A entrada no manguezal respeita o código costumeiro do “quem chega primeiro”³⁹, portanto, quando reconhecido o rastro do outro grupo nas mediações, procuram outro ponto, visto que a exploração naquele local torna-se inviável.

A coleta/captura do caranguejo é sobremaneira uma das atividades das mais trabalhosas, isso porque as dificuldades naturais de acesso ao interior do mangue limitam sobremaneira o deslocamento além de expor o catador a cortes na pele, ferimento por animais, etc.

Conforme salienta Rosa, (2008), essa profissão é uma das mais estressantes no mundo haliêutico uma vez que a diminuição dos estoques obriga constantemente esses profissionais deslocarem-se por maiores distâncias e permanecerem mais tempo nos locais de captura, asseverando a ocorrência desses tipos de acidentes.

Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI – quando usados –, são rudimentares e não oferecem a segurança adequada ao trabalhador. Restringem-se a “sapatos de mangue” confeccionados em couro ou em sua maioria por câmara de borracha de pneus para que materiais perfuro-cortantes como conchas de ostras, “pontas de pau” não lhes machuquem. A proteção contra os insetos do mangue tem por base óleo de cozinha e querosene; alternativa caseira prejudicial à saúde quando comparadas às loções repelentes industrializadas.

³⁸ ver referencia na descrição das embarcações utilizadas pelos pescadores

³⁹ Expressão empregada pelos próprios pescadores

O tempo de captura obedece ao período imposto pela maré baixa, ou seja, correspondendo a cinco a seis horas. Ainda no mangue, os animais coletados são atados em cordas, somando 12 unidades cada. Normalmente cada grupo consegue reunir aproximadamente 24 “cordas”. Sua destinação atende a venda *in natura* aos atravessadores com mais frequência na alta estação verão e/ou o beneficiamento da carne, sendo essa última a mais verificada independente da sazonalidade.

8. A (des)assistência ao catador de caranguejo

Existe determinados período do ano em que os catadores são proibidos de exercer a sua captura. A salvaguarda da espécie, conhecida como *defeso*, ocorre em todo o país obedecendo a calendários pré-determinados.

A despeito de outras categorias de pescadores, os catadores de *Forte Velho* não recebem qualquer tipo de contra partida financeira durante esse período, pois consoante entendimento da União, essa categoria particular de pescador ainda não se encontra legalmente regulamentada.

O período de reprodução do caranguejo e seu conseqüente *defeso*, diferentemente da *piracema*, dispõem de peculiaridades no seu calendário fazendo com que os 30 dias de reservados à reprodução da espécie ocorram de forma intercalada ao longo de dois meses.

Essa característica tem caracterizado em conflitos com a legislação trabalhista, Resolução 468, de 21 de dezembro de 2005, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), que não reconhece o pagamento do *seguro-defeso* em períodos de defeso inferior a 30 dias, suscitando, portanto grande insatisfação entre os catadores.

Esse impeditivo não tem incentivado essa categoria a se registrar na colônia o que de certa forma os prejudica em razão da perda de uma série benefícios governamentais. Neste sentido, essa categoria apresenta maior grau de vulnerabilidade quanto o acesso à Previdência Social, como o direito à aposentadoria especial e pagamento de auxílio doença.

9. O beneficiamento da carne do caranguejo: o papel feminino no descarneamento

Tecnicamente conhecido como descarneamento, a retirada da carne do caranguejo, responde por uma das etapas de maior atenção na cadeia de beneficiamento. Nomeadamente uma tarefa feminina de atribuição cultural arraigada na cultura da pesca tradicional, a atividade ocorre de forma precária sob a cobertura de telhas ou palha nos quintais dos próprios catadores.

Cozidos os animais ainda vivos, tachos de latão de tinta são usados como panela e o lume do preparo, alimentado por lenha ou casca de coco. Após cozidos, sua carapaça é dividida em três partes: patas, peitos e patolas; sendo estas últimas as mais caras comercialmente.

Por se tratar de um produto altamente perecível e de fácil contaminação – ante as condições inapropriadas de beneficiamento – requer que tal procedimento seja executado no menor tempo possível. O encargo do serviço é deliberadamente atribuído às esposas, parentes e vizinhos próximos dos catadores (Figura 16).

Figura 17. Mulheres no trabalho de retirada da carne dos crustáceos



(A, B, C, D) *Mulheres no trabalho da retirada da carne de Siri e Caranguejo-Uçá.*

Fonte: Cleber Oliveira, (2018)

Para as mulheres que trabalham no arranjo produtivo do caranguejo as obrigações domésticas surgem como atividade extensora, reforçando no entender de Rosa e Matos (2010) que esse tipo de afazer reforça o estigma negativo da atividade

dentro da família e de subserviência feminina na comunidade a qual participa. Magalhaes et al., (2007) percebeu essa mesma característica quando estudou a vida das mulheres tiradoras de moluscos e crustáceos no município do Conde no Estado da Bahia denotando que o caráter discriminatório e penoso porque passam, reproduz-se em diferentes contextos regionais.

Notas de campo apontam os perigos perceptíveis à segurança e à saúde dessas *tiradoras*⁴⁰, principalmente na manipulação dos tachos escaldantes, o incômodo com fumaça dos fogareiros improvisados, e acidentes por faca e partes afiadas dos animais. Consoante as tiradoras, o beneficiamento do caranguejo ocorre com o mesmo já cozido e frio, ou até mesmo devidamente resfriado no dia anterior. “... *quando vem pouco caranguejo (do dia da coleta no mangue) a gente cozinha e guarda pro outro dia até inteirar e fazer mais quantidade, não vale a pena fazer com pouco*” (C. catadora, 32 anos).

Após haver um montante que justifique o esforço, familiares ou não, reunidos em torno de uma mesa de cimento ou madeira retiram a carne com o auxílio do uma pequena tábua e pedaços de madeira, faca, e uma vasilha de plástico ou alumínio (Figura 4). O beneficiamento dos crustáceos é realizado precariamente sob a cobertura de telhas ou palha nos fundos dos quintais. Mesas de cimento ou madeirado rudimentares conhecidos por *Tok-Tok*, faca de mesa e bacias plásticas ou de alumínio são os petrechos nesse tipo de trabalho.

Pelo exposto, fica evidente a ausência de políticas para esse arranjo tradicional e também de agentes públicos e privados interessados no fomento de alternativas que conciliem aprimoramento sanitário na manipulação e conservação do produto, com acesso a direitos que garantam aumento dos seus rendimentos e melhorem a qualidade de vida dessas mulheres.

10. Pescaria e peixes de “inverno” ou de “verão”

Verificou-se entre os entrevistados que no ERP a presença ou ausência de determinada espécie, variação de tamanho, peso e quantidade de pescado não são eventos significativos nos período de chuvas (invernada) nem na estiagem (verão).

⁴⁰ Autodenominação das mulheres voltadas ao serviço exclusivo da retirada da carne do caranguejo

No verão (Setembro a Janeiro), a atividade pesqueira amplia sobremaneira em todo o estuário. As condições climáticas favoráveis e o período de férias escolares corroboram para o aumento da demanda por pescados.

Pescadores relatam haver maior salinidade das águas do rio Paraíba em razão da redução das chuvas na calha dos rios, favorecendo a entrada de maior volume da água marinha, viabilizando a pesca de peixes grandes oceânicos como o Xaréu, Mero, Camurupim que visitam o estuário nessa época do ano. Estas espécies tem valor comercial elevado, mas nem sempre sua captura é possível, por requerem petrechos de pesca apropriados, estes indisponíveis a grande parte dos estuarinos.

Entretanto, no período chuvoso (Fevereiro a Agosto) com a entrada de grande volume de água doce no ERP reduz-se a salobridade, favorecendo excepcionalmente o aparecimento da Tilápia, espécie condicionada apenas a ambientes fluviais. Porém, os pescadores alegam não ter mais registro do sua captura, provavelmente em decorrência da redução da pluviosidade na Bacia do Rio Paraíba nos últimos anos.

11. Petrechos de pesca

Utilizadas em pescarias específicas tanto em ambiente terrestre quanto marinho, os petrechos de pesca são instrumentais ou ferramentas imprescindíveis no trabalho do pescador (a) e a ele (a), depende sua compra e respectiva manutenção. Dados dos questionários indicam treze, os tipos de petrechos empregados em Forte Velho, e consoante suas especificidades de uso, foram classificadas em artes *ativas e passivas* (Quadro 3).

Quadro 3 Petrechos de pesca, consoante os pescadores (as) de Forte Velho

Arte ativa	Espécie aguardada	Arte passiva	Espécie aguardada
Rede de arrasto (5 a 6m)	Peixes diversos	Redinha	Caranguejo-Uçá
Rede de Tomada (malha 22 mm)	Peixes diversos	Ratoeira Pulsar/linha	Guaiamum Siri
Camarãozeira (malha 20 mm)	Camarão e peixes pequenos	Espinhel Anzol	Arraia e Bagre Peixes pequenos diversos
Tarrafa	Camarão/peixes diversos pequenos		
Tainheira (malha 30-35mm)	Tainha grande		
Suaneiro (malha 20 mm)	Tainha pequena		

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Na modalidade *artes ativas*, foram identificadas sete tipos: (Rede de arrasto, Rede de Tomada, Camarãozeira, Tarrafa, Tainheira e Suaneiro). Esses petrechos requerem notória perícia técnica e constante destreza manual no seu manuseio por parte do usuário para auferir sucesso.

No entanto, as *artes passivas* são seis, respectivamente: (Covo, Redinha, Ratoeira, Linha/Pulsar, Espinhel, Anzol). Os petrechos foram assim classificados nesta pesquisa em virtude do pouco empenho manual do usuário na pesca embora exija notória perícia do usuário na análise das condições de pesca e preparação adequada do equipamento no pescueiro selecionado.

12. Comercialização do pescado: venda direta aos atravessadores

A qualidade dos pescados trazidos de Forte Velho é bastante apreciada entre os consumidores de Cabedelo, João Pessoa e Santa Rita. Sua comercialização ocorre individualmente e/ou por intermédio de atravessadores, vulgo “pombeiro”. A venda individual, conforme sugere o nome, é mediada pelo próprio pescador diretamente com as pessoas interessadas, no entanto, os *pombeiros* compram os produtos diretamente dos pescadores revendendo aos consumidores em diferentes pontos.

Comerciantes geralmente de Cabedelo também encomendam e/ou já estabelece um tipo de contrato informal com determinada espécie e quantidade de pescados obtidos com os pescadores normalmente aos fins de semana. Os pescados têm comercialização nas feiras livres tendo flutuação nos preços alcançam 30%, mas a depender do período do ano, o lucro médio varia entre 45% a 50% por quilo (Quadro 4).

Quadro 4 Preços médios dos produtos revendidos pelos pescadores

Produto	Preço Venda	Preço Revenda
Caranguejo (Corda)	15,00	20,00
Massa de Caranguejo	30,00	40,00
Patola de Caranguejo	30,00	50,00
Camarão	40,00	45,00
Marisco	20,00	25,00
Sururu	20,00	30,00
Ostra	20,00	25,00

*Valores correspondentes a Julho/2018. **Fonte:** Dados da pesquisa, 2018

A venda aos atravessadores obedece estritamente a condições da pesca do dia ou do acumulado “apurado” da semana. A comercialização direta ocorre geralmente aos finais de semana e/ou em períodos de grande fartura ou de grande “sorte” no dia de trabalho.

A negociação individual, no entanto, é igualmente muito praticada e ocorre com clientes costumeiros locais – pequenos proprietários de bares e restaurantes – necessitados dos pescados para atender a sua clientela nos fins de semana. Notas de campo sugerem que determinados grupos de pescadores (marisqueiros, catadores de caranguejos, pescadores) tem na pesca a principal fonte de renda familiar, portanto dependentes desse tipo de negociação nas duas oportunidades.

13. Considerações finais

O significativo avanço dos estudos da antropologia marítima ou antropologia marítima no litoral brasileiro nas últimas seis décadas permitiram ampliar as discussões e conceitos relativos às populações tradicionais, antes nominadas de populações extrativistas e agrícolas para dentro de um contexto próprio que trata a perspectiva pesqueira.

Ao longo deste construto teórico, as ciências sociais, ao seu modo, vinculadas à Antropologia, Sociologia e a Geografia apresentaram suas perspectivas acerca dos territórios de pesca, as territorialidades, simbologias e as demais maneiras com que os sujeitos da pesca dialogam com os elementos naturais.

No capítulo 1, vimos que na Região Nordeste, mais especificamente o estado da Paraíba, trabalhos de autores e instituições versados especificamente a essa tipologia de análise social tem se elevado quantitativamente e qualitativamente a partir da contribuição de nomes locais a citar a etnóloga Simone Maldonado, que desde os anos de 1980 tem prestado importante contribuição à compreensão da pesca, das pescarias e da realidade do espaço vivido pelos pescadores do litoral do estado.

O campo etnográfico da pesca persiste ativamente na análise dos conflitos de vida dos pescadores e no prosseguimento da análise territorial pesqueira, espaço de expressão de luta e resistência coletiva dessas comunidades, no entanto, carece melhor ser compreendido o *modus vivendi* dessas populações no que pese o seu aspecto social,

afetivo, cultural, ameaçados pela dinâmica em torno da reorganização dos interesses do capital que diretamente regem e direcionam também a vida dessas populações.

No capítulo 2 percebemos que a pesca na Comunidade Forte Velho representa fonte de renda importante para parcela expressiva da comunidade, sobretudo para as mulheres e pescadores mais idosos.

Entre as diferentes categorias de pescadores, é patente o domínio da espacialidade dos espaços de captura, sendo possível identificar 20 pontos desses territórios, bem como a caracterização e classificação das espécies explorados nesses pesqueiros em diferentes condições de marés. Em cada circunstância e condições de pesca empregam técnicas e petrechos condizentes com a prática da pesca artesanal, salvo exceção os catadores de caranguejo que se vale de instrumental predatório nas capturas. Portanto, uma prática carente de ser revista.

No capítulo 3 consideramos que a atividade pesqueira na comunidade *Forte Velho* experimenta em franca transição ante os inúmeros eventos “desenvolvimentistas” que tem corroborado para ressignificação da atividade, assim como fatores ambientais externos apontados como elementos de instabilidade dos estoques, sobretudo nos últimos 20 anos.

Neste sentido, considerando todos esses aspectos, sugerem-se ações imediatas de capacitação junto aos catadores de caranguejo no interesse de assegurar as boas práticas de manejo da espécie e dessa forma, garantir a sustentabilidade ambiental e financeira da atividade.

Uma segunda via estaria no associativismo sob a forma de cooperativa tendo as tiradoras de carne de caranguejo e marisco os principais alvos da ação. Nesse caso, sugere-se engajamento público em diferentes esferas (Ministério Público, Vigilância Sanitária, bancos públicos, dentre outros), organizados de forma a propor parcerias com universidades através de projetos de extensão e instituições privadas no fomento de capacitação profissional nos respectivos manejos dos produtos e no desenvolvimento de projetos de educação socioambiental amplo que contemple não só o contexto da pesca, mas o universo feminino e sua contribuição na comunidade.

Referências

AAKER, et al. *“Marketing Research”* (12ª Ed.), New York: John Wiley & Sons, Inc. 2001.

ACHESON, J.M. et al. *Managing chaotic fisheries*. In: BERKES, F. & FOLKE, C. (Eds.) *Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.390-413.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2008.

AESA, *Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba*. João Pessoa, 2013. Disponível em: <<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/monitoramentoPluviometria.do?metodo=listarMesesChuvas>> Acesso em 10 Jan. 2018.

AGARDY, T. M. *Advances in Marine Conservation: The Role of Marine Protected Areas*. *Trends in Ecology & Evolution*, 9(7):267-270. 1994.

ALBUQUERQUE, U. P. *Introdução à etnobotânica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência. 2005.

ALMEIDA, A. R. B. de. *Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária em Forte Velho, PB: Diagnósticos e proposições*. Dissertação de mestrado. UFPB. 2016. 131 fls. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9046>>. Acesso em 23/out/2018.

AMANAJÁS, V. V. de: *Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá*. *Revista franco-brasileira de geografia - confins*. n. 37. 2018. disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/15619>>. ACESSO EM 12 NOV.2018.

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANGULO-VALDEZ, J.; HATCHER, B. G.; *A new typology of benefits derived from marine protected areas*. *Marine Policy*. V34, N3. p. 635-644. 2010.

ARAGÃO, W. M.; RIBEIRO, M. F. V. *Cultivares de coqueiro para a produção de coco seco: coqueiro Gigante vs híbridos*. In: CINTRA, F. L. D.; FONTES, H. R.; PASSOS, E. E. M.; FERREIRA, J. M. S. (Ed.). *Fundamentos tecnológicos para a revitalização das áreas cultivadas com coqueiro gigante no nordeste do Brasil*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 37-60. 232 p., 2009.

ARAÚJO, I. X. de. *Comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha na Paraíba: realidade e desafios*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em geografia. UFPB, 2017, 205 f. Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/teses/comunidades-tradicionais-de-pesca-artesanal-marinha-na-paraiba_realidade-e-desafios.pdf>. Acesso 02 jan 2019.

ARAÚJO, I. X. de; LIMA, E. R. V. de; SASSI, R. *Economia da pesca artesanal: o caso do bairro da penha em João Pessoa/PB*. Revista Formação, n.22, volume 1, p. 193-220. 2015.

ARRUDA, R. *Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BAEZ, G. C. O. *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*. Dissertação de Mestrado, 2016. 269 f. Disponível em:<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCEG_6f1e07f384b67d21e4f59ba59058dde8>. Acesso:31 jan 2019.

BAILEY, K. D. *Methods of social research*. New York: The Free Press, 1982.

BAN, Natalie C.; ADAMS, Vanessa M.; ALMANY, Glenn R.; BAN, Stephen; BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368 p.

BATESON, G.. *Naven*, 2.ed. Stanford: Stanford University Press, 1973.

BECK, A. M.. *Lavradores e Pescadores: um Estudo sobre o Trabalho Familiar e Trabalho Acessório*. Florianópolis, UFSC, dissertação de mestrado, 1979.

BEGOSSI, A. *Fishing activities and strategies at Búzios Island*. Proceedings of the World Fisheries Congress, Theme 2, Atenas, Grécia. (1992a).

_____, A. *Food taboos at Búzios Island (Brazil): their significance and relation to folk medicine*. Journal of Ethnobiology, v.12, n.1, p.117-139, 1992.

_____, A. *Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal*. In: BEGOSSI, A.; LEME, A.; SEIXAS, C. S.; CASTRO, F.; PEZZUTI, J.; HANAZAKI, N.; PERONI, N.; SILVANO, R. A. M. (Eds.). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 223-253.

_____, A. *O manejo da pesca artesanal*. In: BEGOSSI, A (org.). *Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande*. 1.ed. São Carlos: RIMA, 2010. p. 235-286.

BERNARDES, D. M. de. *Notas sobre a formação social do Nordeste*. *Lua Nova*, São Paulo, (71): 41-79, 2007. Disponível:< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>>. Acesso: 11 dez., 2018.

BERNARDES, L. M. C.; BERNARDES, N. *A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia v 12. Nº 1, p. 17 53, 1950. Disponível em<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1950_v12_n1.pdf>. Acesso 23/jan/2018.

BEZERRA, M.C.L.; MUNHOZ, T.M.T.– (Coord.) *Subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira: Gestão dos recursos naturais*. Ministério do Meio Ambiente, 200p., IBAMA, Brasília, DF, Brasil. 2000.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, fev 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015. Brasília: Presidência da República do Brasil, 2006. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm>. Acesso: 11 dez 2019.

_____. Instrução Normativa MPA Nº 6 DE 29/06/2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA. Brasília, DF, jun 2012.

_____. Ministério da Agricultura. Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca Parte I. 1975-1979. Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1980_plano_Nac_desenv_pesca_1975_1979_parte_I.pdf> Acesso em: 18 de jan. 2018.

BRITO, R. S. “*Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro*”. Estudos, Ensaios e Documentos, Lisboa. 1960.

CASAL, F. S. C. & SOUTO, F. J. B; *Percepção de ecozonas por pescadores artesanais na Bahia*. Sitientibus série Ciências Biológicas 11(2): 143–151. 2011.

CASCUDO, L.C. *Jangadeiros, Rio de Janeiro*. Ministério de Educação e Cultura, 1957.

_____, L. C. *Contos tradicionais do Brasil*. ed. global, 2001. fls 318.

CASTRO, I. E. “*Seca versus seca, novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*”. In: *Iná Elias de CASTRO et al (sous la direction de), Brasil – questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b.

CHAVES, P. T. de. ROBERT, M. C. de. *Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no Litoral Sul do estado do Paraná, Brasil*. Atlântica, Rio Grande, 25(1): 53-59, 2003.

CINNER, J. E.; MCCOOK, L. J.; MILLS, M.; PRESSEY, R. L.; WHITE, A. *Designing, implementing and managing marine protected areas: Emerging trends and opportunities for coral reef nations*. Journal of Experimental Marine Biology and Ecology, 408(1-2) p.21–31, 2011.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. *Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil*. Multiciência, v. 4, n. 4, p. 1-22, 2005.

CODEFAT. *Conselho deliberativo do fundo de amparo ao trabalhador*. Resolução 468, de 21 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocodefat468_2005.htm>. Acesso em: 13 Jun.2018.

CORDELL, J. “*The Lunar Tide Fushing Cycle in Northeastern Brazil*”, *Ethnology*, 13, 45-61, 1967.

COSTA, F. W. D. *A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia*. XVII Encontro Nacional de Geógrafos. 24-30 jun. 2016.

CUNHA, A. S; ROCHA N. S. A.: *Do fragmento de territórios de pesca na Amazônia às inquietações de um estudo das populações tradicionais*. XV encontro de ciências de ciências sociais do norte e nordeste e pré-alas do Brasil 04 a 07 de setembro, UFPI, 2012.

CUNHA, B. P. da, Org.: *Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

CUNHA, L. H. O de. *Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa, São Paulo*. PUC, dissertação de mestrado, 1987.

_____, L. H. O. de. *Conhecimento e Práticas Tradicionais*. Texto Digitado Apresentado no Seminário Paisagem e Cultura Caiçara - NUPAUB, 9p. 2001.

D’ANGELIS, I. A. B. *O conhecimento ecológico local como ferramenta na gestão pesqueira participativa: um estudo de caso com os marisqueiros de livramento, Santa Rita, PB*. João Pessoa, UFPB, Dissertação de mestrado, 147f, 2014.

DIEGUES, A. C.. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____, A. C. *A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. Pescadores artesanais – entre o passado e o futuro*. FASE: 1988. 74 p.

_____, A. C.; NOGARA, P. J. *Nosso lugar virou parque: estudo socio-ambiental do Saco de Mamangua-Parati-Rio de Janeiro*. [S.l: s.n.], 1994.

_____, A. C. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____, A. C. *A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil*. *Etnográfica*, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/leal1.pdf>> Acesso 25 fev 2018.

_____, A.C. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: Nupaub, 1999.

_____, A. C.; ARRUDA, R. S. V. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA, 2001.

_____, A. C. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

DUARTE FILHO, F. H.; AGUIAR, J. O. *Baleias e ecologistas na Paraíba: uma história do fortalecimento do movimento ambientalista e o debate sobre a crise da economia baleeira (1970-1980)*. Topoi. vol.15 n°. 28. Rio de Janeiro Jan./June, 2014.

ELLIS, M. *Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (II)*. Revista de História. São Paulo, v. 16, n. 33, p. 149-176, 1958.

ESPAÇO ECOLÓGICO. *Forte Velho agoniza*. 2011. Disponível em: <<http://www.espacoecologicoar.com.br/acervo/conteudo/view/id/17517>> Acesso 03 fev. 2019.

ESPÓSITO, A; JUSTO J. S. *Etnografia e deriva: possibilidades na pesquisa*. ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade | Volume 7 n. 1. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2039/1426>>. Acesso: 12/07/2018.

FADIGAS, A. B. M. de. *As Marisqueiras e a Reserva Extrativista Acaú-Goiana: Uma Análise de Práticas Participativas para a Conservação do Ambiente*. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). *O estado de segurança alimentar e nutrição no mundo 2017*. Fomentando a resiliência em prol da paz e a segurança alimentar. Roma, FAO, 2017.

_____. *Expert consultation on small-scale fisheries development*. Fisheries Report, Rome. 1975. 169 p.

FONTES, H. R.; WANDERLEY, M. *Novos cenários para a cultura do coqueiro gigante no Brasil*. 2010. Disponível em: <<https://agrosoft.org.br/agropag/212960.htm>> Acesso: 14 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRANÇA, Ary. *A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana*. Boletim de Geografia, 10, 5-155, 1954.

FREITAS, S. T.; PAMPLIN, A. Z.; LEGAT, Jefferson; FOGAÇA, F. H. S. dos; BARROS, R. F. M. de. *Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil*. Ambient. soc. vol.15 no.2 São Paulo May/Aug. 2012.

FREYRE, G. “Prefácio”, in S. B. de Holanda, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

FURTADO, L. G. *Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*. Belém, Museu Emílio Goeldi, 1987.

_____, L. G., LEITÃO, W.; MELLO, A. F. de. *Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia*. Belém, PR/MCT/CNPq – Museu Emílio Goeldi, 1993.

_____, L. G. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia*. In ACSELRAD, Henri (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____, L. G. *Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica*. Boletim do museu Paraense Emílio Goeldi. 2004.

GOTTMANN, J. *A evolução do conceito de território*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

GOVERNO DA PARAÍBA. Disponível em:<www.paraiba.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7421&Itemid=2>. Acesso em 10 Nov.2017.

GUEDES, L. S da. *Monitoramento geoambiental do estuário do Rio Paraíba do Norte através da cartografia temática e digital de produtos de sensoriamento remoto*. Dissertação de mestrado. UFRN, fls 90, Natal, 2002. Disponível em:<<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/LucianoSG.pdf>>. Acesso 12 nov 2018.

HAESBAERT, Rogério. *Ordenamento territorial*. Boletim Goiano de Geografia. v26.n.1 jan/jun, 2006.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. *Fundamentos métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005(a).

HILBORN, R; GUNDERSON, L. *Caos e paradigmas para a gestão da pesca*. Política Marinha, vol. 2, p. 87-89, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-rita/panorama>>. Acesso 02 fev 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 30 jun.2010.

JÚNIOR, E. P. N. P.; XAVIER J. H. A.; SASSI, R.; ROSA, R. S.. *Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management* 2012;12(4):509-520. Disponível em<<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rgci/v12n4/v12n4a10.pdf>>. Acesso 12 fev 2019.

KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S.; ALMUDI, T. *Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios*. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XII, n. 1. p. 151-172. jan.-jun. 2009.

KELLEHER, G. *Guidelines for Marine Protected Areas*. 107p., IUCN - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, Cambridge, U.K. 1999.

- KENCHINGTON, R. *Strategic roles of marine protected areas in ecosystem scale conservation*. Bulletin of Marine Science. University of Miami, Rosenstiel School of Marine and Atmospheric Science, Miami, FL, U.S.A. 86(2):303–313, 2010.
- KHAN, K. ALAM, F, KHAN; J. I. *The impact of co-management on household income and expenditure: An empirical analysis of common property fishery resource management in Bangladesh*. Ocean & Coastal Management. P.65: 67 – 78, 2012.
- KOTTAK, C. P. *The structure of equality in a Brazilian fishing community*. Unpublished Ph.D. dissertation, Columbia University, New York. 1966.
- LANNA, M. P. D. *A dádiva divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 249 p
- LESSA, P. R; BEZERRA JR.; J. L; NOBREGA, M. F. de. *Dinâmica das Frotas Pesqueiras da Região Nordeste do Brasil: Análise das principais pescarias*. UFRPE. Vol. 1. 2004.
- LIMA, T. C. S. *Ocorrência de bactérias fecais e patogênicas na carne do carangueiro-uçá (Ucides cordatus), água e sedimentos do mangue do Rio Paraíba do Norte, PB* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba. 1999.
- LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. C. da FREITAS, C. E. C. de. *Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade*. Ambient. soc. 2012, vol.15, n.2, p.73-90. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 02 Ago.2017.
- LIMA, M. E. A. de. *Gestão participativa na reserva extrativista Acaú-Goiana: o papel da comunidade de Acaú – PB*. Dissertação de mestrado. UFPE, 156 f, 2016.
- LINHARES, J. F. P. *Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade*. Revista Pós Ciências Sociais vol. 6, nº11, 2009.
- LITTLE, P. E. *Amazônia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- LONGA ROMERO, F. *“O pescador é sofredor” : identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo*. Estudos de Sociologia, Local de publicação1, mai. 2014.
- LOUREIRO, V. R. *Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia*. Belém, Museu Emílio Goeldi, 1985.
- LUCIO, A. C. M.; MACIEL, A.V. *O coco em Forte Velho: uma Poética entre o rio e o canal*. In. AYALA, M.I.N.; (org.). Cocos: Alegria e devoção. Natal: EDUFRN, 2000. p. 105-115., v.1.
- MACHADO, M. *Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda: estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis - SC – Brasil*. Tese de doutoramento. UFSC. 199 p. 2002.

MADRUGA, A. M. *Litoralização da Fantasia da Liberdade à Modernidade Autofágica*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 1992.

MAGALHAES, H. F. de; COSTA NETO, E. M; SCHIAVETTI, A. *Saberes pesqueiros relacionados à coleta de siris e caranguejos (Decapoda: Brachyura) no município de Conde, Estado da Bahia*. *Biota Neotrop.* 2011, vol.11, n.2 [cited 2018-11-13], pp.45-54. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1676-06032011000200005&lng=en&tlng=pt> Acesso em: 23Ago.2018.

MALDONADO, S. C.. *Pescadores do Mar*. São Paulo, Ática, 1986.

_____, S. C. *Mestres & Mares: espaço e indivisão da pesca marítima*. São Paulo. Annalume, 1993.

MANESCHY, M. C. A. *A mulher está se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: série antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, dez. 1995.

MARCELINO, R. L. et al. *Uma abordagem sócioeconômica e sócio-ambiental dos pescadores artesanais e outros usuários ribeirinhos do estuário do Rio Paraíba do Norte, Estado da Paraíba, Brasil*. *Tropical Oceanography*, Recife, v. 33, n. 2, p. 183-197, 2005.

MARQUES, J. G. W.. *Etnoecologia, educação ambiental e superação da pobreza em áreas de manguezais*. In Anais do Encontro Nacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezais. UFBA, Maragogipe, p. 29-35. 1993.

MATTOS, C. L. G.. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. In MATTOS, C.L.G., and CASTRO, P.A., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

MATTOS, P. P. *Entendendo as interações entre povos pesqueiros, manguezal e área protegida: RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN, Brasil)*. UFRN/PRODEMA. Natal, 2011.

MAUÉS, M. M. A. *A Literatura Oficial sobre a Pesca na Amazônia: uma Tentativa de Revisão Crítica*. Belém, NAEA/UFPA. 1980.

MELLO, A. F.. *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação*. Belém, UFPA, 1985.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Viveiro de camarão causa dano ambiental em Santa Rita (PB)*. 2008. Disponível em:<<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/viveiro-de-camarao-rompe-e-causa-dano-ambiental-em-santa-rita-pb>>. Acesso: 01 fev. 2019.

MORAES, A. O. de. *As iscas do mercado: relações de trabalho na pesca de Bagres no Rio Solimões*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19. São Paulo, SP. p.1-18, 2009.

MOURA, D. V. *A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica*. Tese de Doutorado. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande-FURG, 2016.

MOURA, G. G. M. *Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo – SP. Março, 2009.

MOURÃO, F. A. A.. *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia, São Paulo*. USP, dissertação de mestrado, 1967.

MOURÃO, J. S. da.; NORDI, N. *Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio Mamanguape, Paraíba, Brasil*. Boletim do Instituto de Pesca, 29 (1) p.9-17, 2003.

MUSSOLINI, G. *O Cerco Flutuante: uma Rede de Pesca Japonesa que Teve a Ilha de São Sebastião como Centro de Difusão no Brasil*, 1946.

NISHIDA, A. K. *Catadores de moluscos do litoral Paraibano. Estratégias de subsistência e formas de percepção da natureza*. São Carlos, SP. (Tese de Doutorado) – UFSCar, Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2000, 143 fls.

_____, A. K; NORDI, N. A; RÔMULO R.N. *Embarcações utilizadas por pescadores estuarinos da Paraíba, nordeste Brasil*. BIOFAR. Volume 03 – Numero 01 – 2008.

OLIVEIRA, C. V.; SILVA, J. B. da. *Aspectos da pesca no Brasil: contexto, cenários e perspectivas*. GeoGraphos. Universidad de Alicante, 2018, vol. 9, nº 107 p. 158-186. Disponível em:< <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/cleber-vasconcelos-18.pdf>>. Acesso em 09 nov.18.

OLIVEIRA, N. S. da; MAIO, M. C. *Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil*. Soc. estado.vol. 26,n.3 pp.521-550. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922011000300006&lng=en&nrm=iso> Acesso: 21 mar 2018.

PALMEIRA, M. S. Nordeste: violência e política no século XX. Revista de Ciências Sociais. (37): 1, 2006. Disponível:< <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/viewFile/554/536>>

_____, M. S."Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional". *Contraponto*. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels, 2(2): 103-114. 1977.

PENNER, M. E. *Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico*. Belém, UFBA, dissertação de mestrado, 1984.

- PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. *Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.
- PETREIRE JR., M.; WALTER, T.; MINTE-VERA, C.V. Income evaluation of small-scale fishers in two Brazilian urban reservoir: represa Billing (SP) and Lagoa Paranoá (DF). *Brazilian Journal of Biology*, 66(3): 817-828. 2006.
- PIERSON, D.; TEIXEIRA, C.B. *Survey de Icapará*. Sociologia. São Paulo, n9, 1947.
- PLANTE, S. *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade*. São Paulo, Nupaub, 1997.
- PLATTEAU, J.P. *The dynamics of fisheries development in developing countries: a general overview*. *Development and Change*, 20(4): 565-597, 1989.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 43ª ed., Brasiliense, São Paulo, Brasil, p. 362. 2012.
- PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012. 362 p.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMALHO, C. W. *Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Editora Polis; Campinas: Ceres, 2002.
- _____, C. W. N.; MELO, A. A. de. *Uma etnografia dos mestres da pesca artesanal da Praia de Carne de Vaca, Goiana, PE*. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v. 1, p. 50-71, 2015.
- RANSOM, K. P.; MANGI, S. C. *Valuing Recreational Benefits of Coral Reefs: The Case of Mombasa Marine National Park and Reserve, Kenya*. *Environmental Management*. 45(1) p. 145–154, 2010.
- REBOUÇAS, G. N. M.; FILARDI, A. C. L. e VIEIRA, P. F. *Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado do Estado de Santa Catarina*. *Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 2 jul./dez.* 2006.
- ROCHA, M. S. P. da. *Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, PB*. Dissertação de mestrado. UFPB, p 121. 2010.
- RODRIGUES, J. A.; GIUDICE, D. S. *A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso de Conceição de Vera Cruz, BA*. *Cadernos do Logepa* v. 6, n. 2, p. 115-139, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/logepa/article/view/11738>>. Acesso em: 06 nov.2018.
- ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. de. *A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara*. *Ciênc. saúde coletiva*. 2010, vol.15, suppl.1, pp.1543-1552. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S141381232010000700066&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 11 out. 2018.

ROSE, G. (1997) – *The trouble with fisheries science*. Reviews in Fish & Fisheries, 7: 363-370. doi: 10.1023/A:1018495929784.

RUDDLE, Kenneth. *Systems knowlwdge: dialogue, relationship and process*. Environment, Development and Sustainability 2(3-4), 277-304, 2000.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTILI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, E. A. E. *São Pedro: aforamento, mecanismos de apropriação e experiências de moradia (1965-1995)*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Seminarios%20Tematicos/ST%2015%20Ivone%20Dias%20Avelino%20e%20M.%20Izilda%20Santos%20de%20Matos/Eduardo%20Antonio%20Estevam%20Santos.pdf>>. Acesso: 01 nov 2018.

SASSI, R. & WATANABE, T. 1980. *Estudos ecológicos básicos no estuário do Rio Paraíba do Norte, Paraíba, Brasil*. Fitoplâncton e fatores hidrológicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ECOLOGIA, 2., Belém, 1980. Anais. Belém, v.3, p.305-313.

SCHMIDT, C. B. *A lavoura Caiçara. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrária*. Documentário da vida rural, n14, 1947.

SCHUMANN, S.; MACINKO, S. *Subsistence in coastal fisheries policy: What's in a word?* Marine Policy, (31): 706–718, 2007.

SEIXAS, C S. et al. *Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional*. vol.14, n.1. p.23-44. 2011.

_____, C S.; KALIKOSKI, D. C. *Gestão participativa da pesca no Brasil: propostas, projetos, e documentação dos processos*. Biotemas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPRn. 20, p. 119-139, jul./dez. 2009.

SILVA, A. P. da. *Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos*. Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, C. A. da. *História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar eventos*. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n.1, págs. 2-19, jan/jun. 2015.

SILVA, J. B. S. da. *Territorialidade da pesca no estuário de Itapessoca PE: técnicas, petrechos, espécies e impactos ambientais*. Dissertação de Mestrado, 2006. 83 f.

- SILVA, J. C da. *Pesca artesanal no Litoral Norte da Paraíba: contradições e pobreza - Recife (PE)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 140f, 1986.
- SILVA, L. G. S. da. *Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil*. São Paulo, Nupaub, 1993.
- SILVA, S.M. *Pesca artesanal: a história, a cultura e os (des)caminhos de Lucena, PB*. Dissertação de Mestrado. UFPB. 2012. 122 fls.
- SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SMITH, I. R. *A Research framework for traditional fisheries*. ICLARM Studies and Reviews. N. 2. International Center for Living Aquatic Resources Management, Manila. 45p. 1979. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X16302949>>. Acesso 13 set 2018.
- SOUZA, R. M. *Natureza, espaço e cultura em comunidades haliêuticas espaço e cultura*. UERJ: Rio de Janeiro, (26): p. 19-31, Jul./Dez., 2009.
- SOUZA, A. C.; D'ANDREA, A. F.; SILVA, O. A da.; ALBUQUERQUE, J. G.; SILVA, F. K. F. da: *Análise exploratória da qualidade da água do estuário do Rio Paraíba, Cabedelo-PB, empregando análise de componente principal*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba – IFPB. 2013. p.10. Disponível em: <http://www.ihab.org.br/o2015/trabalhos_completos/4.pdf> _Acesso em: 11 jan.2018.
- SUURONEN, P.; JOUNELA, P.; TSCHERNIJ, V. *Fishermen responses on marine protected areas in the Baltic cod fishery*. Marine Policy, 34. p.237–243, 2010.
- TARGINO, G. D. *Sobre as águas: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú/PB Goiana/PE*. Tese (Doutorado). UFPB/CCHL. João Pessoa, 2012.
- THOMAZ, L. M. *Representações Sociais dos Nativos da Ilha do Mel*, Representações Sociais dos Nativos da Ilha do Mel - PR. UFPR, Ciências Sociais, 85. 1996.
- TRIMBLE, M. L.; BERKES, F. *Participatory research towards co-management: Lessons from artisanal fisheries in coastal Uruguay*. Journal of Environmental Management. 128: 768 – 778. 2013.
- TSUJI, T. C. *“Sustentabilidade de recursos pesqueiros, pesca artesanal e cooperativismo: Análise de duas experiências no Maranhão”*. Dissertação de mestrado. São Luís (MA): Universidade Federal do Maranhão. 2011.
- VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C.; SALES, R. R. *Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira*. In: Costa, A. L. (Org.). Nas Redes da Pesca Artesanal. Brasília: IBAMA-MMA, 2007, p.15-83.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C.; SALES, R. R. *Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira*. In: Costa, A. L. (Org.) *Nas Redes da Pesca Artesanal*. Brasília: IBAMA – MMA, p.15-83. 2007.

WANDERLEY. M.; LOPES, G. M. *Importância sócio-econômica da produção de coco seco no Brasil*. In: CINTRA, F. L. D.; FONTES, H. R.; PASSOS, E. E. M.; FERREIRA, J. M. S. (Ed.). *Fundamentos tecnológicos para a revitalização das áreas cultivadas com coqueiro gigante no nordeste do Brasil*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 232 p. p. 37-60. 2009.

WILLEMS, E.; MUSSOLINI, G; *A Ilha de Búzios*. São Paulo, Hucitec/Nupaub, 2003.

WILSON, J. A.; ACHESON, J. M.; METCALFE, M.; KLEBAN P. ‘*Chaos, complexity and community management of fisheries*’. *Marine Policy*, Vol. 118, p. 291- 305, 1994.

APÊNDICES

**ROTEIRO DE COLETA DE DADOS SEMI-ESTRUTURADO APLICADO AOS
PESCADORES DE FORTE VELHO-PB**

Entrevistado(a): _____ Idade: _____

Data: ___/___/___

1.0 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1.1 Escolaridade: () Fundamental () Médio () Superior () Nenhuma

1.2 Tipo de imóvel: () Madeira () alvenaria () mista

1.3 Exerce outra atividade remunerada: () SIM () NÃO. Qual?

1.4 **Qual a renda mensal de sua família?** () não respondeu

() -1 salário () 1 salário () 2 Salários () + 3 salários

1.5 Profissão do pai () pescador () agricultor () outro _____

1.6 Profissão da mãe () pescador () agricultor () outro _____

2.0 CARACTERÍSTICA DA PESCARIA

2.1 **A quantos anos é pescador(a)?** _____

2.2 **O que pesca? (mariscos/peixes/caranguejo)**

O local de pesca é fixo ou varia? Porquê?

Pesca quantos dias na semana?

Quantas horas duram em média sua pescaria?

Como é feita a escolha pelo local de pesca?

Quais locais costuma pescar (nome)?

Quais tipos de peixes são pescados em maior quantidade por você?

Quais os peixes de maior valor comercial?

2.3 **Que tipo de equipamentos de pesca usa? (Ex: Tarrafa, rede, puçá, mãos, etc.)**

2.4 **Pesca com a ajuda de familiares ou conhecidos?**

2.5 **Como se desloca para a pescaria?**

() a pé () barco () outro

2.6 **O barco próprio?** () SIM () NÃO

Que

tipo? _____

2.14 **Quais os melhores períodos do ano para pescar?**

() inverno () verão () todo o ano () outros

Quais?

2.15 **A pesca que realiza é para:**

alimentação comercialização ambos

2.16 **O peixe - marisco - caranguejo que você pesca é vendido:**

diretamente ao consumidor atravessador não vende

2.17 **Usa as espécies que pesca para outro uso?**

SIM NÃO Quais seriam? _____

2.18 **os produtos que pesca tem período de defeso durante o ano?**

SIM NÃO

3.0 PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PESCA

a. **Qual o grau de importância da atividade pesqueira para Forte Velho?** muito baixo baixo moderado elevado muito elevado
Porque? _____

b. **O pescado hoje é fundamental para a alimentação da sua família?** SIM NÃO Parcialmente
Porquê? _____

c. **O tamanho dos peixes aumentou ou diminuiu nos últimos anos?** aumentou diminuiu. não alterou

d. **A quantidade de peixe aumentou ou diminuiu?**

aumentou diminuiu. não alterou

e. **O que tem contribuído para a diminuição da pesca?**

lixo barulho pesca excessiva contaminação rio outro

f. **A comunidade tem contribuído para a redução da pesca?**

SIM NÃO Como? _____

g. **Qual a fonte de renda mais importante para a comunidade?**

pesca agricultura pensões comércio outros

h. **A recuperação da rodovia melhorou a vida dos pescadores?**

SIM NÃO Em que sentido? _____

3.9 **Está satisfeito com a sua profissão de pescador? Porquê?**

Notou alguma alteração qualidade das águas do rio ou do mar que tenha comprometido a sua pesca? SIM NÃO

3.10 **Saberia identificar essas alterações?**

3.11 **Há Quanto tempo essas alterações?**

3.12 Está sabendo da construção do Estaleiro em Lucena? () SIM () NÃO

3.13 É à favor à construção do estaleiro? () SIM () NÃO () não sabe

3.14 Costuma pescar na área de construção do Estaleiro?

Se construído, o estaleiro poderia prejudicar sua pesca? Como?

Acredita que a comunidade de F. V. se beneficiará com o Estaleiro?

() Sim () não () não sabe

3.15 De que forma?

3.19 Existe conflito/rixas entre os pescadores? () Sim () não

Quais? _____

PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS/ASSOCIAÇÕES

4.1 É sindicalizado na colônia de pescadores?

() SIM () NÃO Quanto tempo? _____

4.2 Recebeu ou recebe algum auxílio da Colônia?

() SIM () NÃO a quanto tempo? _____

4.3 A Colônia de pescadores é atuante em defesa dos interesses do pescador? ()

SIM () NÃO Porque?

4.4 A colônia paga o Seguro Defeso? () SIM () NÃO

Porque? _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa: “*Territorialidade, identidade, vida e ambiente na comunidade pesqueira de Forte Velho – PB*”. Me chamo Cleber Vasconcelos Oliveira, sou Discente do Curso de Mestrado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. Me supervisiona neste projeto a Professora Doutora Janaína Barbosa da Silva, docente nesta mesma instituição. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isto não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, residente _____ e domiciliado _____ na _____, portador da Cédula de Identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/____ abaixo assinado, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo acima citado. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

I - O presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido foi impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse e a outra com o responsável pelo projeto.

II- A pesquisa *Territorialidade, identidade, vida e ambiente na comunidade pesqueira de Forte Velho, Santa Rita – PB*” objetiva de maneira geral: compreender e interpretar a territorialização e a territorialidade da comunidade de pescadores de Forte Velho – PB, descrever os apetrechos e técnicas de pesca empregados e identificar os possíveis conflitos e ameaças verificados nessa sociedade.

III- O estudo se faz necessário para que se possa compreender as particularidades em torno da atividade pesqueira vivenciadas na comunidade de Forte Velho, bem como identificar eventuais conflitos socioeconômicos e ambientais que venham a influenciar esse trabalho.

IV- Caberá ao (à) voluntário(a) responder a perguntas feitas via por questionário semiestruturado onde constaram perguntas relativas a identificação, descrição e opinião a respeito de diferentes componentes da vida social, ambiental e econômico pessoal e da comunidade

V- Os benefícios deste estudo estão relacionados:

a) Descrição das características em torno da arte de pesca da comunidade;

b) Identificação, classificação e mapeamento dos riscos ambientais e conflitos que eventualmente comprometam a atividade pesqueira.

c) Gerar informações científicas que sirvam de auxílio para ações futuras de interesse da comunidade junto aos poderes públicos, representando com isso a manutenção de forma sustentável das atividades.

VI- Os resultados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;

VII- Caso eu deseje, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa.

() Desejo Conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo Conhecer os resultados desta pesquisa.

VIII- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários(as) deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao (à) voluntário(a) e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

IX- Tenho a liberdade a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicação, não havendo qualquer penalização ou prejuízo ao mesmo.

X- Caso me sinta prejudicado(a) por participar desta pesquisa, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José, CEP:58401-490, Campina grande-PB. Tel. 83.2101-5545; E-mail:cep@huac.edu.br.

Sendo assim, tendo lido e entendido tais esclarecimentos, e por estar pleno de acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santa Rita, PB, _____ de _____ de 2017

Assinatura do Participante da Pesquisa

Testemunha

Cleber Vasconcelos Oliveira
Discente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - UFCG

Contatos:

Celular: 83. 986519131

Cleberolivier34@gmail.com

ANEXOS



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS - CEP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO - HUAC



DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO

Declaro para fins de comprovação que foi analisado e aprovado neste Comitê de Ética em Pesquisa – CEP o projeto de número CAAE: 81575317.3.0000.5182, Número do Parecer: 2.500.805 intitulado: **Territorialidade, identidade, vida e ambiente na comunidade pesqueira de Forte Velho - PB.**

Estando o (a) pesquisador (a) ciente de cumprir integralmente os itens da Resolução nº. 466/ 2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, responsabilizando-se pelo andamento, realização e conclusão deste projeto, bem como comprometendo-se a enviar por meio da Plataforma Brasil no prazo de 30 dias relatório do presente projeto quando da sua conclusão, ou a qualquer momento, se o estudo for interrompido.

Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira
Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira
Coordenador CEP/ HUAC

Campina Grande - PB, 23 de Fevereiro de 2018.

Rua.: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, Campina Grande – PB.
Telefone.: (83) 2101 – 5545. E-mail.: cep@huac.ufcg.edu.br



Campina Grande, 12 de dezembro de 2017

Ao Senhor Coordenador do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais
Professor Mário Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata

Av. Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário
CEP 58429-900 – CAMPINA GRANDE –PB

Assunto: Consentimento de Pesquisa na Plataforma Brasil.

Senhor Coordenador,

- 1 Tendo em vista a inscrição de minha pesquisa junto ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, Solicito a V. Sa. assinatura conferindo anuência institucional para o desenvolvimento desse projeto.
- 2 Para prosseguir com os trâmites relativos ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, faz necessário expressa autorização da coordenação do PPGRN para fins de prosseguimento na submissão de minha referida pesquisa.
- 3 Segue anexo a esta solicitação Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

Respeitosamente,

A handwritten signature in cursive script, appearing to read 'Cleber Vasconcelos Oliveira', written over a horizontal line.

Cleber Vasconcelos Oliveira
Discente de Mestrado CTRN



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Territorialidade, identidade, vida e ambiente na comunidade pesqueira de Forte Velho, PB			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 200			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: CLEBER VASCONCELOS OLIVEIRA			
6. CPF: 518.140.302-63		7. Endereço (Rua, n.º): PROFESSOR ANTONIO MANGABEIRA ITARARE apt 201 CAMPINA GRANDE PARAIBA 58411100	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 82986519131	10. Outro Telefone:
		11. Email: cleberolivier34@gmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>12</u> / <u>12</u> / <u>2017</u></p> <p style="text-align: right;"><u>Cleber Vasconcelos Oliveira</u> Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Campina Grande		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN
15. Telefone: (83) 2101-1153		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>Adriano dos Anjos</u> CPF: <u>108.845.054-72</u></p> <p>Cargo/Função: <u>Coordenador de PPGRM</u></p> <p>Data: <u>20</u> / <u>12</u> / <u>2017</u></p> <p style="text-align: right;"><u>Adriano dos Anjos</u> Assinatura</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			